

25 ANOS

Instituto Politécnico
de Viana do Castelo

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES 2010



Instituto Politécnico de Viana do Castelo

Índice

1. SUMÁRIO EXECUTIVO6

I. DISPOSIÇÕES GERAIS9

I.1 BREVE ANÁLISE DA CONJUNTURA ECONÓMICA 10

 I.2.1 Evolução das vagas por sectores público e privado no último decénio 13

 I.2.2 Vagas por tipo de Subsistema..... 13

 I.2.3 Inscrições no 1º ano pela 1ª vez em cursos de formação inicial..... 14

 I.2.4 Inscrições no 1º ano pela 1ª vez em todos os níveis de formação 14

 I.2.5 Diplomados em Cursos de Ensino Superior 15

 I.2.6. Cursos de Especialização Tecnológica ministrados em estabelecimentos de ensino superior 15

 I.2.7 Posicionamento do IPVC no sistema de Ensino Superior Português 16

 I.2.8 Enquadramento do IPVC na Região 18

 I.2.9 IPVC – Destaques de 2010..... 19

I.3. CARACTERIZAÇÃO DO INSTITUTO 22

 I.3.1. Apresentação.....22

 I.3.2. Estrutura Organizacional.....24

 I.3.3. Órgãos.....27

 I.3.5. Legislação e Regulamentação Interna.....28

I.4. ORIENTAÇÕES GERAIS E ESPECÍFICAS 29

 Eixo 1: Formação31

 4.2 Eixo 2: Investigação & Desenvolvimento + inovação [I&D+i]32

 4.3 Eixo 3: Desenvolvimento Humano34

 4.4 Eixo 4: Direcção Estratégica36

 4.5 Eixo 5: Marketing e Comunicação37

 4.6 Eixo 6: Relações com a Sociedade/Internacionalização38

 4.7 Eixo 7: Logística.....40

I.5. DIFICULDADES SURGIDAS 41

II. ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS E RECURSOS UTILIZADOS 42

II.1. ACTIVIDADES DE ENSINO E FORMAÇÃO	43
II.1.1. Oferta Formativa	45
II.1.1.1. Escola Superior de Educação	45
II.1.1.2. Escola Superior Agrária	46
II.1.1.3. Escola Superior de Tecnologia e Gestão	47
II.1.1.4. Escola Superior de Ciências Empresariais	48
II.1.1.5. Escola Superior de Saúde	49
II.1.2. Estudantes do IPVC	53
II.1.2.1. Concurso Nacional de Acesso ao Ensino Superior	55
II.1.2.2. Provas Maiores 23 Anos	56
II.1.2.3. Diplomados e Índice de Sucesso Escolar	57
II.1.2.4. Mobilidade Internacional - Estudantes, Pessoal Docente e Não Docente	59
II.1.2.4.1. Cooperação	59
II.1.2.4.2 - Mobilidade de Estudantes	60
II.1.2.4.3. Intercâmbio de Docentes	61
II.1.2.4.4 - EILC – Erasmus Intensive Language Course	62
II.2. ACTIVIDADES DE INVESTIGAÇÃO & DESENVOLVIMENTO	63
II. 2. 1. OTIC – Oficina de Transferência de Tecnologia e de Conhecimento	63
II.2.2. Iniciativas de I&D	65
II. 2.3. - Prestação de Serviços Transversais	69
III. ORGANIZAÇÃO E GESTÃO	71
III.1. REORGANIZAÇÃO INTERNA DOS SERVIÇOS	72
III.2. ESTATUTOS – CONSTITUIÇÃO DOS ORGÃOS	72
III.3. SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE	73
III.4. FISCAL ÚNICO	76
III.5. IMAGEM INSTITUCIONAL E ACTIVIDADE EDITORIAL	77
III.5.1. Eventos de Carácter Técnico, Científico e Cultural	77
III.5.2. Divulgação Institucional	81
III.5.2.1. Imagem Campanha Anual	82
III.5.2.2. Publicidade nos Media	82

III.5.2.3. Semana Académica	82
III.5.2.5. Campanha Anual nas Escolas Secundárias	83
III.5.2.6 Publicações	83
III.6. RELAÇÕES EXTERNAS	84
III.6.1. Ligações à Comunidade	84
III.6.2. Saídas Profissionais.....	85
III.6.3. Cooperação Nacional e Internacional	86
III.6.4. Cooperação com os PALOP.....	88
III.7. APOIOS SOCIAIS	89
III.7.1. Alimentação	89
III.7.3. Alojamento	90
III.7.3. Bolsa de Estudo.....	91
IV.1. RECURSOS HUMANOS	93
IV.1.1. DOCENTES	93
IV.1.2. Pessoal Não Docente	95
IV.1.3. Formação Profissional.....	96
IV.2. RECURSOS FINANCEIROS.....	98
IV.2.1 – FONTES DE FINANCIAMENTO	98
IV.2.2 - ORÇAMENTO DE ESTADO	98
IV.2.3 – SALDOS DE GERÊNCIA	100
IV.2.4- ORÇAMENTO DA RECEITA	101
IV.2.5 - ORÇAMENTO DA DESPESA	105
IV.2.5.1. Obras de Manutenção de Edifícios.....	110
IV.2.5.2- Edifícios e Construções Diversas.....	111
IV.2.5.3- Equipamentos.....	112
V. AVALIAÇÃO FINAL.....	116

IPVC – RELATÓRIO DE ACTIVIDADES

“O Homem não é nada além daquilo que a educação faz dele”

Kant

1. SUMÁRIO EXECUTIVO

1. O panorama económico nacional foi durante 2010 marcado por grave crise, a maior das últimas décadas. O cenário é claramente negativo, situação influenciada pela grave crise económica e financeira mundial e que afectou indelevelmente a economias dos países periféricos da Zona Euro. Apesar desta conjuntura económica, em 2010, o Produto Interno Bruto (PIB) aumentou 1,4% em volume, o que compara com a variação de -2,5% verificada no ano anterior. Este comportamento reflectiu sobretudo o contributo da procura interna para o crescimento do PIB (que passou de -3,2 p.p. em 2009 para 0,9 p.p. em 2010), assistindo-se a um aumento das Despesas de Consumo Final das Famílias Residentes e a uma redução menos acentuada do Investimento. O Boletim de Inverno do Banco de Portugal revela ainda o contributo da procura externa líquida foi igualmente positivo (0,5 p.p., o que compara com 0,7 p.p. em 2009), reflectindo um crescimento mais intenso das Exportações de Bens e Serviços relativamente ao observado nas Importações.
2. Esta situação ocorreu num contexto da maior crise económica e financeira do período pós-guerra que se abateu sobre a economia mundial na segunda metade de 2007 e que continua a condicionar gravemente Portugal, nomeadamente do Estado em obter financiamento no exterior, tendo o juro da dívida pública atingido valores acima dos 7%, índice jamais apresentado para a emissão de obrigações do tesouro.
3. As condições no mercado de trabalho deterioraram-se em 2010, com um aumento da taxa média de desemprego para o valor mais alto de sempre, muito próximo dos 10% da população activa.
4. No panorama do Ensino Superior Português, do ano lectivo de 2009/2010 para 2010/2011 registou-se um ligeiro aumento no número total de inscritos.
5. No ano lectivo de 2010/2011 o Instituto Politécnico de Viana do Castelo (IPVC) consolidou a sua posição ao nível de número de estudantes de inscritos em cursos de Ensino Superior (inclui: licenciatura, pós-graduação, pós-licenciaturas e mestrados).
6. O Instituto Politécnico de Viana do Castelo (IPVC) é a única instituição pública de Ensino Superior do distrito de Viana do Castelo.

7. Os anos lectivos de 2009/2010 e 2010/2011 assinalam o reforço da oferta formativa em cursos de 2.º ciclo (mestrado) no IPVC, que alargou também a oferta formativa de Cursos de Especialização Tecnológica (CET).
8. Disponibilizou 991 vagas de ingresso em 2010, distribuídas por 30 cursos de licenciatura, dos quais 6 funcionam simultaneamente em regime pós-laboral.
9. Na 1.ª fase do Concurso Nacional de Acesso ao Ensino Superior, o IPVC registou uma taxa de colocação de vagas de 74%.
10. Em 2010, o número de candidatos inscritos nas Provas Maiores de 23 anos foi de 448, ao passo que em 2009 foi de 400.
11. Realizou a terceira edição do Curso Preparatório de Acesso ao Ensino Superior para Maiores de 23 Anos.
12. A população escolar de licenciatura do IPVC atingiu os 3004 estudantes inscritos em 2009/2010. Em 2010/2011 este valor apresentou-se significativamente superior, superando os 4120 estudantes, nos diferentes ciclos de estudo.
13. Os diplomados pelo Instituto Politécnico de Viana do Castelo em 2009/2010, foram no total 765.
14. O IPVC tem continuado a incentivar a mobilidade estudantil através de variados Programas, sendo nos Programas ERASMUS e ERASMUS Mundus os que têm maior impacto junto da comunidade académica. Em 2009/2010, o IPVC recebeu 83 estudantes de outras instituições europeias e enviou 57 estudantes. No ano lectivo 2010/2011, está prevista a recepção de 84 alunos estrangeiros e o envio de 49 alunos.
15. Ao nível da I&D, há a realçar o incremento das actividades desenvolvidas pela OTIC – Oficina de Transferência de Tecnologia e de Conhecimento do IPVC.
16. O IPVC continuou atento a oportunidades relativamente a projectos e programas de financiamento de actividades de I&D+I, submetendo diversas candidaturas.
17. Concluiu o processo do Pedido de Acreditação Preliminar de Ciclos de Estudo em Funcionamento (Abril) e concluí novo processo relativo ao Pedido de Acreditação Prévia de Novos Ciclos de Estudo (Dezembro).
18. O IPVC coordenou, em 2009/2010 a nível nacional o programa de Empreendedorismo para o Ensino Superior Politécnico, a 7ª edição do Poliempreende.

19. No seguimento da sua missão de proximidade com a região, fundamental no desenvolvimento regional do Alto Minho, o IPVC assume-se como parceiro indispensável em distintos projectos e nos diferentes fóruns de desenvolvimento regional.
20. Desenvolveu cerca de uma centena e meia de eventos de carácter técnico e científico e participou em inúmeras sessões de divulgação e feiras nacionais, festivas culturais e desportivos, como parceiro tecnológico.
21. O IPVC esteve ainda presente em vários meios de comunicação social, quer local, regional ou nacional, como por exemplo, jornais, revistas, sítios e televisão.
22. Na divulgação, apostou-se na promoção de conteúdos multimédia, como no Guia de Acolhimento 2010/2011, assim como na consolidação do IPVC TV.
23. Celebrou inúmeros acordos/protocolos com diversas instituições nacionais e ainda com instituições estrangeiras num total de 49 parcerias.
24. O corpo de pessoal docente em 31 de Dezembro de 2009 era em número de 357. Um claro crescimento, uma vez que em 2009 este valor era de 338 e que se justifica pela substituição de docentes envolvidos em projectos de Doutoramento, no âmbito do programa PROTEC, e pelo aumento de oferta formativa.
25. Prosseguiu o Programa de Qualificação do Corpo Docente anteriormente iniciado.
26. O corpo de pessoal não docente em 2010 era em número de 180 (Serviços de Acção Social incluídos).

1.

DISPOSIÇÕES GERAIS

I. DISPOSIÇÕES GERAIS

I.1 BREVE ANÁLISE DA CONJUNTURA ECONÓMICA

ECONOMIA PORTUGUESA

ACTIVIDADE ECONÓMICA

As projecções para a economia portuguesa apontam para que a actividade económica registre uma contracção em 2011 e um crescimento limitado em 2012, na sequência do ocorrido ao longo do ano de 2010. Esta evolução da economia portuguesa esteve marcada pelo reforço do processo de ajustamento dos desequilíbrios macroeconómicos acumulados ao longo de mais de uma década.

As projecções caracterizam-se pela ligeira diminuição das necessidades de financiamento das famílias e das empresas e supõem, em particular, uma significativa consolidação orçamental, num quadro de queda substancial da procura interna.

No seu Boletim de Inverno de 2010, o Banco de Portugal já apontava para a necessidade de se assumir o recurso ao financiamento pelo Eurosistema, e que este permanecerá significativo até final do horizonte, num contexto de persistência de dificuldades de acesso dos bancos portugueses aos mercados de financiamento por grosso.

INFLAÇÃO E DESEMPREGO

A taxa de inflação registada em Portugal em 2010 foi de 1,4% segundo dados do INE, ou seja, mais 2,2 pontos percentuais do que o registado em 2009, ano que havia ficado marcado por uma deflação de 0,8%. Entretanto, a taxa de variação homóloga de Dezembro de 2010 acelerou face ao registado em Novembro, tendo-se fixado nos 2,5%. Contudo, excluindo bens energéticos e alimentares não transformados, a variação homóloga foi de 0,9% tendo inclusive registado uma desaceleração face a Novembro (-0,2 pontos percentuais).

Relativamente ao desemprego, Portugal chegou a 2011 com mais de 600 mil desempregados, o nível mais alto em cerca de 30 anos, mas os economistas estimam que a trajectória de subida do desemprego ainda demore mais algum tempo a passar.

Depois de um ano de 2010 difícil, com os sinais de recuperação da economia ainda fracos (o PIB avançou 0,3% no terceiro trimestre face ao anterior), e sendo o mercado de trabalho habitualmente o último a recuperar de um período de crise, as perspectivas para 2011 não são as melhores.

De acordo com os últimos valores divulgados pelo INE (2010), a taxa de desemprego em Portugal atingiu os 10,9% no terceiro trimestre de 2010, agravando-se dos 9,8% observados em igual período do ano de 2009.

DÉFICE ORÇAMENTAL

O Governo mantém, no relatório do Orçamento do Estado para 2011, as metas de redução de défice com que se tinha já comprometido no Programa de Estabilidade e Crescimento (PIB) 2010-2013.

Assim, para 2010, manteve a meta de colocar o défice das contas públicas nos 7,3% do PIB (face aos 9,3% de 2009), e para 2011, mantém o objectivo de chegar aos 4,6% do PIB.

Outras medidas como a racionalização e reorganização, tanto ao nível da Administração Pública, como do Sector Empresarial do Estado, a redução de despesas no âmbito do PIDDAC e a redução das transferências do Estado para o Ensino e outros subsectores da Administração Pública, constituem exemplos de medidas de contenção da despesa a adoptar no âmbito da Proposta de Orçamento de Estado para 2011.

I.2 O ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL

No ano lectivo de 2010/2011 o número de vagas de acesso, disponibilizado pelos estabelecimentos de ensino superior, foi de 91 774. Apesar de ser inferior 1% do que no ano anterior, corresponde a um aumento de 22% de vagas relativamente ao ano lectivo de 1995/1996.

Tabela 1 - Evolução do número de vagas por subsistema de Ensino

Subsistema de ensino	2010-11	Peso de cada Sub-sistema	Varição relação a 2009-10	Varição relação a 2004-05	Varição relação a 2000-01	Varição relação a 1995-96
Ensino Superior Público	53410	58%	+2%	+12%	+10%	+36%
Ensino Superior Privado	38364	42%	-3%	+11%	+6%	-3%
TOTAL	91774		-1%	+12%	+9%	+22%

(Fonte: GPEARI-MCTES - 2010)

No ano lectivo de 2010/2011 o continuar da tendência de aumento do número de vagas nos estabelecimentos de ensino superior público, 53 410, correspondendo a +2%. Por outro lado, observou-se o incremento de vagas no ensino superior politécnico (mais 275 vagas), enquanto o ensino superior universitário alargou em 926 vagas. Aumentou ainda o número de vagas em horário pós laboral.

Ainda no período em análise, as vagas de acesso ao ensino superior sofreram algumas oscilações. Apesar deste ligeiro retrocesso, justificado pela redução do número de vagas no Ensino Superior Privado, a tendência continua a ser de uma maior disponibilização de vagas, mormente no Ensino Superior Publico.

Tabela 2 - Evolução do número de vagas totais

Ano	1995-96	2000-01	2005-06	2009-10	2010-11
TOTAL	71 592	84 130	83 931	91 901	91 774
% de crescimento	-----	17%	17%	28%	28%

(Fontes: OCES-DSEI e GPEARI-MCTES-2010)

I.2.1 Evolução das vagas por sectores público e privado no último decénio

Segundo o Relatório do GPEARI-MCTES - 2010, o número de vagas em 2010 aumentou consideravelmente relativamente ao ano de 1995, com o crescimento no ensino público de 36%. O número de vagas no ensino superior não público decresceu, menos 3% de vagas, relativamente a 1995. A partir do ano 2000, a tendência de crescimento deste tipo de ensino superior inverteu-se. O ensino superior não público, entre 2000 e 2004 viu diminuir o seu número de vagas tendo, em 2001, apresentando um decréscimo de 20,4% em relação ao ano anterior.

Neste período de tempo analisado, o ensino superior público registou uma tendência positiva, com excepção do ano lectivo de 2003/2004. Em 2010 os estabelecimentos de ensino superior público disponibilizam mais 15 046 vagas, em relação ao ensino superior não público, correspondendo a cerca de 16,3% do total de vagas.

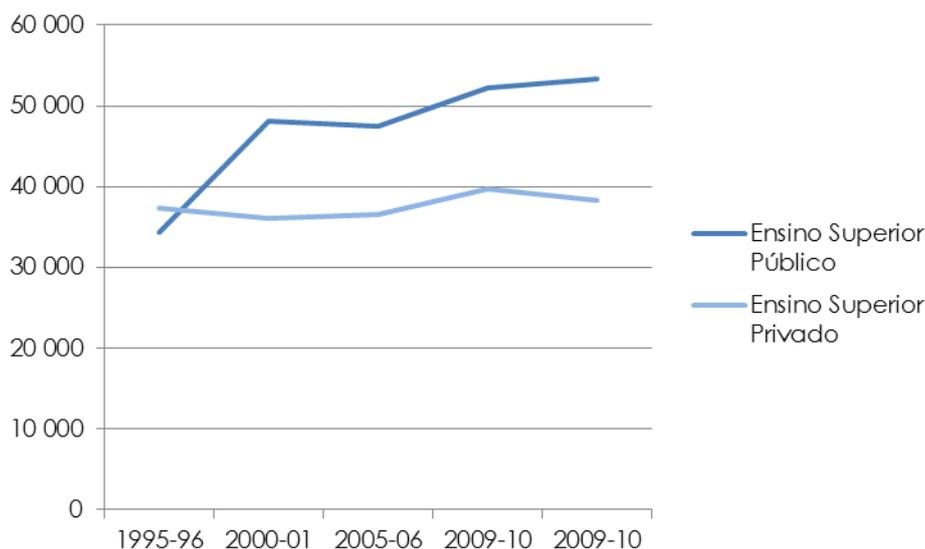


Gráfico 1 - Evolução do número de vagas sectores público e privado

(Fonte: GPEARI-MCTES - 2010)

I.2.2 Vagas por tipo de Subsistema

Tabela 3 - N.º de Vagas por tipo de subsistema

Subsistema de ensino	1995-96	2000-01	2005-06	2009-10	2009-10
Universitário	20 817	26 847	26 129	27 609	28 535
Politécnico	13 489	21 195	21 304	24 600	24 875
Total	34 306	48 042	47 433	52 209	53 410

(Fonte: GPEARI-MCTES - 2010)

Em 2010/2011, relativamente ao ensino superior público, regista-se, num total de 53 410 vagas, 28 535 referentes ao ensino superior universitário (53%) e 24 875 (47%) relativas

ao ensino superior politécnico, De constatar o incremento de vagas no ensino superior politécnico últimos 5 anos (3 571, ou seja de 21 304, em 2005/2006 a 24 875, em 2010).

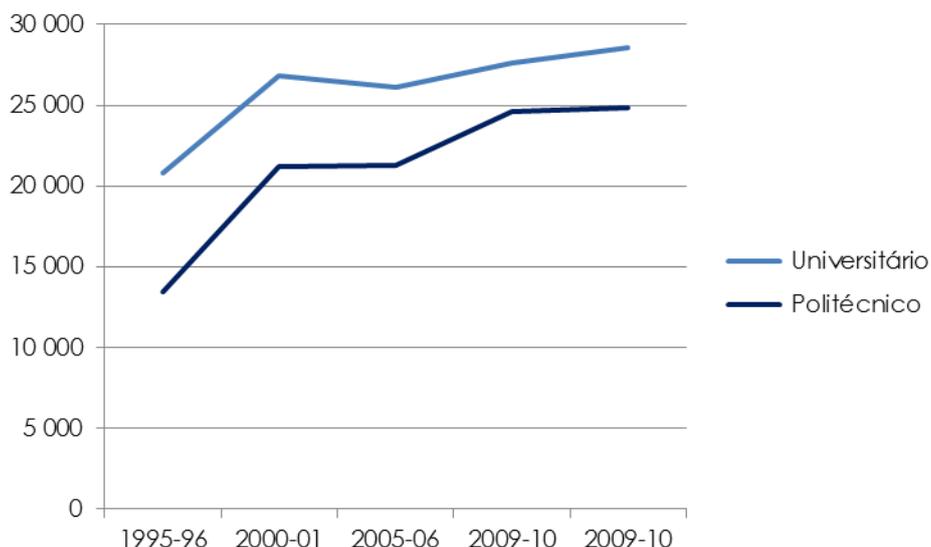


Gráfico 2 - Evolução do número de vagas por tipo de ensino

(Fonte: GPEARI-MCTES - 2010)

I.2.3 Inscrições no 1º ano pela 1ª vez em cursos de formação inicial

Dos novos 54 696 alunos inscritos em cursos de formação inicial no ano lectivo de 2009/2010, 40 111 ingressaram através dos concursos gerais de acesso e 5 856 através das provas para maiores de 23 anos e os restantes 8 719 ingressaram através de outros regimes.

Apesar de à data não existirem ainda valores definitivos publicados relativamente a 2010/2011, o GPEARI-MCTES estima que os novos inscritos foram 59 598, sendo que 43 344 através do regime geral de acesso, 6 499 através das provas especialmente adequadas destinadas a avaliar a capacidade para a frequência do ensino superior dos maiores de 23 anos e 9 755 a partir de outros regimes de acesso.

I.2.4 Inscrições no 1º ano pela 1ª vez em todos os níveis de formação

Dos novos 97 497 alunos inscritos se no 1.º ano, pela 1.ª vez, em cursos de ensino superior (de formação inicial, de mestrado, de doutoramento, de especialização e de complemento de formação) larga maioria fizeram-no em instituições de ensino superior público e 64% em instituições de ensino superior universitário. De destacar o aumento progressivo e acentuado do número de inscritos 1.º ano 1.ª vez em ambos os subsistemas do Ensino Superior Público a contrastar com a crescente diminuição do número de estudantes inscritos no Ensino Superior Privado. Neste âmbito, realça-se também

o aumento da atractividade do ES Politécnico que regista um aumento muito assinalável, nomeadamente de 18 073 em 1995/96 para aproximadamente o dobro (34 750) em 2009/10 (data de referência dos últimos dados estatísticos publicados pela tutela).

Tabela 4 – Estudantes inscritos no Ensino Superior no 1.º ano 1.ª vez (todos os níveis de formação): Ensino Universitário e Politécnico – Publico e Privado.

Subsistema de ensino	1995-96	2000-01	2005-06	2008-09	2009-10
Ensino Superior Público	47 450	65 929	63 691	87 988	97 497
Universitário	29 377	39 229	42 559	54 243	62 747
Politécnico	18 073	26 700	21 132	33 745	34 750
Ensino Superior Privado	33 633	27 320	19 029	27 384	27 914
Universitário	23 578	16 577	11 507	18 811	19 209
Politécnico	10 055	10 743	7 522	8 573	8 705
Sub-Total (Ensino Superior)	81 083	93 249	82 720	115 372	125 411

(Fonte: GPEARI-MCTES - 2010)

1.2.5 Diplomados em Cursos de Ensino Superior

Em 2008-2009 (data do último relatório publicado pelo GPEARI) diplomaram-se no ensino superior, em todos os níveis de formação, cerca de 76 567 estudantes (-9% do que no ano lectivo anterior). Do total de diplomados, 75% pertencem a instituições de ensino superior público e 63% pertencem a instituições de ensino superior universitário, públicas e privadas. Mais uma vez a tendência de crescimento da preponderância do Ensino Superior Publico face ao Privado é reflectida no crescimento relativo do número de diplomados, sendo que no ano 2008/09 os diplomados do Ensino Superior Publico representavam 75% do total nacional.

Tabela 5 – Diplomados no Ensino Superior: Universitário e Politécnico

Subsistema de ensino	1995-96	2000-01	2005-06	2006-07	2007-08	2008-09
Ensino Superior Público	24 658	38 617	50 518	62 063	64 469	57 428
Universitário	15 869	19 466	27 376	34 497	37 366	37 391
Politécnico	8 789	19 151	23 142	27 566	27 103	20 037
Ensino Superior Privado	14 558	22 523	21 310	21 213	19 540	19 139
Universitário	9 588	12 229	11 008	11 640	10 340	11 457
Politécnico	4 970	10 294	10 302	9 573	9 200	7 682
Sub-Total (Ensino Superior)	39 216	61 140	71 828	83 276	84 009	76 567

(Fonte: GPEARI-MCTES - 2010)

1.2.6. Cursos de Especialização Tecnológica ministrados em estabelecimentos de ensino superior

Em 2009-2010 encontravam-se inscritos 6 214 alunos em cursos de especialização tecnológica em estabelecimentos de ensino superior, o que representa um crescimento de mais de 21 vezes em 5 anos (eram 294 em 2004-2005). Desses estudantes - 84% es-

tão inscritos em instituições de ensino superior públicas e 80,05% estão inscritos em instituições de ensino superior politécnico, públicas e privadas.

Tabela 6 - Inscritos em Cursos de Especialização Tecnológica em estabelecimentos de Ensino Superior: Instituições de Ensino Universitário e de Ensino Politécnico

Subsistema de ensino	2004-05	2005-06	2006-07	2007-08	2008-09	2009-10
Ensino Superior Público	277	1 017	1 913	4 359	5 149	5 244
Universitário	217	546	118	59	223	438
Politécnico	60	471	1 795	4 300	4 926	4 806
Ensino Superior Privado	17	242	340	452	683	970
Universitário	0	211	326	430	590	773
Politécnico	17	31	14	22	93	197
TOTAL	294	1 259	2 253	4 811	5 832	6 214

(Fonte: GPEARI-MCTES - 2010)

Em 2008-2009 obtiveram um diploma de especialização tecnológica 2 022 estudantes, quando no ano anterior tinham sido 1 782 (um crescimento de 13%).

1.2.7 Posicionamento do IPVC no sistema de Ensino Superior Português

Apresenta-se no Quadro nº 1, a estrutura referente à realidade do Ensino Superior Politécnico, particularmente referente ao número e tipo de formações oferecidas (segundo dados estatísticos fornecidos pelo Conselho Coordenador do ISP, tendo como data de referência Janeiro de 2010).

Tabela nº 7 – Ensino Superior Politécnico – oferta formativa

Ensino Politécnico	Licenciaturas	Mestrados	CET
Beja	18	5	9
Bragança	42	32	19
Castelo Branco	30	22	6
Cávado e Ave	21	6	8
Coimbra	47	22	6
Guarda	24	5	11
Leiria	68	15	23
Lisboa	53	22	0
Portalegre	23	4	2
Porto	82	44	4
Santarém	31	15	10
Setúbal	36	16	7
Tomar	28	10	17
Viana do Castelo	32	12	10
Viseu	36	9	3
Esc. Sup. de Enfermagem de Coimbra	1	9	0
Esc. Sup. de Enfermagem de Lisboa	1	0	0
Esc. Sup. de Enfermagem do Porto	1	0	0
Esc. Sup. Hotelaria e Turismo do Estoril	10	2	5
Escola Náutica Infante D. Henrique	7	4	2
Total	591	254	142

(Fonte: CCISP Janeiro 2010)

Relativamente ao Quadro nº 2, apresenta-se a evolução do número de estudantes de graduação, nos Institutos Politécnicos desde 2006 a 2010 (segundo dados estatísticos fornecidos pelo Conselho Coordenador do ISP, tendo como data de referência Janeiro de 2010).

Tabela nº 8 – N.º de estudantes de graduação dos IP

INSTITUTOS POLITÉCNICOS	2006	2008	2010	Peso por insti- tuição 2008	Varição 2006/2010
BEJA	3.097	2.752	4.664	4,61%	50,00%
BRAGANÇA	5.939	5.760	7.111	7,03%	19,00%
CASTELO BRANCO	4.509	4.403	4.417	4,37%	-3,00%
CÁVADO E AVE	1.540	2.194	2.962	2,93%	92,00%
COIMBRA	9.115	9.749	10.057	9,94%	10,00%
GUARDA	3.382	3.052	3.140	3,10%	-8,00%
LEIRIA	9.051	8.783	11.342	11,21%	25,00%
LISBOA	12.902	11.052	13.639	13,48%	5,00%
PORTALEGRE	2.551	2.593	2.790	2,76%	9,00%
PORTO	15.128	13.477	16.000	15,82%	5,00%
SANTARÉM	3.753	4.084	4.613	4,56%	22,00%
SETÚBAL	5.986	5.732	6.597	6,52%	10,00%
TOMAR	3.085	3.046	3.661	3,62%	18,00%
VIANA DO CASTELO	2.937	2.997	3.903	3,86%	32,00%
UISEU	5.842	5.964	6.255	6,18%	7,00%
TOTAL	88.817	85.638	101151	100,00%	13,00%

(Fonte: CCISP Janeiro 2010)

Constata-se um aumento do número de estudantes de 13% entre 2006 e 2010, facto que se deve essencialmente ao aumento do número de formações de segundo ciclo, de cursos de especialização tecnológica e de licenciaturas em regime pós-laboral. Este aumento na oferta formativa veio mitigar o impacto causado redução do número de anos para a obtenção do diploma do primeiro ciclo.

Cerca de 50 % dos estudantes estão concentrados em quatro Institutos Politécnicos: Lisboa, Porto, Coimbra e Leiria;

Os 5 Politécnicos com maior aumento de estudantes de graduação entre 2006 e 2010 foram: Cávado e Ave (92 %), Beja (50%), Viana do Castelo (32%), Leiria (25%) e Santarém (22%).

Os 5 Politécnicos com menor crescimento ou redução de estudantes de graduação entre 2005 e 2008 foram: Guarda (-8%), castelo Branco (-3%), Lisboa (5%), Porto (5%), e Viseu (7,0%).

I.2.8 Enquadramento do IPVC na Região

A oferta formativa ao nível do ensino superior no Alto Minho é da responsabilidade de 3 Instituições, o Instituto Politécnico de Viana do Castelo (IPVC), a Universidade Fernando Pessoa (pólo de Ponte de Lima) e a Escola Superior Gallaecia (Escola Universitária não integrada).

De todas estas instituições, o IPVC possui o maior número de alunos, representando cerca de 86,8% do total da oferta formativa do Ensino Superior no Distrito. A entidade que apresenta maior oferta formativa imediatamente após o IPVC, é a Escola Superior Gallaecia, com 7,8% no total desta oferta. A Universidade Fernando Pessoa – Pólo de Ponte de Lima - apresenta um peso pouco significativo (5,2%) no contexto do Ensino Superior desta região.

Tal como previsto no Plano de Actividades para 2010, o IPVC é, no contexto actual, a Instituição de Ensino Superior do Distrito com maiores perspectivas de desenvolvimento, dado o aumento da sua oferta formativa, especialmente de CET e 2º ciclo, tendendo as restantes Instituições a estabilizar ou mesmo diminuir a sua influência na Região.

A sua localização, dispersa por diferentes áreas geográficas, e a multiplicidade de áreas científicas muito tem contribuído para o desenvolvimento económico, cultural e social da região e do país. O IPVC relaciona-se de forma estreita com diferentes entidades, instituições e empresas, integrando e servindo a região nos mais diversos sectores, privilegiando inovação e criatividade.

Estas parcerias, muitas vezes revertidas em protocolos de cooperação/colaboração com instituições de ensino, de investigação, centros tecnológicos, câmaras municipais, entre outras, permitem, ainda, um estreito relacionamento com docentes, investigadores e alunos, constituindo ainda factor integrador destes no mercado de trabalho.

Na área do Ensino Superior, o IPVC foi eleito ou nomeado, para a Vice-Presidência do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos, para a Presidência da Associação dos Institutos Superiores Politécnicos da Região Norte (APNOR) e da Associação dos Institutos Superiores Politécnicos Portugueses (ADISPOR).

Igualmente no seu estreito relacionamento com a região, o IPVC integra o Conselho Geral da ADRIL (Associação Desenvolvimento Rural do Vale do Lima), preside à Assembleia Geral da ADRIMINHO (Associação Desenvolvimento Rural Integrado do Vale do Minho) e é Vice-Presidente da AREA ALTOMINHO (Agência Regional de Energia e Ambiente).

Na sua área de I&D+i, o IPVC participa na IN.CUBO, Incubadora de Iniciativas Empresariais Inovadoras, ocupando, ainda, funções de Direcção na Associação para o Centro de Incubação de Base Tecnológica do Minho (ACIBTM).

I.2.9 IPVC – Destaques de 2010

Em Julho de 2010, no seguimento dos novos Estatutos do IPVC, procedeu-se à eleição do seu Presidente e, em Setembro, à nomeação dos Vice-Presidentes e Directores. Durante esse ano, promoveu-se a eleição do Conselho Técnico- Científico e do seu Presidente, da preparação de regulamentos eleitorais para o Conselho Académico e deu-se seguimento à profunda reestruturação dos serviços. A elaboração e finalização do Plano Estratégico do IPVC, valorizando eixos, objectivos e políticas foi intensificada após a eleição e nomeação dos seus dirigentes.

O IPVC ocupou, ainda, na área do Ensino Superior, a Vice-Presidência do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos, a Presidência da Associação dos Institutos Superiores Politécnicos da Região Norte (APNOR) e da Associação dos Institutos Superiores Politécnicos Portugueses (ADISPOR).

Igualmente, o IPVC preside ao Conselho Geral da ADRIAL (Associação Desenvolvimento Rural do Vale do Lima) e da ADRIMINHO (Associação Desenvolvimento Rural Integrado do Vale do Minho) e é Vice-Presidente da AREA ALTOMINHO (Agência Regional de Energia e Ambiente).

Na sua acção formativa, o IPVC implementou e reforçou a oferta de Mestrados, quer nas Escolas Superiores do Instituto, quer no âmbito dos Mestrados ministrados em conjunto pela APNOR. Desenvolveram-se e apresentaram-se à A3ES novas propostas de 2os ciclos de estudo. Procedeu-se, igualmente, à apresentação de propostas de ciclos de estudo de formação inicial, na Escola Superior de Ciências Empresariais e Escola Superior de Tecnologia e Gestão. Desenvolveram-se Pós-Graduações e Pós-Licenciaturas, como propostas formativas a populações activas, que valorizam a especialização.

Promoveu-se novas ofertas formativas pós-secundárias não superiores (Cursos de Especialização Tecnológica) e alargou-se este tipo de formação a Escolas Profissionais da Região. Disponibilizaram-se formações à distância e promoveram-se cursos preparatórios de acesso ao ensino superior para maiores de 23 anos.

Em Janeiro de 2010, foi alargado o âmbito na certificação do Sistema de Gestão de Qualidade do IPVC, a nível de Formação, incluindo os Mestrados, nas suas Escolas de Educação, Agrária, Tecnologia e Gestão, Saúde e Ciências Empresariais. Serviços de Acção Social. Elaboração e desenvolvimento de estudos e projectos.

Incentivou-se a qualificação do corpo docente, através do apoio a candidaturas de formação avançada, PROTEC, e de outras formas de suporte ao Doutoramento dos docentes. Promoveu-se, ainda, um programa de acções de formação aos funcionários não docentes, particularmente direccionado para os colaboradores com alterações de funções.

Na sua área de I&D+i, o IPVC participa na IN.CUBO, Incubadora de Iniciativas Empresariais Inovadoras, ocupando, ainda, funções de Direcção na Associação para o Centro de Incubação de Base Tecnológica do Minho (ACIBTM).

O IPVC, na qualidade de Coordenador Nacional, promoveu a 7.ª edição do projecto Poliemprende. O Concurso de Ideias tem como objectivo a promoção global da competitividade do País através de uma rede nacional composta por todos os Institutos Politécnicos (IP) públicos portugueses, em número de 15, de escolas politécnicas, também públicas, não integradas em IP, de escola politécnicas integradas nas Universidades do Algarve. Durante a sétima edição, por iniciativa do IPVC, incluiu-se neste projecto o Instituto Politécnico de Macau. De destacar que a nível regional foram apresentados a concurso 34 projectos de negócio, envolvendo 250 alunos nas oficinas de empreendedorismo realizadas. A nível nacional surgiram 154 ideias de negócio envolvendo nas actividades desenvolvidas perto de 600 alunos.

Desenvolveu-se a OTIC – Oficina de Transferência de Tecnologia e de Conhecimento, com a centralização dos Gabinetes de Projectos das diferentes Escolas, promovendo a racionalização de Recursos Materiais e o desenvolvimento do Capital Humano necessários para a promoção de candidaturas a projectos nacionais e internacionais, bem como no empreendedorismo e prestação de serviços à comunidade.

Intensificou-se a internacionalização do IPVC, tanto pela intensificação de parcerias no Espaço Europeu de Ensino Superior como através da cooperação no Espaço Lusófono, promovendo a mobilidade de discentes e docentes e, pela primeira vez, de funcionários não docentes. A promoção e organização de encontros internacionais veio apoiar e dar mais visibilidade ao esforço de internacionalização desenvolvido.

Intensificou-se a política de reorganização dos serviços administrativos e financeiros, bem como à concentração do orçamento, através do ajustamento e racionalização dos Recursos Humanos disponíveis e dos recursos financeiros, permitindo maior eficácia e melhor gestão.

O desenvolvimento das novas tecnologias e do seu reforço de utilização alargou-se, tanto na disponibilidade como nos diferentes espaços IPVC, permitindo maior simplificação e interactividade, e em diferentes temáticas, como a da Avaliação, serviços aos Alunos, plataforma *moodle* ou, ainda, na divulgação institucional.

A oferta cultural e apoio à comunidade foram intensificados, através de diversos eventos da Oficina Cultural do IPVC e de acções de sensibilização à comunidade. A participação em eventos de carácter cultural e desportivo, como parceiro tecnológico, estendeu-se a diferentes momentos ao longo do ano.

O IPVC organizou, co-organizou e participou em 144 eventos de carácter técnico, científico e cultural, com a finalidade de projectar a sua imagem institucional e assim divulgar a sua oferta formativa, serviços e infra-estruturas.

I.3. CARACTERIZAÇÃO DO INSTITUTO

I.3.1. Apresentação

“ O Instituto Politécnico de Viana do Castelo, adiante designado por Instituto ou IPVC, é uma instituição de ensino superior de direito público, ao serviço da sociedade, uma comunidade de estudantes e profissionais qualificados e participativos, que tem como missão o desenvolvimento harmonioso da pessoa humana, a criação e a gestão do conhecimento e da cultura, da investigação, da ciência, da tecnologia e da arte.”
(art. 1.º dos Estatutos do IPVC)

“O IPVC é uma pessoa colectiva de direito público, dotada de autonomia estatutária, pedagógica, científica, cultural, administrativa, financeira, patrimonial e disciplinar.”
(art. 3.º dos Estatutos do IPVC)

O Instituto Politécnico de Viana do Castelo é uma instituição de Ensino Superior Público, criado pelo Decreto-Lei nº 380/80, de 16 de Agosto. É uma pessoa colectiva de direito público, dotada de autonomia estatutária, administrativa, financeira e patrimonial. Os seus estatutos foram homologados pelo Despacho Normativo nº 7/2009, de 26 de Janeiro, publicado na II Série do D.R. de 06-02-2009.

O Instituto Politécnico de Viana do Castelo é uma instituição de ensino superior, ao serviço da sociedade, uma comunidade de estudantes e profissionais qualificados e participativos, que tem como missão o desenvolvimento harmonioso da pessoa humana, a criação e a gestão do conhecimento e da cultura, da investigação, da ciência, da tecnologia e da arte. Dispõe de uma estrutura organizativa integrada por escolas unidas numa mesma missão, cuja dispersão geográfica facilita o compromisso com o desenvolvimento sustentável da região e cuja dimensão permite a proximidade de professores e estudantes numa relação estimulante à formação pessoal e profissional.

O IPVC pretende formar cidadãos livres, criativos, críticos e solidários, com elevados níveis de competência, motivados e preparados para construir a sua realização pessoal e profissional de modo ético e empreendedor. Valoriza a actividade do seu pessoal docente, investigador e não docente, estimula a formação intelectual e profissional dos seus estudantes e diplomados bem como a sua mobilidade, tanto a nível nacional como internacional, designadamente no espaço europeu de ensino superior e na comunidade de países de língua portuguesa.

Pretende, ainda, ser uma instituição reconhecida como parceiro fundamental para os agentes sociais, económicos e culturais, participando, designadamente, em actividades de investigação e desenvolvimento, difusão e transferência do conhecimento e cultura, assim como de valorização económica do conhecimento científico.

São atribuições do IPVC:

- a) A realização de ciclos de estudos visando a atribuição de graus académicos, bem como de outros cursos pós -secundários, de cursos de formação pós - graduada e outros, nos termos da lei;
- b) A criação do ambiente educativo e de desenvolvimento humano adequado à sua missão;
- c) A realização da investigação e o apoio e participação em instituições científicas;
- d) A transferência e valorização do conhecimento científico e tecnológico;
- e) A realização de acções de formação profissional e de actualização de conhecimentos;
- f) A prestação de serviços à comunidade e de apoio ao desenvolvimento da região e do país, numa perspectiva de valorização recíproca;
- g) A cooperação e o intercâmbio cultural, científico e técnico com instituições congéneres, nacionais e estrangeiras;
- h) A contribuição, no seu âmbito de actividade, para a cooperação internacional e para a aproximação entre os povos, em especial com os países de língua portuguesa e os países europeus;
- i) A produção e difusão do conhecimento e da cultura;
- j) Apoiar o associativismo estudantil, proporcionar condições de estudo adequadas aos trabalhadores estudantes e estabelecer um quadro de ligação aos seus antigos alunos

O IPVC apresenta, a nível interno, um conjunto de regulamentos que orientam a multiplicidade de Escolas, Unidades Funcionais e Órgãos de Gestão que o constituem.

I.3.2. Estrutura Organizacional

Tendo em vista a concretização da sua missão bem como a especificidade do contexto social, económico e cultural em que se insere o IPVC organiza-se internamente em unidades de ensino e investigação, também designadas por escolas; unidades de investigação; unidades funcionais de suporte à sua actividade; unidades de investigação comuns a outras instituições de ensino superior universitário ou politécnico e ou de investigação e outras unidades, da natureza das anteriores ou diferentes, que venham a ser criadas para a prossecução dos objectivos do Instituto.

Constitui um todo-único organizado, vertical e horizontalmente, em áreas de ensino/aprendizagem, científicas, de investigação e prestação de serviços e dispõe ainda de serviços para o apoio técnico e administrativo necessário ao bom funcionamento do Instituto e de toda a sua estrutura organizativa.

O IPVC tem uma estrutura dirigida para a flexibilidade e optimização dos recursos como forma de aumentar a eficiência e racionalidade dos serviços. Implementou um Sistema de Gestão de Qualidade, segundo a norma ISO 9001:2008, processo este que tem como objectivo definir e normalizar todo o procedimento de gestão da instituição.

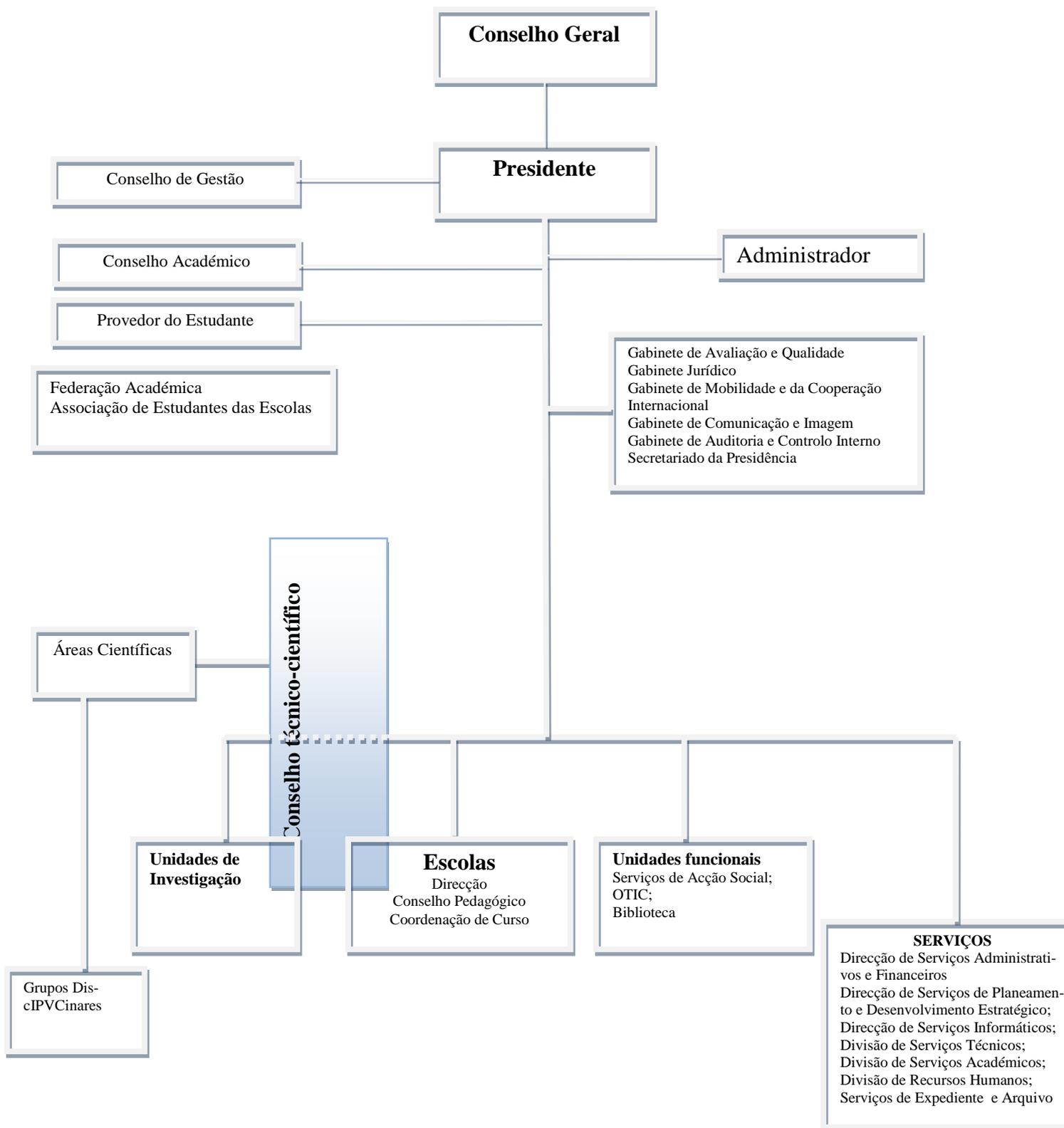


Figura 1 – Organograma do IPVC

O IPVC integra cinco Unidades Orgânicas orientadas para projectos de ensino – as Escolas Superiores – e três Unidades Funcionais – Serviços de Acção Social (SAS); Biblioteca; Oficina de Transferência de Tecnologia, Inovação e Conhecimento (OTIC).

Cabe aos Serviços Centrais e à Presidência do Instituto assegurar a coordenação institucional das actividades de gestão de pessoal, patrimonial, administrativa, financeira, planeamento global e apoio técnico.

As referidas Unidades Orgânicas são:

- **Escola Superior de Educação (ESE).**
Criada pelo Decreto-Lei nº 513-T/79, 26/1



- **Escola Superior Agrária (ESA)**
Criada pelo Decreto-Lei nº 46/85, 22/11



- **Escola Superior de Tecnologia e Gestão (ESTG)**
Criada pelo Decreto-Lei nº 46/85, 22/11



- **Escola Superior de Ciências Empresárias (ESCE)**
Criada pelo Decreto-Lei nº 264/99, 14/07



- **Escola Superior de Saúde (ESS)**
Criada pelo Decreto-Lei nº 821/89, 15/9



Reconvertida em Escola Superior de Enfermagem pela

Portaria nº 821/89, 15/9 e renomeada Escola Superior de Saúde através dos novos estatutos do IPVC.

O IPVC está dotado de **Serviços de Acção Social** que é uma unidade funcional dotada de autonomia administrativa e financeira, tendo iniciado a sua actividade em Abril de 1994, embora desde 1987 que os alunos do Instituto Politécnico de Viana do Castelo têm usufruído de bolsas de estudo e apoio social.



Como unidade funcional, o IPVC tem, ainda, uma Oficina de Transferência de Tecnologia e do Conhecimento do Instituto Politécnico de Viana do Castelo [OTIC-IPVC],

estrutura que tem como missão apoiar a protecção do conhecimento desenvolvido nas suas escolas superiores e estruturas de investigação e colaborar na sua transferência para a sociedade, estimulando desta forma a inovação e a competitividade do tecido económico e empresarial, bem como a criação de empresa de base tecnológica.

A descrição das funções dos Órgãos, Gabinetes e Serviços constantes deste Organograma, encontra-se nos Estatutos do IPVC e respectivas Unidades Orgânicas, Unidades Funcionais e Unidades de Investigação em despachos do Presidente do IPVC.

São serviços em implementação, consolidação ou em instalação, na nova organização do IPVC, a direcção de serviços de planeamento e desenvolvimento estratégico, direcção de serviços administrativos e financeiros, direcção de serviços informáticos, divisão de serviços técnicos, divisão de serviços académicos, divisão de recursos humanos, serviço de expediente e arquivo, gabinete jurídico, gabinete de comunicação e imagem, gabinete de mobilidade e cooperação internacional, gabinete de avaliação e qualidade, gabinete de auditoria e controlo interno e o secretariado da presidência.

As escolas do IPVC dispõem de um órgão uninominal de natureza executiva, o director, um órgão de natureza pedagógica, o conselho pedagógico e órgãos de coordenação dos ciclos de estudos.

1.3.3. Órgãos

Como órgãos do IPVC, destacam-se os de **governo**:

- Conselho Geral;
- Presidente;
- Conselho de Gestão.

De **gestão científica**:

- Conselho Técnico-Científico, apresentando Comissões Técnico-Científicas em cada Escola Superior.

Consultivos

- Conselho Académico;
- Provedor do Estudante.

I.3.4. Associações

O IPVC instituiu a Fundação Fernão de Magalhães, uma instituição de direito privado, sem fins lucrativos, que se rege por estatutos próprios e pela Lei. Sedeada em Viana do Castelo, tem por objecto a promoção do desenvolvimento científico, tecnológico, cultural e económico da região e do país, através de acções que envolvam o IPVC e as suas Escolas.

O IPVC é ainda associado fundador da Incubadora INCUBO cuja Missão consiste em contribuir para a dinamização da economia do Minho-Lima através da difusão do espírito empreendedor, da disponibilização de um ambiente propício à geração de nova capacidade empresarial, da atracção de investimentos orientados para as tecnologias, e da criação e exploração de interfaces de cooperação e de inovação.

O Instituto Politécnico de Viana do Castelo é também parceiro de outras Associações, nomeadamente:

- CCISP - Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos;
- ADIPOR - Associação de Institutos Superiores Politécnicos Portugueses;
- APNOR - Associação de Politécnicos do Norte;
- ADRIL - Associação Desenvolvimento Rural do Vale do Lima;
- ADRMINHO - Associação Desenvolvimento Rural Integrado do Vale do Minho;
- AREA ALTOMINHO - Agência Regional de Energia e Ambiente.

I.3.5. Legislação e Regulamentação Interna

Como reguladores do funcionamento geral e interno, e sendo os seus Estatutos a base, será de considerar a legislação e regulamentação em vigor à data de 31 de Dezembro de 2010, e cuja listagem consta dos anexos a este Relatório aplicável a todas as unidades do IPVC.

I.4. ORIENTAÇÕES GERAIS E ESPECÍFICAS

Durante o ano de 2010, o IPVC esboçou um Plano Estratégico para o período 2011/2014. Desse trabalho resultou já a definição de um conjunto de objectivos que, enquadrados em respectivos eixos, definem a estratégia da Instituição para o quadriénio referido.

Apresenta uma **Missão**

O Instituto Politécnico de Viana do Castelo [IPVC] é uma instituição pública de ensino superior que produz, difunde e transfere conhecimento e cultura, promove a formação integral dos cidadãos e a aprendizagem ao longo da vida, numa atitude de permanente inovação, qualidade e espírito empreendedor, centrado no desenvolvimento regional, do país e na internacionalização, em convergência com o espaço europeu do ensino superior.

Com **valores**

liberdade, a responsabilidade e a cidadania, o espírito crítico e de pertença, a solidariedade, a inclusão, a cooperação e a multiculturalidade.

E uma Visão

O IPVC é uma instituição de ensino superior de referência, aberta, plural, favorecedora de oportunidades para todos e conhecida pela relevância e qualidade da sua acção enquanto entidade produtora e difusora de conhecimento e cultura e pelo seu compromisso e pró-actividade com o desenvolvimento da sua região e do país, no contexto do espaço europeu de ensino superior.

Identifica, em cada momento, as partes interessadas – agentes científicos, culturais, sociais e económicos, da região, do país ou estrangeiros – e com elas promove as parcerias necessárias para uma acção eficaz ou de sucesso.

Dispõe de um modelo organizacional convergente para um projecto único e plural, servido por um sistema de direcção estratégica ágil, a todos os níveis, capaz de distribuir eficientemente os recursos e orientado para os seus objectivos estratégicos. Dispõe, ainda, de serviços organizados de modo vertical, os quais servem, transversalmente, toda a instituição. Toda a sua acção está centrada no desenvolvimento humano das suas pessoas e das suas competências.

Dispõe de uma oferta formativa diversificada e inovadora em áreas e níveis, transversal às suas Escolas e que assegura a formação integral das pessoas, fomentadora do sucesso, da auto-aprendizagem e da capacidade de empreender. Usa métodos e processos de ensino/aprendizagem inovadores, atractivos, suportados em novas tecnologias, e um ambiente académico estimulante. Desenvolve os seus processos formativos com grande proximidade ao tecido social e económico visando a aproximação dos estudantes ao seu papel social futuro e à realidade do mundo empresarial e do trabalho.

Pela excelência do seu ensino e investigação, pelas suas competências científicas e técnicas, pela qualidade da sua intervenção social e cultural, atrai estudantes de elevado potencial e seriamente empenhados no seu próprio processo de desenvolvimento social, pessoal, científico e técnico.

Empenhado na internacionalização particularmente dirigida ao espaço europeu, faz da cooperação, em especial com os países lusófonos e da mobilidade, marcas distintivas da sua cultura institucional.

Os eixos e objectivos estratégicos definidos em 2010, de acordo com a política do Ensino Superior e as Opções do Plano foram:

Eixo 1: Formação

Visão

O IPVC dispõe de uma oferta formativa diversificada e inovadora em áreas e níveis, transversal às suas Escolas Superiores, de qualidade reconhecida, integrada no Espaço Europeu de Ensino Superior e que, de forma pró-activa, responde aos desafios colocados pelo mercado de trabalho e pelos vários públicos. Promove uma formação integral dos estudantes, em conhecimentos e valores, fomentadora da auto-aprendizagem e da flexibilidade, e incentiva ao empreendedorismo e à mobilidade.

OBJECTIVO ESTRATÉGICO

Organizar, de forma integrada, a oferta formativa em função do Espaço Europeu de Educação Superior e das necessidades da sociedade. Desenvolver e aplicar o espírito de Bolonha

OBJECTIVOS OPERACIONAIS

- Acompanhar proactivamente as necessidades de novas formações e de reestruturação das existentes;
- Dinamizar as novas ofertas formativas identificadas como necessárias, permitindo um crescimento do número de estudantes, fundamental por razões de massa crítica, escala e custos de exploração;
- Investir na oferta formativa ao nível do 2º ciclo e da formação ao longo da vida.

OBJECTIVO ESTRATÉGICO

Desenvolver a formação integral da Academia IPVC, dotando-a de competências académicas, científicas, cívicas, pessoais e organizacionais num quadro de responsabilidade social, imperativo no ensino superior contemporâneo e inovador.

OBJECTIVOS OPERACIONAIS

- Investir em estratégias que promovam o *aprender a aprender* ao longo da vida;
- Dotar os estudantes de competências ao nível da cidadania e da auto-aprendizagem e inculcar-lhes espírito empreendedor e de flexibilidade;
- Enriquecer a formação integral dos docentes.

4.2 Eixo 2: Investigação & Desenvolvimento + inovação [I&D+i]

Visão

As diversas áreas científicas que integram os professores e investigadores do IPVC e que organizam e potenciam o seu conhecimento e competências interagem e partilham centros de investigação aplicada em consórcio com outras entidades congéneres, ou centros e unidades de investigação e tecnologia próprios. Esta actividade científica é o motor dos processos formativos, da valorização económica do conhecimento e o principal suporte do desenvolvimento cultural, social e económico da comunidade.

A pró-actividade das áreas científicas e a dinamização e coordenação de estruturas existentes, como a Oficina de Transferência de Tecnologia e do Conhecimento [OTIC], permitem constituir as parcerias adequadas a uma eficiente actividade científica e o acesso, execução e financiamento de projectos, na sua promoção e divulgação, no empreendedorismo e dinamização de "spin-offs", na inovação do conhecimento, propriedade intelectual, patentes e prestação de serviços.

OBJECTIVO ESTRATÉGICO

Definir principais linhas de investigação da Instituição.

OBJECTIVOS OPERACIONAIS

- Analisar o potencial humano da Instituição, em termos de investigação;
- Identificar áreas de investigação e prestação de serviços à comunidade relacionadas com os cursos ministrados;
- Identificar necessidades e oportunidades de investigação e desenvolvimento a nível regional, nacional e internacional.

OBJECTIVO ESTRATÉGICO

Reorganizar as estruturas existentes.

OBJECTIVOS OPERACIONAIS

- Alargar o âmbito da OTIC;
- Criar e partilhar centros de investigação e tecnologia aplicada, próprios caso se justifique e existam condições, ou em consórcio com outras instituições congéneres.

OBJECTIVO ESTRATÉGICO

Produzir, aplicar e divulgar conhecimentos e tecnologia, como dimensão fundamen-

tal de todo o processo formativo.

OBJECTIVOS OPERACIONAIS

- Produzir conhecimento;
- Aplicar/transferir conhecimento potenciando o I&D+i criado no IPVC, disponibilizando-o, através da OTIC, e valorizando-o economicamente;
- Divulgar a produção científica.

4.3 Eixo 3: Desenvolvimento Humano

Visão

O IPVC dispõe de um Sistema de Gestão de Desenvolvimento Humano centrado nas pessoas, que promove a formação permanente dos seus membros e se orienta para o cumprimento da sua missão.

Está criado um clima e uma cultura organizacionais que favorecem o processo de integração e potenciam o desempenho competente, o espírito empreendedor e a gestão do conhecimento.

Implementou-se um sistema de avaliação que valoriza a dedicação, a competência e o mérito, com reflexos no reconhecimento e na satisfação profissional dos colaboradores. A formação cívica e cultural dos estudantes, para além das competências académicas e científicas, caracterizam-se e distinguem-se pela sua qualidade.

OBJECTIVO ESTRATÉGICO

Implementar um sistema de gestão do desenvolvimento humano.

OBJECTIVOS OPERACIONAIS

- Garantir um sistema de organização do trabalho que, suportado nas competências e empenho dos colaboradores, desenvolva metodologias e circuitos eficientes;
- Desenvolver um sistema de gestão do conhecimento que integre e valorize as pessoas e suas competências e as transforme no activo mais valioso da Instituição.

OBJECTIVO ESTRATÉGICO

Promover um clima organizacional que contribua para o bem-estar e a realização profissional das pessoas.

OBJECTIVOS OPERACIONAIS

- Desenvolver instrumentos que permitam uma comunicação eficaz, uma participação activa e promovam o bem-estar das pessoas;
- Desenvolver processos de análise sistemática dos indicadores do grau de satisfação.

OBJECTIVO ESTRATÉGICO

Promover um clima organizacional que contribua para o bem-estar, a realização pessoal e cívica dos estudantes.

OBJECTIVOS OPERACIONAIS

- Apoiar os estudantes na sua formação cívica e cultural;
- Alargar o âmbito dos serviços de suporte aos estudantes do IPVC.

4.4 Eixo 4: Direcção Estratégica

Visão

Está implementado um novo modelo organizacional que transformou a estrutura do IPVC num todo-único e coeso, constituído pelas suas unidades de suporte, de ensino e de investigação, e pelas suas pessoas, as quais, habitando os diferentes espaços, partilham os mesmos órgãos de gestão.

O novo modelo, suportado em fiáveis e adequados sistemas de informação e de gestão da qualidade, permitiu implementar uma gestão estratégica a todos os níveis, ágil, eficiente na distribuição de recursos e orientada para os objectivos estratégicos e para a satisfação das suas comunidades interna e externa.

OBJECTIVO ESTRATÉGICO

Implementar um sistema de direcção estratégica que optimize e mobilize, a todos os níveis, a instituição e a comunidade.

OBJECTIVOS OPERACIONAIS

- Desenvolver competências de gestão em todos os responsáveis da instituição que suportem o sistema de direcção estratégica;
- Promover um sistema de divulgação do plano estratégico dentro e fora da instituição;
- Envolver as comunidades interna e externa nos processos de implementação da direcção estratégica.

OBJECTIVO ESTRATÉGICO

Consolidar a estrutura organizacional numa eficiente integração e optimização de todos os seus recursos.

OBJECTIVOS OPERACIONAIS

- Optimizar recursos, diversificar fontes e promover um sistema de distribuição interna mais eficiente;
- Desenvolver um sistema de informação integral como suporte à tomada de decisões;
- Adequar as infra-estruturas às necessidades da organização institucional.

4.5 Eixo 5: Marketing e Comunicação

Visão

O IPVC é uma instituição que, no desenvolvimento da sua acção e pela participação das suas comunidades interna e externa, criou uma imagem de valor e uma marca reconhecida no contexto regional, nacional e junto dos seus parceiros internacionais. Para manter e divulgar esta imagem, investiga e interage, de forma sistemática com o mercado, através, entre outros:

- Da grande proximidade aos seus antigos estudantes, seguindo os seus percursos profissionais e auscultando as suas necessidades e anseios, facultando a sua formação ao longo da vida, transformando o IPVC no parceiro privilegiado do seu percurso pessoal e profissional e na resolução dos seus problemas.
- Na busca e relacionamento com potenciais estudantes, através do desenvolvimento de programas específicos, para fomentar o gosto pelas profissões, pelo estudo e pela ciência, numa perspectiva de aproximação destes estudantes ao IPVC.

Utiliza, de forma inovadora, as novas tecnologias de informação e comunicação, nomeadamente as redes sociais e os meios de comunicação social.

OBJECTIVO ESTRATÉGICO

Desenvolver e consolidar a marca "IPVC" como uma instituição de referência no ensino superior pela sua qualidade global e pelas suas áreas de excelência, moderna, aberta e plural, que serve a sua comunidade e o país e que atraí estudantes de mérito para as suas formações.

OBJECTIVOS OPERACIONAIS

- Conseguir uma boa imagem do IPVC nas comunidades interna e externa;
- Promover o IPVC, com profissionalismo, com vista a atrair potenciais estudantes;
- Garantir boas relações com os parceiros sociais.

OBJECTIVO ESTRATÉGICO

Aperfeiçoar o sistema de comunicação interna e externa.

OBJECTIVOS OPERACIONAIS

- Estabelecer modelos de comunicação que favoreçam a identidade, o espírito de partilha e o envolvimento das comunidades interna e externa.
- Aumentar o nível de penetração da informação relativa ao IPVC nos órgãos de comunicação e nas redes sociais.

4.6 Eixo 6: Relações com a Sociedade/Internacionalização

Visão

Neste âmbito, em 2014, o IPVC ocupa posição de relevo no panorama nacional. É um Instituto Politécnico [IP] policêntrico, aberto à comunidade envolvente, à região, ao país e ao mundo, nas vertentes cultural, social, científica e de negócio, contribuindo para a formação de cidadãos livres, criativos, solidários e empreendedores.

O IPVC tem organizado um sistema, integrador e inovador, de relações externas, que otimiza recursos e congrega saberes. É um IP mais forte, mais apto e mais capaz de construir respostas sociais, interagindo com a comunidade de forma consistente e regular.

Desenvolve parcerias internacionais, com pares, integrando redes de formação e de I&D de excelência que possibilitem a mobilidade das pessoas e a partilha de saberes. Em simultâneo, em sintonia com as orientações da cooperação internacional, com particular ênfase no espaço lusófono, o IPVC é parceiro atento e activo em prol do desenvolvimento sustentável, da luta contra a pobreza, e da educação para o desenvolvimento.

OBJECTIVO ESTRATÉGICO

Potenciar as parcerias estratégicas com instituições pares e com o tecido social e empresarial da região e do país.

OBJECTIVOS OPERACIONAIS

- Desenhar e aplicar estratégias para melhorar e adequar a resposta às necessidades da comunidade envolvente;
- Reforçar competências e capacidade de intervenção em projectos e programas de I&D e de prestação de serviços estruturantes do desenvolvimento regional e do país.

OBJECTIVO ESTRATÉGICO

Promover a mobilidade internacional das pessoas e dos saberes

OBJECTIVOS OPERACIONAIS

- Desenvolver parcerias internacionais com instituições pares e centros de I&D, facilitadoras da concepção e da implementação de projectos conjuntos de I&D e de transferência de tecnologia e conhecimento;
- Reforçar e institucionalizar programas de mobilidade internacional dos docentes e dos estudantes, no âmbito das diversas áreas formativas e da I&D, no espaço euro-

peu e fora da Europa, em particular no mundo lusófono;

- Promover, em sintonia com as orientações da cooperação internacional, projectos e programas em prol do desenvolvimento sustentável e da luta contra a pobreza, com especial ênfase nos espaços lusófonos.

4.7 Eixo 7: Logística

Visão

Tendo em conta a dispersão geográfica das Escolas Superiores que constituem o IPVC, as questões logísticas têm um papel fundamental no processo de desenvolvimento e integração das diferentes UO.

Assim, o incremento da utilização das Tecnologias de Informação e de Comunicação [TIC], um dos pontos fortes desta instituição, facilita o trabalho em rede e, consequentemente, a concretização de uma gestão transversal, permitindo eficiência, agilidade e eficácia nos processos.

O investimento em TIC permite a circulação/gestão da informação via digital, a uniformização de *software* de bases de dados nos diferentes serviços, a disponibilização de maior número de serviços *on-line*, a melhoria das condições de trabalho de toda a comunidade escolar e a sua aproximação. É também área fundamental de afirmação da instituição os "*students affairs*", designadamente através do apoio aos estudantes na inserção e acompanhamento no mercado de trabalho, no apoio médico, psicológico etc.

Os serviços de suporte ao funcionamento da instituição - bibliotecas, cantinas, aprovisionamento, segurança, higiene e manutenção das instalações, contabilidade e académicos, entre outros - são geridos de forma transversal às diferentes UO, embora com pontos de contacto locais, potenciando-os e otimizando o capital humano, e os recursos materiais e financeiros, utilizando-se, em alguns, o "*outsourcing*".

OBJECTIVO ESTRATÉGICO

Potenciar o emprego e a utilização das TIC na instituição.

OBJECTIVOS OPERACIONAIS

- Desenvolver as infra-estruturas e ferramentas TIC;
- Melhorar a gestão dos recursos existentes.

OBJECTIVO ESTRATÉGICO

Melhorar as infra-estruturas e adequar os serviços de suporte.

OBJECTIVOS OPERACIONAIS

- Implementar um sistema de gestão integrada dos recursos físicos, materiais e equipamentos;
- Rentabilizar economicamente as infra-estruturas e espaços do IPVC.

I.5. DIFICULDADES SURGIDAS

Num ano de novos estatutos e alteração das estruturas decorrentes do RJES, foram distintas e intensas as dificuldades sentidas, conjugadas de factores externos e internos ao IPVC. Assim, relativamente às limitações externas sentidas, constata-se:

- os constrangimentos orçamentais inerentes da situação económica nacional e internacional, particularmente o disposto ao financiamento do Ensino Superior;
- os estrangulamentos relacionados com a política de contratação pública, da administração pública e da revisão do estatuto da carreira docente do ensino superior politécnico;
- a situação económica nacional e regional com repercussão na Academia e procura de oferta formativa.

Os factores internos sentidos de forma mais intensa foram:

- A elevada mobilidade interna dos funcionários não docentes, fruto da reestruturação de serviços e seu ajustamento a novas funções e novos locais e equipas de trabalho;
- O esforço redobrado, fruto da reestruturação e concentração de serviços, em diferentes serviços, particularmente o da Contabilidade, Recursos Humanos e Académicos;
- o atraso na implementação de algumas aplicações informáticas, como o "workflow" e outras plataformas ou base de dados, que poderia facilitar e agilizar a comunicação entre os diferentes colaboradores internos e externos do IPVC;
- A necessidade de ajustamentos contínuos e relevantes no corpo docente, dado o elevado número de doutorandos, particularmente em PROTEC;
- O aumento de alunos bolseiros e a sua repercussão no acompanhamento dos Serviços de Acção Social e de Apoio ao aluno.

2.

ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS E RECURSOS UTILIZADOS

II. ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS E RECURSOS UTILIZADOS

Neste capítulo pretende-se expor o nível de desenvolvimento dos programas, projectos e actividades que o IPVC se propôs realizar no ano de 2010, numa perspectiva de análise comparativa entre resultados previstos e os resultados atingidos.

II.1. ACTIVIDADES DE ENSINO E FORMAÇÃO

De um modo geral, e cumprindo os objectivos delineados para o ano de 2010, salienta-se a estabilização da oferta formativa de 1.º Ciclo, a qual foi reforçada com a entrada em funcionamento de novas licenciaturas em regime pós laboral, nomeadamente Engenharia de Sistemas de Energias Renováveis, Engenharia Informática e Marketing e Comunicação Empresarial. Estes cursos já existiam em regime diurno.

Destaca-se ainda a entrada em funcionamento de novos cursos de Mestrado do IPVC e o acréscimo da oferta formativa de CET.

O ano de 2010 fica também marcado pela entrada em funcionamento de novos cursos de 2.º Ciclo. Os Mestrados em Gerontologia Social, Gestão Artística e Cultural, Construções Cívicas e Turismo, Inovação e Desenvolvimento, Educação pré-escolar; Educação Pré-escolar e em Ensino do 1º ciclo do EB e Ensino dos 1º e 2º ciclos do EB (estes últimos três de habilitação para a docência) funcionaram pela primeira vez no ano lectivo de 2010/11. Estes novos ciclos formativos vieram reforçar a oferta já existente, iniciada ano lectivo 2009/10, com a entrada em funcionamento de 10 novos Mestrados, Supervisão Pedagógica, Educação Artística, Promoção e Educação para a Saúde, Inovação e Mudança Educacional, Gestão Ambiental e Ordenamento do Território, Design Integrado, Empreendedorismo e Inovação na Indústria Alimentar e Gestão da Qualidade em Laboratórios.

Alargou a oferta de formações pós-secundárias não superiores (Cursos de Especialização Tecnológica), através da Escola Superior Agrária e da Escola Superior de Tecnologia e Gestão.

O Instituto Politécnico de Viana do Castelo, através do seu Gabinete de Saúde presta, igualmente, apoio psicológico e orientação vocacional – atendimento, acompanhamento, encaminhamento aos alunos necessitados.

Com o objectivo de incentivar a capacidade empreendedora dos seus estudantes, o Instituto Politécnico de Viana do Castelo deu continuidade a sua participação no projecto PoliEmprende. Orientado para a comunidade académica dos IP, o projecto privilegia a fertilização cruzada de áreas de saber, com o conseqüente enriquecimento de experiências, práticas e resultados, nomeadamente através do estímulo à constituição de equipas multidisciplinares. Neste âmbito deve-se destacar que, na 7ª edição (ano lectivo 2009/2010), o IPVC foi o “chefe de fila” deste projecto tendo desenvolvido uma série de iniciativas a nível regional e nacional e ajudaram a desenvolver e a tornar ainda mais visível esta iniciativa.

O Instituto Politécnico de Viana do Castelo, através do seu Gabinete de Saúde presta, ainda, apoio psicológico e orientação vocacional – atendimento, acompanhamento, encaminhamento aos alunos necessitados.

II.1.1. Oferta Formativa

II.1.1.1. Escola Superior de Educação

No decorrer dos anos lectivos 2009/10 e 2010/11, a Escola Superior de Educação ministra os cursos constantes no Quadro nº 1. Desta oferta formativa, destaca-se a entrada em funcionamento dos mestrados em Gerontologia Social e Gestão Artística e Cultural (2010/2011).

Ainda durante o referido ano lectivo que agora decorre, iniciaram funcionamento 3 novos mestrados de habilitação para a docência, nomeadamente Educação pré-escolar; Educação Pré-escolar e em Ensino do 1º ciclo do EB; Ensino dos 1º e 2º ciclos do EB; o que significou o reforço na oferta formativa de 2.º Ciclo nesta Escola do IPVC.

Três licenciaturas no formato pré-Bolonha ainda possuíam estudantes inscritos, nomeadamente: Professores do 1º Ciclo do EB, Educação de Infância e Professores do EB – Variante de Educação Física.

Quadro nº 1 -Oferta formativa ESE-IPVC nos anos lectivos de 2009/10 e 2010/11

	2009/2010	2010/2011
Licenciaturas Pré Bolonha	Professores do 1º Ciclo do Ensino Básico	
	Educação de Infância	
	Professores do Ensino Básico – Variante de Educação Física	
	Professores do Ensino Básico – Variante de Educação Musical	
1.º Ciclo – Licenciatura	Educação Básica	
	Gestão Artística e Cultural (regime pós laboral)	
	Educação Social e Gerontológica	
	Desporto e Lazer	
2.º Ciclo – Mestrados	Didáctica da Matemática e das Ciências	
	Educação Artística	
	Promoção e Educação para a Saúde	
	Inovação e Mudança Educacional	
	Supervisão Pedagógica	
	Gerontologia Social	
	Gestão Artística e Cultural	
	Educação pré-escolar	
	Ed. Pré-escolar e em Ensino do 1º ciclo do Ensino Básico	
	Ensino dos 1º e 2º ciclos do EB	

II.1.1.2. Escola Superior Agrária

No decorrer do ano de 2010/11, a Escola Superior Agrária ministra os cursos constantes no Quadro nº 2. A ESA-IPVC pretende consolidar a oferta formativa ao nível de 1.º ciclo. Pretende ainda ministrar os Cursos de Mestrado em Agricultura Biológica (4ª edição) e Gestão Ambiental e Ordenamento do Território (3ª edição) condicionados ao número mínimo de candidatos.

Definiu ainda como objectivos dar continuidade à oferta formativa de CET, em que se justifique a abertura pelo número de candidatos, nos Cursos de Especialização Tecnológica em Cuidados Veterinários, Gestão e Animação Turística em Espaço Rural, Mecanização e Tecnologia Agrária e Sistemas de Informação Geográfica. Definiu, ainda, manter os protocolos de cooperação já existentes com as Escolas Profissionais Agrícolas de Marco de Canavezes, de Vagos, de Fermil de Basto e Casa Escola Agrícola Campo Verde – S. Pedro de Rates.

O regime pós-laboral da Licenciatura em Enfermagem Veterinária que funcionou em 2009/2010, não abriu vagas em 2010/2011.

Quadro nº 2 - Oferta formativa ESA-IPVC nos anos lectivos de 2009/10 e 2010/11

	2009/2010	2010/2011
Cursos de Especialização Tecnológica	Sistemas de Informação Geográfica	
	Cuidados Veterinários	
		Gestão da Animação Turística em Espaço Rural
		Mecanização e Tecnologia Agrária
1.º Ciclo – Licenciatura	Engenharia Agrária – Ramo Zootecnia e Ramo Espaços Verdes	
	Engenharia do Ambiente	
	Biotecnologia	
	Enfermagem Veterinária	
	Enfermagem Veterinária (Pós Laboral)	
2.º Ciclo – Mestrados	Agricultura Biológica	
	Gestão Ambiental e Ordenamento do Território	

II.1.1.3. Escola Superior de Tecnologia e Gestão

O total de oferta formativa da ESTG-IPVC em 2009/10 e 2010/11 encontra-se descrita no Quadro nº3.

Quadro nº 3 - Oferta formativa da ESTG-IPVC nos anos lectivos de 2009/10 e 2010/11

	2009/2010	2010/2011
Cursos de Especialização Tecnológica	Aplicações Informáticas de Gestão	
	Construções Civas e Obras Públicas	
	Desenvolvimento Produtos Multimédia	
	Tecnologia Alimentar	
	Tecn. e Gestão Sistemas Informação	
		Qualidade Alimentar
		Qualidade Ambiental
		Cerâmica
		Energias Renováveis
		Técnicas e Gestão Hoteleira
1.º Ciclo – Licenciatura	Turismo (Diurno e Pós Laboral)	
	Gestão (Diurno e Nocturno)	
	Eng. Civil e do Ambiente (Diurno e Pós Laboral)	
	Engenharia Alimentar	
	Design do Produto	
	Eng. Electrónica e de Redes de Computadores	
	Design de Ambientes	
	Engenharia e Tecnologia dos Materiais	
	Tec. Comp. Gráf. Multimédia	Eng. Comp. Gráf. Multimédia
	Engenharia Informática	Engenharia Informática (Diurno e Pós Laboral)
	Eng. de Sistemas de Energia Renováveis	Eng. Sistemas Energias Renováveis (Diurno e Pós Laboral)
	2.º Ciclo – Mestrados	Gestão Qual. Laboratórios
Empreendedorismo e Inovação na Indústria Alimentar		
Design Integrado		
Tecnologia Cerâmica		
Tecnologia e Gestão de Sistemas de Informação		
Construções Civas		
Turismo, I. e Desenvolvimento		

A ESTG-IPVC viu a sua oferta formativa de 1.º ciclo reforçada com a entrada em funcionamento de duas novas licenciaturas em regime pós-laboral, nomeadamente Engenharia Informática e Engenharia de Sistemas de Energia Renováveis. Ao nível do 2.º ciclo, com a entrada em funcionamento da primeira edição dos mestrados em Construções Civas e Turismo, Inovação e Desenvolvimento. A ESTG-IPVC ministra ainda outros dois mestrados no âmbito da APNOR – Associação de Politécnicos do Norte - nomeadamente, Gestão das Organizações – ramo Gestão de Empresas e Contabilidade e Finanças.

A ESTG-IPVC alargou ainda a sua oferta ao nível de Cursos de Especialização Tecnológica com o início de leccionação dos CET em Qualidade Alimentar, Qualidade Ambiental, Cerâmica, Energias Renováveis e Técnicas e Gestão Hoteleira.

II.1.1.4. Escola Superior de Ciências Empresariais

Na Escola Superior de Ciências Empresariais, na transição do ano lectivo 2009/10 para 2010/11 realça-se a entrada em funcionamento de um novo curso de 1.º ciclo em regime pós laboral. É objectivo da ESCE-IPVC consolidar a sua oferta formativa durante o ano de 2011, reforçada com a entrada em funcionamento do curso, em regime de funcionamento pós-laboral, de Marketing e Comunicação Empresarial.

Ao nível dos Cursos de Especialização Tecnológica, a ESCE-IPVC oferece um novo curso, nomeadamente Gestão de Redes e Sistemas Informáticos.

A oferta formativa da ESCE em 2009/10 e 2010/11 está descrita no Quadro nº 4.

Quadro nº 4 - Oferta formativa da ESCE-IPVC no ano lectivo de 2009/10 e 2010/11

	2009/2010	2010/2011
Cursos de Especialização Tecnológica	Contabilidade e Gestão	
		Gestão de Redes e Sistemas Informáticos
1.º Ciclo – Licenciatura	Informática de Gestão	
	Distribuição e Logística	
	Contabilidade e Fiscalidade (Pós Laboral)	
	Marketing e Comun. Empresarial	Marketing e Comun. Empresarial (Diurno e Pós Laboral)
2.º Ciclo – Mestrados	Logística	

II.1.1.5. Escola Superior de Saúde

Em 2009/10 e 2010/11 a Escola Superior de Saúde continua a ministrar o curso de Enfermagem (Quadro n.º 5), desenvolvendo paralelamente vários cursos de Pós-Licenciatura direccionados para profissionais de Enfermagem que constam do Quadro nº8, secção outras ofertas formativas.

No decurso do ano de 2010 ESS-IPVC viu aprovados dois cursos de 2.º ciclo que entram em funcionamento no início do ano 2011, nomeadamente Enfermagem Médico-Cirúrgica, Enfermagem de Saúde Comunitária, que funcionaram ainda no presente ano lectivo. Em paralelo continua a ministrar em parceria com a ESE-IPVC o mestrado em Promoção e Educação para a Saúde. No âmbito da Associação de Politécnico do Norte de Portugal, continuará a leccionar em parceria o 2.º ciclo em Gestão das Organizações – Ramo Gestão de Unidades de Saúde.

Quadro nº 5 - Oferta formativa da ESS-IPVC nos anos lectivos de 2009/10 e 2010/11

	2009/2010	2010/2011
1.º Ciclo – Licenciatura	Enfermagem	Enfermagem
2.º Ciclo – Mestrados	Gest. Organizações – Gest. Unidades de Saúde (APNOR)	
	Promoção e Educação para a Saúde (parceria ESE-IPVC)	
	Enfermagem Médico-Cirúrgica	
	Enfermagem Saúde Comunitária	

A oferta de novas licenciaturas na área da saúde encontra-se em análise quer em termos internos quer com outras Escolas Superiores de Saúde, estando previsto o envio de proposta de novos mestrados à A3ES nas áreas de Enfermagem de Reabilitação e de Cuidados Paliativos. Por outro lado, a abertura de nova edição do Curso de Pós-Licenciatura em Enfermagem de Reabilitação, entretanto proposto como Mestrado, esta dependente da resposta relativamente ao referido pedido preliminar de acreditação.

Cursos de Pós Licenciatura

Este tipo de formação destina-se a profissionais da saúde, mormente Enfermeiros, que através destas acções procuram a especialização neste âmbito.

Em 2010/11, a oferta formativa deste tipo encontra-se expressa no Quadro nº8.

Quadro nº 6 - Oferta formativa de Pós-Licenciaturas da ESS-IPVC nos anos lectivos de 2009/10 e 2010/11

	2009/2010	2010/2011
Pós Licenciaturas		Saúde Materna e Obstetrícia
		Enfermagem de Reabilitação
		Saúde Mental e Psiquiátrica
		Enfermagem Oncológica
		Enf. de Cuidados Paliativos

II.1.1.6. Outras ofertas formativas

No decurso do ano lectivo 2009/10 e 2010/11, o Instituto Politécnico de Viana do Castelo continuou a sua aposta em outros tipos de ofertas formativa, em particular em cursos direccionados a profissionais que já se encontrem inseridos no mercado de trabalho e que pretendam obter formação especializada.

Oferta Formativa Pós Graduada

O IPVC, através das suas Escolas, procurou responder a essas necessidades de formação especializada, através da leccionação de projectos educativos ao nível de Profissionalização em Serviço, Pós Graduação e de Pós Licenciatura.

Cursos de Profissionalização em Serviço

Estas ofertas formativas, destinadas a docentes, foram ministradas através da Escola Superior de Educação do IPVC e encontram-se descritas no Quadro nº 7.

Quadro nº 7- Oferta formativa – Cursos de Profissionalização em Serviço e de curta duração de 2009/10

Profissionalização em Serviço	Curso Intensivo de Espanhol
	Programa de Formação Contínua em Matemática para professores do 1º ciclo do ensino básico (PFCM) no distrito de Viana do Castelo
	Programa de Formação Contínua em Matemática para professores do 2º ciclo do ensino básico (PFCM) no distrito de Viana do Castelo
	Programa de Formação em Ensino Experimental das Ciências para Professores do 1.º Ciclo do Ensino Básico: Anos 1 e 2

	Programa Nacional de Ensino do Português no 1.º CEB
	Curso de Formação em Educação Especial

Cursos de Pós Graduação

Visando a especialização de profissionais, em 2009/10 a oferta formativa de Pós Graduações traduz-se através do Quadro nº 8. No ano lectivo 2010/11 apenas se encontra a funcionar uma pós graduação, Gestão da Qualidade na ESCE-IPVC. Esta situação é justificada pela apresentação de pedidos preliminares de acreditação de novos ciclos de estudos - 2.º ciclo – baseados nas estruturas dessas pós graduações.

Quadro nº 8 - Oferta formativa – Cursos de Pós-Graduação em 2009/10

2009/201	
Pós Graduações	Marketing dos Vinhos
	Segurança e Higiene no Trabalho
	Consultadoria e Auditoria Alimentar
	Comunicação e Saúde
	Finanças e Banca
	Gestão da Qualidade
	Enfermagem Oncológica
	Cuidados Paliativos

ACÇÕES DE CURTA DURAÇÃO

Em 2010, realizaram-se as seguintes acções formativas destinadas à comunidade Interna e/ou externa:

Curso Inicial de Tratamento Estatístico de Dados com SPSS – A Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Viana do Castelo [ESS-IPVC] ministrou a 3.ª Edição deste cursos com o objectivo de preparar os profissionais para a utilização do SPSS no processo de tratamento e análise estatística de dados.

Curso Auditorias de Qualidade - A Escola Superior de Ciências Empresariais do Politécnico de Viana do Castelo [ESCE-IPVC] promoveu junto dos seus alunos esta acção que lhes dará a oportunidade saírem para o mercado de trabalho, com mais uma valência – Auditor Interno da Qualidade. Esta foi uma parceria estabelecida com a ATEC – Academia de Formação.

Curso de Preparação para Maiores de 23 Anos - O Curso Preparatório de Acesso ao Ensino Superior para Maiores de 23 Anos destina-se a pessoas com idade superior a 23 anos ou que a completem até 31 de Dezembro e englobou todas as Escolas do IPVC.

Curso de Preparação para a Prova de Acesso de Cultura Matemática - O Curso Preparatório de Acesso ao Ensino Superior para Maiores de 23 Anos destina-se a pessoas com idade superior a 23 anos ou que a completem até 31 de Dezembro.

Tem como objectivo preparar para a prova de Cultura Matemática, no âmbito das Provas Especialmente Adequadas Destinadas a Avaliar a Capacidade para a Frequência dos Cursos Superiores do Instituto Politécnico de Viana do Castelo dos Maiores de 23 Anos. Esta foi a terceira edição desta iniciativa.

Curso Livre de Formação Específica de Voluntariado para a Cooperação – Esta acção teve como objectivos dar a conhecer as questões de Educação e Cooperação para o Desenvolvimento,

Curso de Formação Específica de Voluntariado para a Cooperação – Esta acção teve como objectivos Sensibilizar para as questões de Educação e Cooperação para o Desenvolvimento, Promover a aproximação e partilha de valores e culturas e Preparar voluntários para integrar projectos de cooperação para o desenvolvimento.

Acções de Formação b-on - Em parceria com a Biblioteca do Conhecimento on-line [b-on] realizaram-se três acções de formação, dirigidas para as áreas da Ciências da Saúde, Ciências e Tecnologias e Ciências e Humanidades com o objectivo de apresentar, demonstrar e informar sobre as funcionalidades da b-on.

Formação para Profissionais da Comunicação Social – Composta por dez workshops (Comunicação Oral, Edição de Imagem, Criação de Páginas Web, Ilustração, Fotografia Digital, Infografia, Edição e Produção Áudio, Edição e Produção Vídeo, Comunicação Empresarial e Comunicação Colaborativa), esta acção de formação direccionou-se, principalmente, para os jornalistas e outros profissionais da comunicação social da região.

Cursos de Empreendedorismo – Incluídas no concurso de ideias Poliemprende, a "Oficina E" constitui a 1ª fase desse concurso, sendo composta por três sessões que terão como tema comum o empreendedorismo. A "Oficina E2" tem como objectivo o aprofundamento da ideia de negócio, culminado com a apresentação de um plano de negócios.

II.1.2. Estudantes do IPVC

No ano lectivo 2009/10, a população escolar do IPVC era constituída por 3 738 alunos matriculados nas escolas superiores que o integram, distribuídos pelos diferentes ciclos de estudo constantes da sua oferta formativa (CET, Licenciatura e Mestrado), cobrindo uma grande área do conhecimento e outras formações de grau superior (pós-graduações e pós-licenciaturas).

Em 2010/11, a população escolar do IPVC integra 4 120 alunos matriculados nas suas escolas superiores, distribuídos pelos 22 Mestrados, 29 cursos de formação inicial, considerando os cursos que funcionam simultaneamente em regime diurno e pós laboral, 21 CET e 2 Pós-Licenciaturas, cobrindo uma grande área do conhecimento e outras formações de não conferentes de grau (pós-graduações). De referir, ainda, a conclusão recente de diplomados de Mestrado e de CET, em finais de Dezembro de 2010, que implicou, ainda, uma redução significativa de 218 alunos agora diplomados.

No gráfico seguinte apresenta-se a evolução do nº de alunos matriculados desde o início de funcionamento do IPVC – 1985/86 – até ao ano lectivo de 2010/11 (5 em 5 anos)

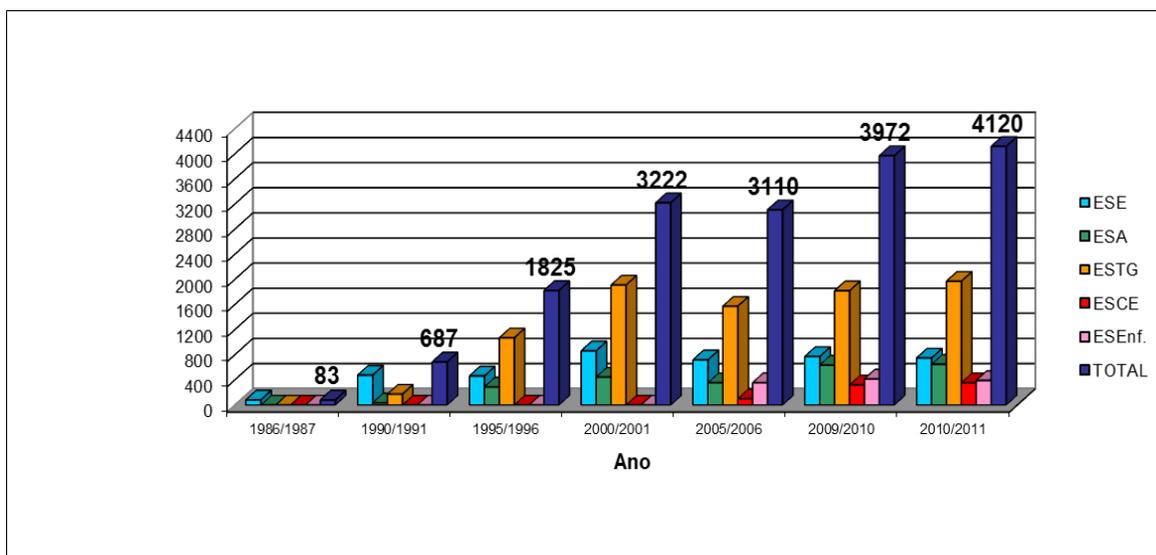


Gráfico nº 3 -N.º de alunos por Escola – evolução 86/87 a 2010/11 – Intervalos de 5 anos

(FONTE: Observatório do IPVC - Dez.2010)

O gráfico nº 4 apresenta a evolução do n.º de alunos inscritos ao nível do 1.º ciclo formativo, licenciaturas, desde 2006/07 a 2010/11.

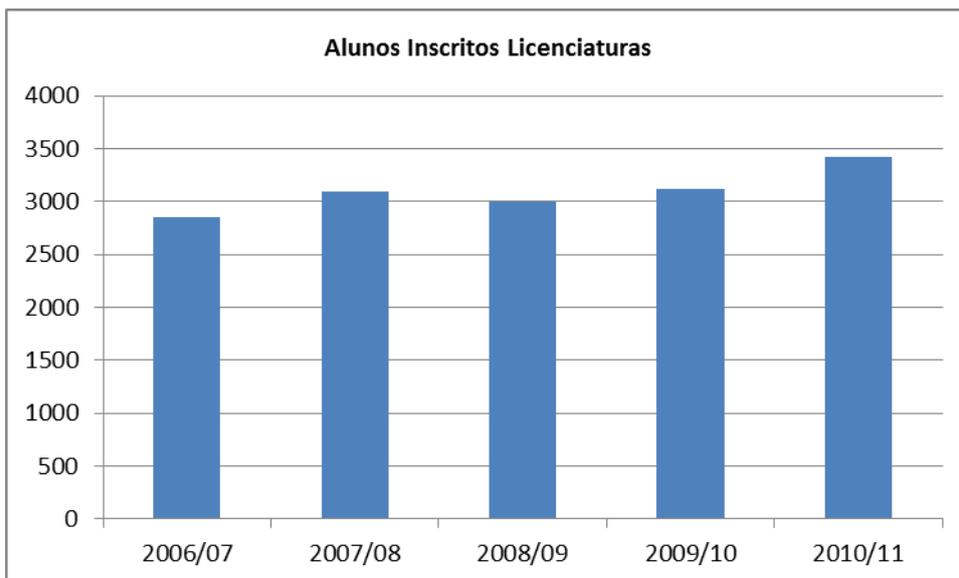


Gráfico nº 4 - N.º de alunos em formação inicial – evolução 2006/07 a 2010/11

(FONTE: Observatório do IPVC-2010)

Os anos lectivos de 2009/10 e 2010/11 marcam o período de grande aumento de oferta formativa ao nível de segundos ciclos no IPVC. Após a entrada em funcionamento dos Mestrados em Agricultura Biológica, Tecnologia e Gestão de Sistemas de Informação e Tecnologia Cerâmica, no ano lectivo de 2008/09, nos anos lectivos subsequentes o IPVC viu a sua oferta formativa incrementada em mais 19 projectos de ensino.

O gráfico nº 5 demonstra o desempenho desses cursos relativamente ao n.º de alunos inscritos.

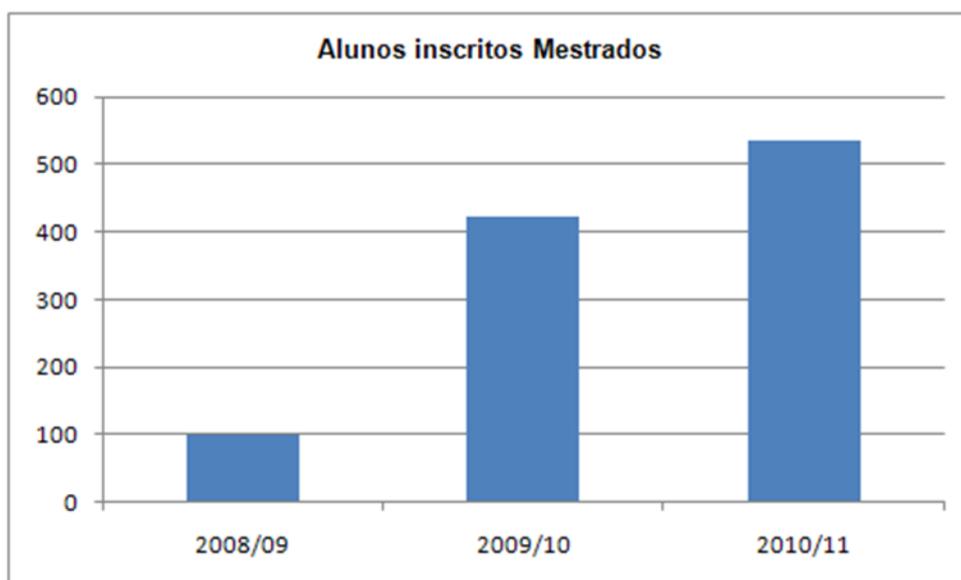


Gráfico nº 5 -Evolução de alunos inscritos em cursos de Mestrado

(FONTE: Observatório do IPVC -2010)

O IPVC iniciou a sua oferta de cursos de nível IV, Cursos de Especialização Tecnológica, no ano lectivo 2007/08, com a entrada em funcionamento de dois cursos. No ano lectivo 2009/10, 6 novos cursos foram leccionados e em 2010/11 iniciaram o seu funcionamento 9 novos CET. No ano lectivo 2009/10 um número elevado de alunos de CET concluíram o seu ciclo formativo, diferentes CET da ESA-IPVC funcionam em regime de protocolo de colaboração com Escolas Profissionais e outros que se encontram a desenvolver formação em contexto de trabalho.

O gráfico nº 6 demonstra a evolução do número de inscritos nos cursos de nível IV no IPVC.

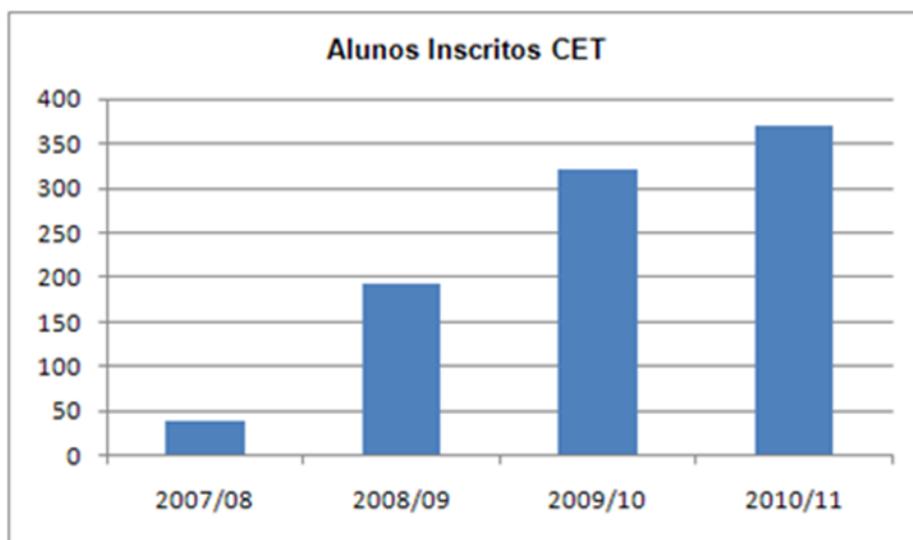


Gráfico nº 6 - N.º de alunos em CET – evolução 2007/08 a 2010/11

(FONTE: Observatório do IPVC - 2010)

II.1.2.1. Concurso Nacional de Acesso ao Ensino Superior

Em termos globais, e após concluídas todas as fases do Concurso Nacional de Acesso do ano lectivo 2010/2011, o IPVC preencheu 787 das 991 vagas que disponibilizou a concurso, correspondendo a 79,4%. A taxa de preenchimento de vagas para a 1ª fase foi de 73,9%, tendo-se observado 84,3% de inscrições dos alunos colocados.

Os cursos que obtiveram preenchimento total de vagas na 1ª fase foram Biotecnologia, Enfermagem Veterinária, Educação Social e Gerontológica, Desporto e Lazer, Educação Básica, Engenharia Alimentar, Gestão (diurno e nocturno), Turismo (diurno), Design de Ambientes, Design de Produto, Engenharia Civil e Ambiente, Engenharia de Sistemas de Energia Renováveis, Marketing e Comunicação Empresarial e Enfermagem. A nota mais elevada do último candidato, nos cursos com 100% de colocação

na primeira fase, foi dos cursos de Turismo (142,5), Enfermagem Veterinária (138.8) e Engenharia de Sistemas de Energias Renováveis (138.4).

O comportamento do IPVC no Concurso Nacional de Acesso ao Ensino Superior (1.ª, 2.ª e 3.ª Fase) pode ser observado do quadro resumo constante da página seguinte.

Tabela nº 9 - Resultados 1ª, 2ª e 3ª Fases Concurso Nacional de Acesso 2010/2011

Escola	Curso	1.ª Fase				2.ª Fase				3.ª Fase			
		Vagas	Col.	NUC	Insc.	Vagas Iniciais	Col.	NUC	Insc.	Vagas	Col.	NUC	Insc.
ESA	Biotecnologia	24	24	115,2	14	10	7	105,8	4	11	2	127,7	1
	Enfermagem Veterinária	24	24	136,2	19	5	8	135,1	6	2	2	128,4	2
	Engenharia Agronómica	24	7	119,3	7	17	4	121,0	3	16	0	0,0	0
	Engenharia do Ambiente	24	21	115,2	16	8	9	122,9	6	3	1	118,4	1
	Sub-Total	96	76		56	40	28		19	32	5		4
ESE	Gestão Artística e Cultural (pós-laboral)	30	17	97,0	15	15	15	109,0	11	4	1	107,4	1
	Educação Social Gerontológica	30	30	132,8	28	2	2	138,8	2	0	0	0,0	0
	Desporto e Lazer	30	30	130,8	18	12	13	129,7	9	4	6	124,3	3
	Educação Básica	80	80	132,6	71	9	11	139,7	9	2	3	137,3	2
	Sub-Total	170	157		132	38	41		31	10	10		6
ESTG	Turismo (regime pós-laboral)	35	28	95,0	28	7	9	126,8	8	1	1	132,7	1
	Engenharia Civil e do Ambiente (pós-laboral)	30	4	103,6	4	26	2	127,7	2	24	0	0,0	0
	Engenharia e Tecnologias de Materiais	24	4	118,2	3	21	7	114,5	7	15	2	113,9	1
	Engenharia da Computação Gráfica e Multimédia	28	11	113,6	8	20	8	113,9	8	13	2	113,6	2
	Eng. Sistemas Energias Renováveis (pós-laboral)	30	12	101,0	12	18	12	112,0	11	7	2	128,2	2
	Engenharia Alimentar	35	35	111,1	30	5	6	128,4	3	3	1	128,0	2
	Engenharia Informática	30	26	109,3	26	4	6	131,0	6	0	0	0,0	0
	Gestão	37	37	141,1	32	5	8	138,9	7	1	2	136,5	2
	Gestão (regime nocturno)	30	30	112,6	30	0	1	169,1	1	0	1	133,1	1
	Turismo	35	35	142,3	30	5	6	142,2	4	2	2	139,8	0
	Design de Ambientes	30	30	125,4	22	8	9	130,1	7	2	5	126,0	2
	Design do Produto	38	38	128,3	28	10	11	133,2	8	3	3	137,0	2
	Engenharia Civil e do Ambiente	35	35	121,5	30	5	7	129,9	7	0	0	0,0	0
	Eng. Electrónica Redes Computadores	30	11	121,7	11	19	9	113,7	7	15	0	0,0	0
	Eng. Sistemas de Energias Renováveis	30	30	134,3	27	3	5	137,9	5	0	0	0,0	0
Engenharia Informática (pós-laboral)	30	3	182,3	3	27	1	110,0	1	26	1	121,7	1	
	Sub-Total	507	369		324	183	107		92	112	22		16
ESCE	Marketing Comunicação Empresarial (pós-laboral)	30	6	111,8	3	27	9	96,0	6	21	4	105,8	1
	Distribuição e Logística	26	6	128,6	5	21	6	112,6	5	16	1	116,4	1
	Informática de Gestão	26	7	106,6	4	22	3	110,6	2	20	0	0,0	0
	Marketing e Comunicação Empresarial	35	35	120,4	25	10	14	125,0	8	6	7	111,2	6
	Contabilidade e Fiscalidade (pós-laboral)	35	11	106,8	11	24	5	96,0	4	23	2	105,0	2
	Sub-Total	152	65		48	104	37		25	86	14		10
ESS	Enfermagem	66	66	139,0	58	8	8	138,0	5	3	3	135,0	3
	Sub-Total	66	66		58	8	8		5	3	3		3

(FONTE: Ministério da Ciência, Tecnologia e do Ensino Superior – DGES – 2010)

II.1.2.2. Provas Maiores 23 Anos

Pelo quinto ano consecutivo, o IPVC promoveu as Provas Especialmente Adequadas Destinadas a Avaliar a Capacidade para a Frequência dos Cursos Superiores do Instituto Politécnico de Viana do Castelo dos Maiores de 23 Anos (Provas M23).

Estas provas destinam-se a permitir às pessoas que "completem 23 anos de idade até ao dia 31 de Dezembro do ano anterior que antecede a realização das provas" e que não tiveram oportunidade de frequentar o Ensino Superior, a possibilidade de o fazerem. É constituído por provas específicas adequadas aos cursos.

Relativamente a 2010, verificou-se um aumento de 7% no número de candidatos a este concurso, tendo no entanto se registado um ligeiro decréscimo no número de candidatos aprovados e candidatos colocados, tal como se ilustra na tabela nº 10.

Tabela nº 10 – Nº Candidatos, candidatos aprovados e candidatos colocados nas Provas Maiores de 23 anos

	2008/09	2009/10
Número de Candidatos	400	448
N.º de Candidatos Aprovados nas Provas	243	252
N.º de Candidatos Colocados	110	99

(Fonte: Serviços Académicos do IPVC – Dez.2010)

II.1.2.3. Diplomados e Índice de Sucesso Escolar

Exprime-se, no período em análise, a evolução do número de diplomados, pelo IPVC e pelas Escolas (tabela nº 11).

Tabela nº 11 – Evolução do número de diplomados em cursos de formação inicial

Ano	Ano Lectivo	ESE	ESA	ESTG	ESS	ESCE	TOTAL
2006	2005/2006	207	67	381	163	15	833
2007	2006/2007	110	38	195	175	12	530
2008	2007/2008	109	90	656	91	20	966
2009	2008/2009	158	58	213	57	28	514
2010	2009/2010	229	149	241	97	49	765

(Fonte: Observatório do IPVC - Dez 2010)

Da análise da tabela anterior revela-se, no total do IPVC, um aumento assinalável no número de diplomados em 2009/10 relativamente a 2008/09, situação explicada pela

conclusão do primeiro ciclo de estudos completo em alguns projectos educativos iniciados no ano lectivo 2007/2008.

O Quadro nº 7 indica o número de diplomados no ano lectivo de 2009/2010 por curso de cada Escola Superior que integra o IPVC.

Quadro nº 7 – Número de diplomados, por cursos de formação inicial, em 2009/10

Escola	Curso	Diplomados 2009/10
Escola Superior de Educação	Ensino Básico	68
	Gestão Artística e Cultural	22
	Desporto e Lazer	27
	Educação Social e Gerontológica	24
	Outros Cursos Pré Bolonha	84
Escola Superior Agrária	Biotecnologia	21
	Engenharia Agronómica	24
	Engenharia do Ambiente	18
	Enfermagem Veterinária	21
	Outros Cursos Pré Bolonha	3
Escola Superior de Tecnologia e Gestão	Turismo	32
	Gestão	37
	Gestão (Nocturno)	6
	Engenharia Alimentar	15
	Engenharia Civil e do Ambiente	32
	Engenharia Electrónica e Redes de Computadores	17
	Tecnologia da Computação Gráfica e Multimédia	14
	Design do Produto	26
	Design de Ambientes	29
	Engenharia Informática	13
Cerâmica Artística	2	
Engenharia de Sistemas de Energias Renováveis	2	
Escola Superior de Ciências Empresariais	Distribuição e Logística	10
	Informática de Gestão	18
Escola Superior de Saúde	Enfermagem	63

(Fonte: Observatório do IPVC - Dez 2010)

De destacar ainda o facto de no ano lectivo 2009/10, o IPVC ter aumentado o número de diplomados de 2.º Ciclo.

II.1.2.4. Mobilidade Internacional - Estudantes, Pessoal Docente e Não Docente

A aprovação pela Comissão Europeia, da Carta Universitária Europeia para 2007/2013, documento que cada instituição de ensino superior apresenta sobre a sua política europeia para a mobilidade, a desenvolver nos próximos anos para 2007/2013, o IPVC pretende dar continuidade ao que tem sido a política do Instituto em termos de internacionalização.

O Instituto tem desenvolvido uma intensa actividade ao nível da celebração de protocolos de cooperação com instituições europeias, mas também com os países de língua oficial portuguesa em África resultando num aumento da procura do IPVC por parte de estudantes afectos em Portugal a programas de mobilidade.

II.1.2.4.1. Cooperação

O Gabinete de Cooperação e Mobilidade Internacional funciona actualmente com vários programas a vários níveis e em vários âmbitos pretendendo no próximo ano o seu alargamento.

A cooperação a nível europeu e internacional:

No decurso do ano de 2010, o IPVC continuou a promover a dimensão europeia nos estudos e a fomentar a mobilidade dos estudantes, docentes e não docentes no ensino superior, e a par da continuada e sempre crescente participação em diversos Programas Internacionais, que desempenham um papel central na estratégia da sua internacionalização:

■ **Programa Aprendizagem ao longo da Vida 2008/2010** – é o programa de acção da Comunidade Europeia para a Cooperação no domínio da Educação, para promover o intercâmbio de alunos e docentes, de várias instituições europeias de ensino superior, através dos subprogramas:

Erasmus – através deste subprograma as instituições de ensino superior podem proporcionar aos seus estudantes um período de estudos em estabelecimentos de ensino estrangeiros, em países elegíveis, com uma duração mínima de três meses e máxima de um ano lectivo. Os projectos subordinados ao Programa Erasmus comportam duas vertentes através das quais poderão ser desenvolvidos: mobilidade e intercâmbio, ambas constituindo uma mais-valia o enriquecimento académico e conseqüentemente cultural e de forte contribuição para o desenvolvimento quer regional, quer nacional.

A participação do IPVC neste Programa Internacional é materializada através da celebração de 91 acordos bilaterais com instituições de Ensino Superior da União Europeia.

Erasmus Mundos – vocacionado para alunos da Geórgia, Arménia, Azerbaijão e em que as instituições de ensino superior podem proporcionar aos seus estudantes um período de estudos em estabelecimentos de ensino estrangeiros, em países elegíveis, com uma duração mínima de três meses e máxima de um ano lectivo.

A participação do IPVC neste Programa é materializada através de parcerias, onde os países europeus são os receptores de alunos de países de leste, sendo a Grécia o chefe de fila e coordenador das acções técnico-financeiras.

Programa Leonardo da Vinci – é uma iniciativa da União Europeia que visa a promoção de projectos susceptíveis de melhorar a qualidade das políticas e práticas de formação profissional na Europa.

No ano de 2010 o GMCI-IPVC apresentou as seguintes candidaturas com vista ao reforço e promoção da sua actividade, nomeadamente: EMPREGABILIDADE E COMPE-TÊNCIAS EM MOBILIDADE – ECM – LEONARDO DA VINCI PMT; Erasmus Intensive Language Course – EILC – PORTUGUÊS INICIAL; Erasmus Intensive Program – EIP - Fisioterapia e Reabilitação em Animais de Companhia e Characterization and valorization of agro-food products and their adjustment to the food safety requirements – FooVal – TEMPUS IV.

II.1.2.4.2 - Mobilidade de Estudantes

Nos últimos 6 anos, o número de alunos que frequentaram períodos de estudo no estrangeiro, no âmbito do Programa Erasmus, foi superior a 300, transformando o IPVC numa das Instituições de ensino superior com maior sucesso nesta área.

No ano lectivo 2009/10, estiveram envolvidos mais de 120 alunos em programas de mobilidade no âmbito do IPVC, particularmente 44 alunos em programas de mobilidade no estrangeiro e 80 alunos estrangeiros a frequentar cursos do IPVC.

No decurso do ano lectivo 2010/2011, estarão envolvidos (1.º e 2.º semestre) cerca de 130 alunos em programas de mobilidade, sendo que 83 serão alunos estrangeiros a frequentar cursos do IPVC e 57 alunos do IPVC em programas de mobilidade no estrangeiro.

No gráfico nº 7 pode-se observar a distribuição ao nível da mobilidade de alunos e funcionários (docentes ou não docentes), durante o ano lectivo de 2009/2010 e a comparação relativamente a 2010/2011.

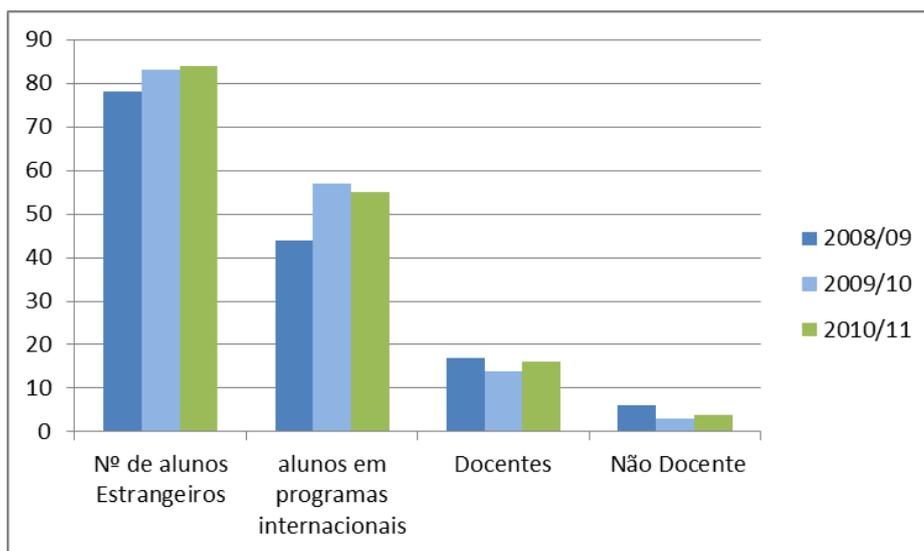


Gráfico nº 7 - Mobilidade Internacional do IPVC em 2008/09; 09/10 e 10/11

(Fonte: Gabinete de Cooperação e Mobilidade Internacional do IPVC - 2010)

Historicamente o IPVC tem recebido mais estudantes do que os que envia, como se pode observar no gráfico anterior. O número total de estudantes enviados subiu no último ano, verificando-se um aumento em todas as Escolas.

O número de estudantes recebidos em relação ao ano anterior, em consequência do aumento verificado em todas as Escolas. Foram diversos os países de destino escolhidos pelos nossos estudantes, em 2009/2010, com especial destaque para Polónia, Espanha e Lituânia. Os estudantes recebidos vêm predominantemente da Polónia, Itália e da Lituânia, logo seguidos pela Geórgia.

II.1.2.4.3. Intercâmbio de Docentes

As acções de mobilidade previstas no programa Erasmus ou nos protocolos bilaterais que o IPVC possui com os PALOPS não se destinam exclusivamente a estudantes. Também os docentes do ensino superior podem beneficiar dos mesmos.

O IPVC incentiva a mobilidade de docentes entre instituições de ensino superior europeu, através da concessão de apoio financeiro para a realização de missões no estrangeiro, que terão normalmente a duração de uma semana (ou no mínimo de 8 horas de aulas).

O Gabinete de Cooperação e Mobilidade Internacional presta o necessário apoio administrativo a processos de candidatura assim como disponibiliza os meios logísticos para apoiar os contactos realizados pelos docentes com Instituições de Ensino Superior estrangeiras.

PROGRAMA ERASMUS

No gráfico seguinte apresenta-se o n.º de docentes enviados e recebidos pelo IPVC, desde do ano lectivo de 2008/2009 até 2010/11

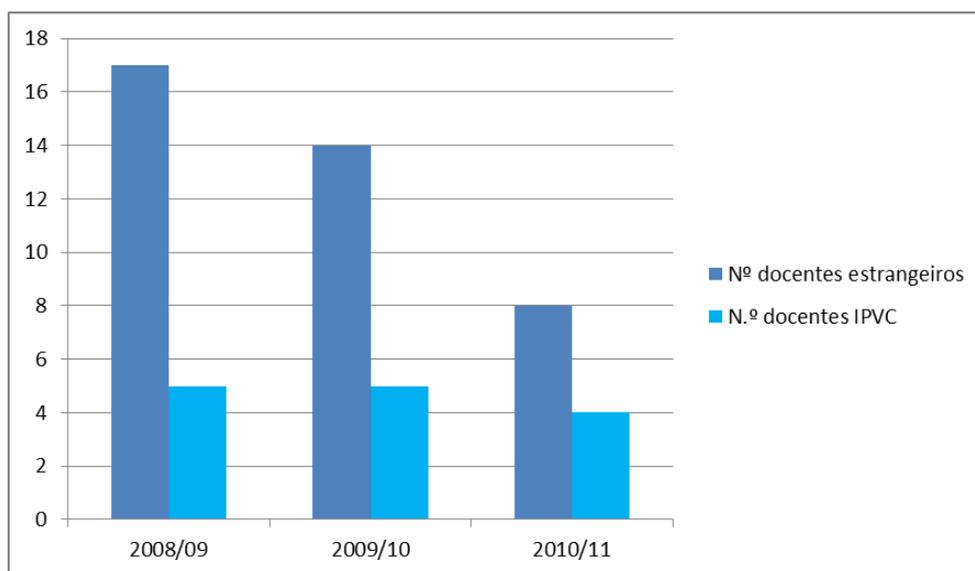


Gráfico nº 8 – Mobilidade de docentes Erasmus Outgoing e Incoming

(Fonte: Gabinete de Cooperação e Mobilidade Internacional do IPVC - 2010)

II.1.2.4.4 - EILC – Erasmus Intensive Language Course

À semelhança de anos anteriores, e com a participação de 68 alunos ERASMUS, o IPVC ministrou o curso Língua e Cultura Portuguesa (EILC – Erasmus Intensive Language Course), destinado aos estudantes estrangeiros Erasmus que vêm frequentar instituições de ensino superior portuguesas.

O objectivo do curso é facilitar a integração dos estudantes no nosso país durante a sua estadia no âmbito do programa Erasmus. Além da formação de base em Língua Portuguesa, o EILC também comporta um programa cultural que consiste na visita guiada a locais de interesse da região e da cidade de Viana do Castelo, durante a qual lhe são descritos aspectos da vida e cultura portuguesas. Em cada semestre os alunos Erasmus são recebidos pelo principal responsável pela Câmara Municipal de Viana do Castelo.

II.2. ACTIVIDADES DE INVESTIGAÇÃO & DESENVOLVIMENTO

No ano de 2010, há a realçar o incremento das actividades desenvolvidas pela OTIC – Oficina de Transferência de Tecnologia e de Conhecimento do IPVC, a qual resultou da aprovação de diversos projectos a concurso no decurso do ano em apreço.

O IPVC continuou atento a oportunidades relativamente a projectos e programas de financiamento de actividades de I&D+I, submetendo diversas candidaturas, nomeadamente através da anteriormente citada OTIC. Simultaneamente, disseminou as oportunidades de apoio às actividades de Investigação, Desenvolvimento e Inovação, pelos investigadores, docentes e outros colaboradores do IPVC.

O IPVC tornou-se no decurso de 2010 parceiro em diversos projectos nacionais e internacionais, dos quais se destacam a nível internacional os projectos InFood Quality, REAL - projecto de Inovação e Desenvolvimento Tecnológico Agro-Alimentar, ESOL - Energia Sustentável Local e Bioemprende da Euroregião Norte de Portugal – Galicia.

II. 2. 1. OTIC – Oficina de Transferência de Tecnologia e de Conhecimento

A OTIC-IPVC procurou no ano de 2010 solidificar a sua actuação do ponto de vista Institucional procurando, em simultâneo, contribuir para o cumprimento dos objectivos estratégicos do IPVC. Relativamente ao ano de 2010 e entre as actividades desenvolvidas pela OTIC-IPVC importa referir 2 áreas fundamentais:

- Gestão de Projectos
 - Em execução
 - Novas candidaturas

- Prestações de serviços à comunidade

Relativamente às áreas de Gestão de Projectos e Prestações de serviços à comunidade é de realçar as dificuldades resultantes do período em que a Equipa se viu reduzida o que impediu o acompanhamento destas áreas com a eficiência e eficácia pretendidas. No entanto, do ponto de vista do acompanhamento físico e financeiro dos projectos e prestações de serviços os resultados obtidos foram bastante positivos, o que contribuiu para o sucesso dos mesmos.

No ano de 2010, fruto dos constrangimentos já referidos, as actividades de divulgação não foram merecedoras da devida atenção tendo sido relevadas para um plano secundário.

Tabela n.º 12 – Indicadores da OTIC/IPVC

	Previsão para 2010	Valor efectivo 2010
Orçamento global de projectos aprovados	1.740.133,70 €	5.398.107,99 €
Volume de reembolso de projectos	797.645,81 €	568.082,65 €
N.º de projectos co-financiados geridos pela OTIC	29	44
N.º de prestações de serviços à comunidade	9	16
N.º de programas financiadores	9	12

(Fonte: OTIC-IPVC - 2010)

Na tabela anterior é possível observar alguns indicadores que de forma sucinta resumem a actividade da OTIC. Esta actividade passa, desde logo, pela execução financeira dos projectos geridos mas também, pelo acompanhamento da execução física dos mesmos.

Quanto à elaboração de candidatura a novos projectos, a actividade da OTIC ao longo do ano pautou-se por uma grande actividade no que concerne a novas candidaturas efectuadas. À OTIC, na grande maioria dos casos, apenas foi solicitada colaboração no que diz respeito à proposta orçamental, dados de preenchimento da candidatura e assinatura dos representantes legais. No entanto, devido ao grau de participação da OTIC na respectiva elaboração, importa destacar 3 candidaturas apresentadas ao Programa Operacional Regional do Norte: Capacitar para Formar, Ciência para o Desenvolvimento Sustentável e Capacitar para a Qualificação e a Inovação das Redes Sociais do Minho-Lima. Estes projectos representam no seu conjunto um orçamento global para o IPVC de 2.612.884,55 €. Desde logo, este valor contribuiu significativamente para o aumento verificado no quadro anterior relativamente ao *Orçamento global de projectos aprovados*.

Ao nível das Prestações de Serviço à comunidade, o IPVC presta serviços em diversas áreas, tais como: Sistemas de Informação Geográfica, Inovação, Alimentar, Redes e Telecomunicações, Formação, Ciências Agrárias, entre outras. No final do ano de 2010 o valor global das prestações de serviço geridas pela OTIC ascende a 577.521,17€.

Relativamente aos projectos em fase de execução, a análise efectuada compreende a execução física e a execução financeira. Enquanto a primeira é responsabilidade dos coordenadores dos projectos, ficando reservado para a OTIC alguns contributos pontuais, os contactos com os Programas e o trabalho administrativo dos mesmos, a segunda é da responsabilidade da OTIC. No entanto a análise ao desenvolvimento dos projectos deve respeitar as duas vertentes de forma agregada.

Em 2010 o valor dos reembolsos foi inferior ao esperado o que se deve aos atrasos nos pagamentos por parte dos programas financiadores e como tal o diferencial transitará para 2011.

Importa referir que o significativo aumento da actividade da OTIC terá necessariamente de ser acompanhado por um adequado ajustamento da Equipa por forma a garantir a elaboração de novas candidaturas e o acompanhamento eficaz e eficiente dos projectos e prestações de serviço em execução. O referido ajustamento permitiria o alargamento das actividades da OTIC com especial destaque para a organização de eventos com efeito demonstrador e o desenvolvimento de actividades de divulgação junto das empresas da Região.

Numa análise final entende-se que o trabalho realizado foi positivo existindo no entanto um potencial de progressão desde que apoiado pelos órgãos máximos da Instituição. A OTIC-IPVC pretende reforçar a sua capacidade de cada vez melhor se adequar aos anseios do IPVC, da Comunidade envolvente e da iminente era da Globalização e do Conhecimento.

II.2.2. Iniciativas de I&D

Apresentam-se no quadro seguinte, os projectos geridos pela OTIC/IPVC.

Quadro n ° 8 – Projectos geridos pela OTIC/IPVC

Designação do Projecto	Calendarização	Orçamento Global IPVC
------------------------	----------------	-----------------------

I-CAMPUS - LLP-LDV-TOI-09-IT – Transferência de Inovação	Outubro 2009 - Outubro 2011	28.000,00€
BIOEMPRENDE - 0006_BIOEMPRENDE_1_E - sector biotecnológico da eurorregião Galiza - Norte de Portugal	Janeiro 2009 - Junho 2011	103.000,00€
ECA-IT - 0065ECA_IT_1_E - inovação empresarial da eurorregião Galiza - Norte de Portugal.	Janeiro 2009 - Junho 2011	100.000,00€
REAL - 0149_REAL_1_P - Rede de inovação e desenvolvimento tecnológico agro-alimentar norte de portugal/Galiza	Janeiro 2009 - Junho 2011	126.660,00€
Concepção e desenvolvimento de uma plataforma de interoperabilidade entre os Politécnicos do Norte de Portugal	Março 2009 - Fevereiro 2011	255.542,11€
Construção do Novo Complexo Pedagógico da E.S.S do IPVC	Outubro 2009 - Dezembro 2011	3.787.926,82€
PRODER – Promoção do conhecimento e desenvolvimento de competências (Frutech)	Janeiro 2010 - Dezembro 2014	472.875,03€
SIAC 5241 – Poliemprende	Setembro 2009 – Junho 2011	97.670,16€
CIM – Capacitar para Formar	Junho 2010 - Junho 2012	924.051,12€
Assistência Técnico-pedagógica do Programa de Apoio ao Reforço do Ensino Secundário de Angola - Saber Mais	Janeiro 2010 - Dezembro 2010	235.143,15€
Projecto de Apoio ao Sistema Educativo na Guiné-Bissau - PASEG II	Outubro 2009 - Agosto 2012	411.211,73€
PRODER - Formação Especializada PRODER 4.2.1	Fevereiro 2010 - Setembro 2011	119.717,40€
PRODER – Rede de Informação Estratégica Agrícola	Janeiro 2010 - Dezembro 2012	38.239,00€
LEAL&SOARES - Compostagem de plantas invasoras para produção de substratos	Junho 2010 - Maio 2012	74.004,22€
E.SOL - 0023_ESOL_1_E - recursos energéticos, medidas de eficiência energética e de diversificação de fontes de energia.	Janeiro 2009 - Junho 2011	111.000,00€
BIOFUMADOS - Promotor Minho Fumeiro, Lda.	Novembro 2010 -	111.832,38€

	Outubro 2013	
AGRITRAINING	Janeiro 2010 - Junho 2012	68.625,00€
Track_Fast - Training Requirements and Careers for Knowledgebased Food Science and Technol- ogy in Europe	Setembro 2009 - Agosto 2012	6.912,00€
GreenFood. E-learning contents for training in organic farming addressed towards EU farmers	Outubro 2010 - Setembro 2012	35.877,00€
SIGA – FoodInTec, Lda.	Dezembro 2010 - Novembro 2012	25.375,65€
ISEKI – Food 3	Outubro 2008 - Setembro 2011	21.896,00€
ISEKI – Mundus 2	Outubro 2008 - Setembro 2011	-
Dieta Atlântica	Janeiro 2010 - Dezembro 2011	17.250,00€
IPVC – Ciência para o Desenvolvimento Susten- tável – ON2	Janeiro 2010 - Dezembro 2012	1.432.920,20€
PTDC/CTM/72318/2006 - Desenvolvimento de novos pigmentos inorgânicos a partir de resíduos industriais	Janeiro 2007 - Dezembro 2010	24.120,00€
PTDC/ECM/72104/2006 - Estudo de argamassas funcionais para uma construção sustentável	Janeiro 2008 - Março 2011	21.700,00€
PTDC/ECM/72596/2006 - Avaliação da Seguran- ça Sísmica e Reforço de Pontes	Janeiro 2008 - Dezembro 2010	20.880,00€
ERASMUS MUNDUS	2007 – 2013	-
SUDOE - FOODSME-HOP	Janeiro 2011 - Dezembro 2012	100.166,73€
Proj. 051 APJ/08 “Avaliação da exposição ocu- pacional a risco biológico em aterro sanitário”	Junho 2010 - Ou- tubro 2011	80.000,00€
POPH - Qualificação dos Profissionais da Admi- nistração Pública Central 2009	Junho 2009 - Abril 2010	33.731,23€

POPH - 42809/2009/35 (M1 e 2)	Outubro 2009 – Julho 2010	99.337,51€
POPH – 42827/2009/35 (PNEP)	Outubro 2009 – Julho 2010	53.496,36€
POPH – 42818/2009/35 (C1)	Outubro 2009 – Julho 2010	86.677,41€
Images and Identity	Outubro 2008 – Setembro 2010	35.125,0€
PTDC/CED/69287/2006 – Matemática e Padrões no Ensino Básico	Setembro 2007 – Junho 2010	142.471,00€
ONJOI - Education to Prevent Child Labor in Angola- Technical Education Support	Janeiro 2010 - Dezembro 2010	37.431,97€
POPH - Qualificação dos Profissionais da Administração Pública Central 2011	A aguardar aprovação	89.972,59 €
POCTEP – Eficiência, cogeração, gestão energética no sector de serviços (GE2C)	A aguardar aprovação	100.000,00€
POCTEP – Desenho, consolidação e melhoria de veículos de transferência tecnológica na Eurorregião (VT)	A aguardar aprovação	110.000,00€
ON2 - Congresso Internacional - Valorização dos Produtos tradicionais: oportunidade para o reforço de uma cadeia alimentar sustentável	A aguardar aprovação	67.009,32€
ON2 - Capacitar para a Qualificação e a Inovação das Redes Sociais do Minho-Lima	A aguardar aprovação	255.913,23€
ON2 – IPVC – 25 ANOS A CRESCER COM O MUNDO	A aguardar aprovação	134.642,81€
ON2 - 1º Congresso Internacional do Garrano	A aguardar aprovação	66.349,36 €
Programa para a Rede Rural Nacional – Aviso Nº 01/2010 - CONTRIBUIÇÃO DO GARRANO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL	A aguardar aprovação	64.275,22€
Programa para a Rede Rural Nacional – Aviso Nº 01/2010 – Boas práticas agrícolas para uso sustentado dos efluentes pecuários	A aguardar aprovação	148.732,97€
Programa para a Rede Rural Nacional – Aviso Nº 01/2010 – Rede de conhecimento e trabalho para a implementação de boas práticas nas fileiras produtivas e de suporte ao desenvolvimento dos territórios	A aguardar aprovação	104.383,25€

rurais		
PRODER - O pastoreio de herbívoros como instrumento de prevenção da ocorrência de incêndios em espaços florestais	A aguardar aprovação	268.199,00€
Granito das Pedras Finas de Ponte de Lima	A aguardar aprovação	270.000,00€
CENTRO DE INTERPRETAÇÃO DA PAISAGEM E PATRIMÓNIO RURAL - PRODER ACÇÃO 3.2.1	A aguardar aprovação	100840,53€
Gabinete Cidade Saudável no Projecto: Observatório de Saúde, Realização de um Inquérito Municipal de Saúde	Permanente	-

(Fonte: OTIC-IPVC -2010)

II. 2.3. - Prestação de Serviços Transversais

O IPVC, no âmbito da sua ligação à comunidade envolvente, prestou durante o ano de 2010, um conjunto de serviços que se ilustra na tabela seguinte.

Quadro nº 9 - Prestação de Serviços à comunidade em 2010

Designação da Prestação de Serviços	Calendarização	Orçamento Global IPVC (sem IVA)
ARH NORTE - Avaliação e Apoio ao Desenvolvimento do Sistema de Informação Geográfica – SIG P15.01/09	2009-2011	198.000,00€
SINERGEO - Protocolo IPVC / SinerGeo - Projecto "AgroControl" nº 5370	2009-2011	20.497,10€
Estudos para a Promoção da Qualidade do Habitat Narcissus Cyclamineus – Câmara Municipal de Paredes de Coura	2009-2011	7.200,00€
PRODER – sub programa 3 – Medidas 3.1e 3.2. Certificação do Cabrito à Monção e revitalização de fornos comunitários.	2010 – 2012	68.462,04€
Programa de Formação Contínua em Matemática para Professores do 1º e 2º Ciclos do Ensino Básico-PFCM (DGIDC)	Ano lectivo 2010/2011	9.000,00€
Consultoria Ambiental no âmbito do projecto de valorização e qualificação ambiental e territorial dos espaços classificados do concelho de Matosinhos – Município de Matosinhos	2010	18.940,00€
Consultoria Ambiental – A.M. Baixo Tâmega	2008 – 2010	34.080,00€
Míldio da Vinha - Syngenta	2010	11.580,00€
Estudo de condições de acondicionamento de produtos de pastelaria – Padarias Cais Novo	2009-2010	25.000,00€
Arroz de Sarrabulho – Município de Ponte de Lima	2008-2011	13.000,00€

Especialização em Sistemas de Informação Geográfica Municipais - CIM	2010-2011	45.000,00€
Formação APPACDM	2010-2011	55.048,32€
Caracterização genética e produtiva no âmbito do Programa de Conservação e Melhoramento Genético das Raças Autóctones de Galináceos Portugueses - AMIBA	2009-2010	10.929,75€
DATA CENTER – CIM	2010	11.915,00€
Novo Programa de Matemática – Formação de Coordenadores (DGIDC)	Setembro 2009 - Maio 2010	8.095,20€
Profissionalização em Serviço	Ano lectivo 2009/2010	32.471,88€

(Fonte: OTIC-IPVC - 2010)

No contexto da prestação de serviços à Comunidade foram desenvolvidas actividades pelos diversos laboratórios que se encontram em funcionamento na ESTG, nomeadamente a UMA (Unidade de Microbiologia Aplicada), a IDEALQ (Investigação, Desenvolvimento e Análises em Laboratórios de Química), o laboratório de Materiais de Construção, o laboratório de cerâmica, o laboratório de tecnologia e qualidade alimentar, o Centro de Estudos e Imagem e ainda, serviços ao nível da sustentabilidade energética e que não se encontram acima descritos.

A Escola Superior Agrária presta também serviços à comunidade no âmbito das suas valências laboratoriais, na área da fitossanidade, análise de sólidos, qualidade alimentar e saúde animal.



Instituto Politécnico
de Viana do Castelo

3.

ORGANIZAÇÃO E GESTÃO

III. ORGANIZAÇÃO E GESTÃO

A partir de 2009, as alterações consequentes à aprovação dos Estatutos do IPVC, à perda de autonomia financeira das Unidades Orgânicas, a reestruturação dos serviços e organização interna, o Sistema de Gestão da Qualidade e os condicionamentos internos e externos (particularmente legislativos e orçamentais), conduziram a um ano intenso e de intensa actividade institucional.

III.1. REORGANIZAÇÃO INTERNA DOS SERVIÇOS

Tendo em vista a nova realidade evidenciada pela reestruturação consequente à aprovação dos Estatutos do IPVC, consolidou-se a profunda reorganização dos serviços, tendo em consideração a estrutura do Sistema de Gestão de Qualidade, bem como as políticas consequentes ao Plano Estratégico em preparação.

A filosofia geral baseia-se na presença, em cada Escola do IPVC, de um serviço único (back-office nos Serviços Centrais), com a correspondência de um balcão único (BU) nas Escolas. Todavia, em alguns processos (Gestão de Projectos, Gabinete de Avaliação e Qualidade) procedeu-se à concentração de serviços e, nalgumas situações, como Gabinete de Avaliação e Qualidade percorre a estrutura enquadrada no Sistema de Gestão da Qualidade.

A reorganização interna ainda se encontra em desenvolvimento, nas diferentes Escolas e nos Serviços Centrais, suportada por acções de formação enquadradas no Sistema de Gestão da Qualidade – processo Recursos Humanos.

A utilização da Secretaria Virtual, enquadrada no Sistema de Gestão da Qualidade, a optimização de recursos informáticos em diferentes serviços (contabilidade, académicos, bolsas), o sistema de work-flow, iniciados e/ou implementados em 2009, deverão ser aprofundados e valorizados no próximo ano.

III.2. ESTATUTOS – CONSTITUIÇÃO DOS ÓRGÃOS

Em função da aprovação dos Estatutos do Instituto Politécnico de Viana do Castelo, procedeu-se, em Julho de 2010, à eleição do Presidente e nomeação dos Vice-Presidentes e Directores.

Constitui-se, ainda em Janeiro, o Conselho Técnico-Científico, tendo sido eleito o seu Presidente, Tendo por base as competências dos Directores e, ouvido, o CTC foram também nomeados os Coordenadores de Curso.

A elaboração e aprovação dos regulamentos para a eleição do Conselho Académico foi elaborado no final de 2010, ocorrendo as eleições em 2011.

III.3. SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE

O Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) implementado pelo IPVC baseia-se na NP EN ISO 9001:2008 e interactiva com todas as actividades e unidades orgânicas, sendo certificado desde Janeiro de 2009, pela SGS, Organismo Internacional de Certificação, acreditado pelo IPAC.

O âmbito da certificação, em 2010, foi alargado sendo, actualmente, o de "formação superior nas áreas científicas ministradas nas Escolas Superiores de Educação, Agrária, Tecnologia e Gestão, Saúde e Ciências Empresariais; Serviços de Acção Social; Elaboração e desenvolvimento de estudos e projectos", estando previsto para 2010 o alargamento deste âmbito a toda a formação superior do IPVC.

O modelo de funcionamento do SGQ baseia-se numa estrutura com uma coordenação central e elementos nomeados pelos Serviços Centrais, Escolas ou Unidades Orgânicas e Unidade Funcional.

A Política da Qualidade do IPVC baseia-se no compromisso da Presidência de manter uma atitude de permanente atenção, incentivo e apoio ao SGQ porque o considera um elemento fundamental à sustentabilidade da instituição e ao seu desenvolvimento; Disponibilizar os meios materiais, financeiros e a formação dos Recursos Humanos, necessários para a prossecução dos objectivos definidos no SGQ; Fornecer a todos os beneficiários dos serviços do IPVC, meios cada vez mais adequados à satisfação das suas necessidades, em clara sintonia com os desígnios e pretensões da Região e do País; Valorizar a melhoria da qualidade na sua oferta formativa, seus cursos, nas Escolas e suas unidades funcionais; Motivar e comprometer toda a Comunidade Académica na dinamização deste sistema; Envolver os Alunos no SGQ da instituição; Prosseguir elevados níveis de satisfação dos agentes que interagem com o IPVC; Promover a inovação continuada e biunívoca face ao ensino, à investigação e aos serviços prestados à comunidade;

Procurar de forma sistemática a melhoria contínua com a participação dos diversos agentes, internos e externos; Cumprir todos os requisitos legais e normativos e Assegurar a adequada divulgação e reconhecimento do SGQ junto dos seus colaboradores.

Com base na Política da Qualidade, são definidos anualmente Objectivos Gerais da Qualidade, descritos e planeados em documento próprio de forma a garantir a sua monitorização e avaliação objectiva. A Revisão ao Sistema é uma ferramenta indispensável que permite definir acções conducentes à melhoria do sistema, dos processos e dos serviços prestados, assim como à identificação de necessidades de recursos.

Ainda durante o ano de 2010, o Gabinete de Avaliação e Qualidade iniciou o processo de definição de um novo conjunto de indicadores consonantes com os objectivos definidos para o Plano Estratégico 2011-2014.

No ano de 2010, de acordo com os objectivos gerais do IPVC definidos para o SGQ, foram monitorizados os indicadores que constam da tabela n.º 13.

Tabela n.º 13- Indicadores do Sistema de Gestão da Qualidade do IPVC

Objectivo da Qualidade	Indicadores
1. Terminar Plano Estratégico IPVC	- Aprovação de Objectivos por eixo - Definição, para cada eixo, de Acções e orçamentação
2. Implementação de Estatutos	- N.º de acções, definidas no cronograma
3. Organizar, de forma integrada, a oferta formativa, em função do Espaço Europeu de Educação Superior e das necessidades da sociedade	- N.º de cursos aprovados
4. Organizar, de forma integrada, a produção e difusão de conhecimento e de prestação de serviços, promovendo as competências técnico-científicas do IPVC	- N.º de projectos de ID+i em que participa, a sós ou em parceria
	- N.º de projectos em que participa como prestador de serviços
	- N.º de novos projectos/prestação de serviços
	- N.º comunicações/publicações científicas
5. Potenciar parcerias estratégicas com instituições pares e com o tecido social e empresarial da região e do país e internacionais	- N.º de protocolos

Objectivo da Qualidade	Indicadores
6. Potenciar o emprego e a utilização das TIC, nomeadamente pela implementação do sistema de workflow de suporte ao SGQ do IPVC; do desenvolvimento dos serviços da Secretaria Virtual, incluindo SAS-on e serviços de tesouraria e implementação do SIVE (Sistema Integrado de Vendas)	<ul style="list-style-type: none"> - N.º horas formação em TIC - Acessos em serviços online - N.º de processos implementados em workflow - N.º UC em Moodle relativamente ao total de UC
7. Aumentar o número de alunos IPVC, com referência a 31 de Dez. 2009	<ul style="list-style-type: none"> - % global do aumento do número de alunos
8. Aumentar o Índice de Força da atractividade de alunos no IPVC	<ul style="list-style-type: none"> - % colocados no próprio distrito face ao número total de colocados - Índice de procura: Candidatos por vaga na 1ª fase - Índice ocupação: nº colocados 1ª fase/vagas, em relação ao nacional - Índice ocupação: nº colocados 1ª fase-1ª opção/vagas, em relação ao nacional - Classificação média do último aluno em cada curso relativamente à média de acesso a nível nacional
9. Aumentar o número de vagas disponibilizadas para o ano lectivo 10/11 em regime pós laboral	<ul style="list-style-type: none"> - N.º de vagas em regime pós-laboral
10. Dar continuidade às acções de fiscalização de alunos bolseiros – Visitas domiciliárias	<ul style="list-style-type: none"> - N.º de Visitas Domiciliárias
11. Manter taxa média de ocupação de residências	<ul style="list-style-type: none"> - Taxa de ocupação das residências (excluindo Agosto)
12. Continuar com o processo de renovação de espaços alimentares	<ul style="list-style-type: none"> - N.º de espaços renovados no ano em curso
13. Estratégias de Prevenção relativas ao Insucesso e Abandono Escolares	<ul style="list-style-type: none"> - Índice de sucesso Escolar - % de Abandono escolar por curso - % de Reprovações por curso
14. Eficiência Formativa	<ul style="list-style-type: none"> Nº de diplomados N. de diplomados em N anos (") (nº diplomados / nº alunos inscritos 1º ano 1ª vez) N diplomados em N+1 (") N diplomados em N+2 (")
15. Potenciar Capacidade de inserção no mercado de trabalho- EMPREGABILIDADE	<ul style="list-style-type: none"> - % de colocação dos estudantes no mercado de trabalho - % de diplomados que obtiveram emprego nas áreas associadas - % de diplomados que obtiveram emprego até 1 ano após conclusão do curso

Objectivo da Qualidade	Indicadores
16. Implementar um Sistema de Gestão de Desenvolvimento Humano que coloque as pessoas no centro das preocupações institucionais, olhando, especialmente, o bem-estar, o desenvolvimento social e pessoal, científico e técnico e a sua capacidade de empreender;	- n.º acções de formação implementadas relativamente às propostas no plano de formação
	-% de funcionários que frequentaram as acções de formação propostas; (relativamente aos destinatários definidos)
	- n.º acções destinadas a promover o desenvolvimento pelos valores de cidadania, cultura e da arte
	- n.º DOUTORES
17. Aperfeiçoar o sistema de comunicação interna e externa	- n. Referências IPVC Imprensa
	- Canal vídeo
18. Adaptar o Sistema de Gestão da Qualidade à Nova versão da Norma e Novos Estatutos; Alargamento do Âmbito do SGQ	- Auditorias internas
	- Auditoria externa de Transição
19. Eficiência Formativa	Nº de diplomados
	N. de diplomados em N anos (") (nº diplomados / nº alunos inscritos 1º ano 1ª vez)
	N diplomados em N+1 (")
	N diplomados em N+2 (")
20. Potenciar Capacidade de inserção no mercado de trabalho - EMPREGABILIDADE	- % de colocação dos estudantes no mercado de trabalho
	- % de diplomados que obtiveram emprego nas áreas associadas
	- % de diplomados que obtiveram emprego até 1 ano após conclusão do curso
21. Implementar um Sistema de Gestão de Desenvolvimento Humano que coloque as pessoas no centro das preocupações institucionais, olhando, especialmente, o bem-estar, o desenvolvimento social e pessoal, científico e técnico e a sua capacidade de empreender;	- N.º acções de formação implementadas relativamente às propostas no plano de formação
	-% de funcionários que frequentaram as acções de formação propostas; (relativamente aos destinatários definidos)
	- N.º acções destinadas a promover o desenvolvimento pelos valores de cidadania, cultura e da arte
	- N.º DOUTORES
22. Aperfeiçoar o sistema de comunicação interna e externa	- N.º Referências IPVC Imprensa
	- Canal vídeo
23. Adaptar o Sistema de Gestão da Qualidade à Nova versão da Norma e Novos Estatutos; Alargamento do Âmbito do SGQ	- Auditorias internas
	- Auditoria externa de Transição

III.4. FISCAL ÚNICO

O IPVC nomeou em 2009 o Fiscal Único e aguarda a sua aprovação pelo Ministério das Finanças, encontrando-se a trabalhar, dentro do enquadramento legal respectivo,

com os ROC. Todas as propostas e orientações sugeridas pelos ROC têm sido implementadas no melhor sentido da transparência e governance institucional.

III.5. IMAGEM INSTITUCIONAL E ACTIVIDADE EDITORIAL

No plano da promoção da imagem do IPVC e da sua actividade editorial, durante o ano de 2010 destacaram-se actividades regulares de promoção da imagem do IPVC, interna e externamente, de forma a garantir um conhecimento generalizado das actividades do IPVC e assim captar novos públicos. De registar o início das comemorações dos 25 Anos do IPVC que veio reforçar a visibilidade e divulgação institucional.

III.5.1. Eventos de Carácter Técnico, Científico e Cultural

Ao longo de 2010, o IPVC promoveu e/ou participou em diversos eventos de carácter técnico, científico e cultural, com a finalidade de projectar a sua imagem institucional e assim divulgar a sua oferta formativa, serviços e infra-estruturas.

Tendo em consideração o previsto, ou seja, o Plano de Actividades e o efectivamente realizado obtém-se o seguinte balanço final com um acentuado incremento relativamente ao ano transacto (tabela nº 14):

Tabela nº 14 - Eventos organizados ou co-organizados pelo IPVC em 2010

Evento	Data
Animação de eventos em comunidades escolares	Jan.-Jul.
Atelier de Danças	Jan-Dez
Vivências Artísticas (dirigido aos Jardins-de-infância de Viana do Castelo)	Jan-Dez
Debate Os media e o vinho – endeusar ou destruir	Janeiro
Dia da Escola Superior de Tecnologia e Gestão	Janeiro
Lançamento do Projecto de um dia pela Vida	Janeiro
Polaris - Conferência Astronomia	Janeiro
Seminário “Os 4P do Marketing Colectivo”	Janeiro
Seminário “Sogrape - Globalização a partir da periferia”	Janeiro
Workshop(s) Comunicação Social	Janeiro
Projecto Actividade - prática de exercício físico da população idosa de Melgaço	Jan-Jul
Ateliês de fim-de-semana	Jan-Jun
Oficina de Movimento Cénico	Jan-Jun

Oficina de Teatro	Jan-Jun
1º Ciclo de Conferências em Promoção e Educação para a Saúde	Fev-Abr
Ciclo de Conferências Envelhecer a Norte	Fev-Nov
II Fórum Ibérico de Museologia da Educação 2010	Fevereiro
Seminário "Enogastronomia"	Fevereiro
Seminário "Fita Azul"	Fevereiro
Seminário de Marketing de Vinhos	Fevereiro
Seminário para PME's "O Impacto da Logística nas Empresas"	Fevereiro
Seminário Projecto Real	Fevereiro
Encerramento do II Curso de PL de Esp em Enf. de Saúde Mental e Psiquiatria	Fevereiro
Encerramento do III Curso de PL de Esp em Enf. Saúde Materna e Obstetrícia	Fevereiro
Abertura do IV Curso de PL de Esp. em Enf. Saúde Materna e Obstetrícia	Fevereiro
Colóquio "Bem-estar Animal em Vacas Leiteiras"	Março
Conferência "Empreendedorismo Jovem"	Março
Conferência "O Jovem e o Emprego"	Março
Congresso Internacional jeniAL – IPVC	Março
Exposição "Nice to see you Ms. HOLLOW!"	Março
IX Seminário em "Sistemas e Tecnologias de Informação"	Março
LETHES – Festival de Tunas	Março
Reunião Organização Mundial Turismo	Março
Semana Cultural do IPVC	Março
Seminário "Actividades de Montanha"	Março
Seminário "O papel dos vinhos na grande distribuição e estratégias de ..."	Março
Seminário "Vinho e Turismo: uma simbiose perfeita!"	Março
Seminário "Vinhos no Feminino"	Março
Conferência "As Reformas do Sistema de Saúde: Novos desafios para quem cuida"	Abril
Conferência Empreendedorismo Tecnológico	Abril
Conferência ETEN 2010	Abril
Conferencia sobre Bioética "Utopia do Corpo Perfeito"	Abril
Debate Associativismo no Ensino Superior	Abril
Dia Aberto da ESCE	Abril
Dia Aberto" ESA-IPVC	Abril
Encerramento e Abertura CPGE0 e CPGCP	Abril
Festival de Tunas Femininas	Abril
II Semana da Saúde do IPVC	Abril
Palestra "30 minutos com..."	Abril
Seminário "Portais de Informação para o Sector Vitivinícola"	Abril

Seminário -“Symington – tradição e qualidade ao serviço do Marketing”	Abril
Seminário Empreendedorismo Tecnológico	Abril
Sessão “Um dia... em linha de produção”	Abril
VIII Jornadas Computação Gráfica	Abril
Liga IPVC 2009/2010	Abril-Maio
Exposição “Arte Pública”	Mai-Jul
1st World Finance Conference	Maio
Ciclo de Palestras y´Art: Desafios da Co(m)Tradição	Maio
Comemorações de XXIV aniversário do Instituto	Maio
Congresso Nacional Dilemas do Envelhecimento	Maio
Conversas com Barriguinhas	Maio
Exposição de Trabalhos Alunos Design Produto	Maio
Fórum Internacional de Gestão Artística	Maio
I Jornadas Informática de Gestão	Maio
II Jornadas Ortotraumatologia do Alto Minho	Maio
II Mostra de Educação e Formação do Distrito de Viana do Castelo	Maio
IX Conferências de Valença	Maio
Jornadas do GAF “Construir alternativas para a Inclusão Social”	Maio
Jornadas Ortotraumatologia Alto Minho	Maio
Semana Académica IPVC	Maio
Semana da Responsabilidade Social	Maio
Seminário “As Redes Sociais como Factor de Valorização do Vinho”	Maio
Seminário do Desenvolvimento Motor	Maio
Workshop “Porco Bísaro”	Maio
Workshops “Reflexologia” e “Massagem Terapêutica e de Relaxamento”	Maio
1.º Congresso Int. de Empreendedorismo e Valorização Sustentável do Território	Junho
3º Workshop de Conceitos Básicos em Segurança Alimentar	Junho
Conferência “Alto Minho, destino turístico, cultural e criativo”	Junho
Conferências “Biodiversidade Rural”	Junho
Debate: Impacto da PAC na Produção Animal	Junho
II Fórum da Qualidade	Junho
Jornadas Técnicas Geberit	Junho
Seminário “Turismo Acessível - Turismo para todos”	Junho
Seminário EDULINK (Cabo Verde)	Junho
V Sarau Desportivo do IPVC	Junho
Exposição Design Projecto “Screen”	Jul-Ago
“Arte na Leira”	Julho

APM/ PROFMAT Encontro Anual de Professores de Matemática	Julho
Concurso Gastronómico da Escola Superior Agrária	Julho
Curso de Verão "À Descoberta dos Materiais"	Julho
Curso de Verão "À Descoberta dos Materiais"	Julho
Encontro Internacional Padrões, Números e Álgebra	Julho
Espectáculo "Com(viver)África"	Julho
Evento "Se esta rua fosse minha..."	Julho
Feira do Livro de Viana do Castelo	Julho
Festival de Música de Paredes de Coura	Julho
Leituras sobre Livros	Julho
Polaris - Conferência "A Origem da Vida"	Julho
Seminário "Saúde e Bem-Estar Animal – Agricultura Biológica"	Julho
Seminário "A Agricultura Nacional Face aos Novos Desafios "	Julho
Seminário "Gestão de Empresas Familiares"	Julho
Seminário "Importação de Vinhos Portugueses de Qualidade"	Julho
Seminário: "A matemática no 1º e 2º ciclos do EB - para o 1º e 2º ciclos do EB"	Julho
Workshop "GeoDesign para o Espaço Público".	Julho
Abertura do Ano Escolar ESE-IPVC	Setembro
Barco do Empreendedorismo	Setembro
Concurso Nacional Poliempreeende	Setembro
Debate "A Praxe – Que Sentidos?"	Setembro
Espectáculo de Música "Cordas num fim de tarde"	Setembro
Exposição "Segunda Natureza"	Setembro
Ciclo de Conferências – Mestrado Supervisão Pedagógica	Out-Dez
"Conferências para uma Bienal" (Comemorações 25 Anos IPVC)	Outubro
1as Jornadas em "Gestão Ambiental e Ordenamento do Território"	Outubro
CAPSI2010 - Conferência da Associação Portuguesa de Sistemas de Informação	Outubro
Ciclo de Outono	Outubro
Conferência "Intervenção Comunitária e Envelhecimento da População"	Outubro
Conferência "Profissionais de Saúde e Empreendedorismo"	Outubro
Dia da Tecnologia Alimentar	Outubro
Lançamento da Academia Sénior IPVC (Comemorações 25 Anos IPVC)	Outubro
Lançamento do Livro "Energias Renováveis"	Outubro
Mestrados APNOR: Sessão de Abertura	Outubro
Palestra "Energia Nuclear"	Outubro
Sessão da Bienal Viana do Castelo	Outubro
Sessão de Abertura do Ano Escolar na ESS-IPVC	Outubro

Sessão de Encerramento 7ª Ed. Poliempreende (Comemorações 25 Anos IPVC)	Outubro
Tomada de posse de Dirigentes IPVC (Comemorações 25 Anos IPVC)	Outubro
"Festafife Académico" no âmbito do IV Festafife	Novembro
Centro Dramático de Viana "Eça nas Escolas"	Novembro
Comemoração 25º Aniversário ESA	Novembro
Conferência "Paradoxos da Sociedade do Conhecimento"	Novembro
Conferência "Empreendedorismo - Uma solução para a crise",	Novembro
Conferência "Outros Planetas na nossa Galáxia?"	Novembro
Congresso Nacional de Teatro	Novembro
IV FESTAFIFE Académico	Novembro
IX Semana Cultural ESCE-IPVC	Novembro
Luzias - 1.º Festival de Tunas	Novembro
Polaris - Conferência "A Via Lactea"	Novembro
Rostos República: Sessões Pedagógicas	Novembro
Semana de Recepção ao Caloiro	Novembro
Seminário "Recuperação paisagista de taludes"	Novembro
Seminário SIMBioN	Novembro
Comemoração do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência	Nov-Dez
Conferência "Compromisso para o Empreendedorismo no Alto Minho"	Dezembro
Conferência sobre a República	Dezembro

A Semana Internacional do IPVC, apesar de prevista e com programa definido, foi cancelada. As restrições na utilização do espaço aéreo, resultantes da entrada em erupção do vulcão Islandês Eyjafjallajökull, que impossibilitaram a deslocação da totalidade dos participantes estrangeiros.

Outras actividades desenvolvidas no âmbito da Promoção e Imagem, podem ser enquadradas nas seguintes áreas de intervenção:

III.5.2. Divulgação Institucional

Criação de materiais gráficos para promoção da instituição, oferta formativa, entre outros.

Redacção de Notícias / Assessoria de Imprensa

Actualizações diárias ao Portal INSTITUTO, ESS, ESCE, Centro Desportivo, Eu, Aluno, OTIC, áreas reservadas Alunos e Docentes, entre outros

Edição da *Newsletter* institucional

Divulgação de eventos institucionais através de e-mails

Publicidade nos diferentes meios de comunicação social (imprensa escrita e áudio, electrónicas, revistas, cinemas, etc.)

Protocolos com Jornais da Região para publicação de artigos de opinião

Apoio, acompanhamento e promoção do Fórum Ibérico de Museologia da Educação (criação de site, edição de conteúdos, etc.)

Apoio, acompanhamento e promoção do Concurso Poliempreende

Apoio, acompanhamento e promoção das Conferências de Empreendedorismo

Criação de Conteúdos para o IPVC TV

Desenvolvimento de material promocional da oferta formativa do IPVC (brindes, publicidades, desdobráveis etc.)

Participação em Feiras temáticas – promoção de cursos

III.5.2.1. Imagem Campanha Anual

Criação de imagem gráfica para a campanha promocional ao nível das escolas secundárias e respectiva adequação aos suportes a produzir (desdobráveis, folhetos, brindes, estruturas promocionais, outros) de acordo com o conceito apresentado.

III.5.2.2. Publicidade nos Media

Procura de novas oportunidades e planificação anual de publicidade a executar em revistas, jornais, tv, cinemas ou outros suportes. Articulação entre a Assessoria de Imprensa e Gabinete Gráfico. Produção de um programa de rádio Fórum IPVC.

III.5.2.3. Semana Académica

Apoio na implementação da actividade por parte da Federação Académica, garantindo uma uniformização na imagem e melhor representatividade do IPVC. Apoio a campanhas de prevenção em parceria com o IDT.

III.5.2.4. Feiras do Livro, Eventos Culturais e Desportivos

Procura de novas oportunidades e criação de mapa anual (Feira do Cavalo, Feira do Livro, Festival de Paredes de Coura, Arte na Leira, entre outros...).

Elaboração e preparação da representação do IPVC ao nível de estruturas promocionais e elementos a expor, assim como toda a logística inerente à participação.

III.5.2.5. Campanha Anual nas Escolas Secundárias

Agendamento, recolha de necessidades e logística de toda a campanha.

Recolha de informação para posterior análise das actividades e receptividade geral à campanha.

Criação de conceito para novos eventos e representações.

Recolha de exemplares e idealização de nova linha de brindes e formas de promoção ao nível da campanha para o ano seguinte.

Apoio e acompanhamento às equipas de divulgação.

III.5.2.6 Publicações

Neste âmbito, e tendo em consideração o previsto para 2010, indicam-se as publicações efectuadas no decurso do ano:

- Publicação do Guia de Acolhimento 2009/2010 e 2010/2011;
- Conteúdos Multimédia IPVC;
- Conteúdos promocionais multimédia de cursos do IPVC.

III.6. RELAÇÕES EXTERNAS

No que respeita às estratégias a prosseguir no âmbito da ligação à sociedade e internacionalização, tendo em vista a intensificação da cooperação com outras instituições e o incremento da mobilidade internacional o IPVC deu seguimento às políticas definidas para este vector, nomeadamente:

- Continuar a celebrar parcerias/protocolos de cooperação com outras entidades, públicas e privadas, nacionais e internacionais;
- Estabelecer redes de cooperação com instituições nacionais e internacionais;
- Divulgar os protocolos de cooperação do IPVC com outras instituições;
- Visitar outras instituições de ensino superior e organizar/preparar visitas de representantes de instituições parceiras do IPVC;
- Promover Programas de Mobilidade e Cooperação;
- Incrementar o número de estudantes e docentes em mobilidade;
- Desenvolver projectos de intercâmbio de estudantes e docentes;
- Aumentar o recrutamento de estudantes estrangeiros.

III.6.1. Ligações à Comunidade

O IPVC estabelece um elo com a sociedade que se alicerça num programa de iniciativas, actividades e acções que permitem estimular, desenvolver e difundir o conhecimento científico junto de todos os seus intervenientes, tal como estudantes, docentes, outras universidades nacionais e estrangeiras, empresas e instituições governamentais.

As ligações à comunidade podem estabelecer-se de formas distintas:

- Prestação de serviços (ocorre em duas áreas fundamentais: a formação e a investigação);
- Organização de iniciativas e eventos abertas à comunidade externa, ou tendo como destinatário o grande público;
- Parcerias com a sociedade civil;
- Participação, a título individual, de docentes em iniciativas diversas, devidamente autorizada ou com o conhecimento do IPVC e utilizando o seu nome.

Ao longo do ano de 2010, o IPVC contou com a comunidade em que está inserido, da mesma forma que a comunidade pôde contar com o IPVC, através do desenvolvimento de actividades científicas, prestação de serviços à sociedade e estabelecimento de parcerias com a sociedade civil.

III.6.2. Saídas Profissionais

O IPVC disponibiliza uma Bolsa de Emprego online disponível no seu portal na Internet. Este serviço tem como principal objectivo dinamizar a empregabilidade dos seus Diplomados, procurando a sua inclusão no mercado de emprego. Procura gerir a oferta de trabalho por parte de entidades empregadoras da região, do país e até estrangeiras.

Para além disso, e relativamente à inserção dos diplomados na vida activa existe, no seio do IPVC, uma estrutura que visa contribuir especificamente para esse fim: a **UNI-VA-IPVC** – Unidade de Inserção na Vida Activa do IPVC. Trata-se de um projecto desenvolvido em parceria com o Instituto de Formação Profissional, que visa colaborar na inserção profissional dos jovens diplomados e candidatos a primeiro emprego, provenientes das Escolas Superiores do IPVC. Promove toda uma acção que visa o acolhimento, a informação, a orientação profissional, o apoio e o acompanhamento dos alunos nas suas experiências no mundo do trabalho, facilitando desta forma a articulação entre a formação académica e a posterior actividade profissional, nomeadamente através de:

- Aquisição de técnicas e competências na procura de emprego (elaboração de cartas de resposta a anúncios, elaboração de *curriculum vitae*, técnicas de procura de emprego, etc.);
- Informação sobre ofertas de emprego e/ou formação profissional;
- Entreaajuda e incentivo na procura de emprego;
- Promoção e divulgação de ofertas de emprego no estrangeiro – consultadoria EURES;
- Apoio na preparação de entrevistas para emprego.

Durante 2010, deu-se início ao projecto do Portal dos Antigos Alunos. Esta ferramenta tem como objectivo o apoio aos diplomados, divulgando informação sobre ofertas de emprego, de estágios, de formações que permitam aos estudantes uma melhor integração na nova fase e que permita também às empresas/instituições empregadoras terem informações sobre os alunos finalistas e recém-licenciados.

III.6.3. Cooperação Nacional e Internacional

A cooperação passa pela colaboração e celebração de acordos e protocolos que abrangem diversos âmbitos, como relações de trabalho, de investigação e de ensino.

No ano de 2010, o IPVC celebrou acordos/protocolos com Instituições Nacionais (tabela nº 15):

Tabela nº 15 - Acordos / Protocolos estabelecidos em 2010

Acordos/Protocolos
IPVC/Vitor Abrantes-Consultoria e Projectos de Engenharia, Ld.ª
MCTES/IPVC/IP's (Contrato Confiança)
IPVC/SonaeCom, Serviços de Comunicações, S. A.
IPVC/Vodafone Portugal, Comunicações Pessoais, S.A.
IPVC/TMN – Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A.
IPVC/PT Prime
IPVC/Câmara Municipal de Arcos de Valdevez
IPVC/Escola Profissional do Minho
IPVC/DIDÁXIS - Cooperativa de Ensino, CRL
IPVC/INTERFACE – Equipamento e Técnica Ld.ª
IPVC/Rede de Inovação e Desenvolvimento Tecnológico Agro-Alimentar Norte de Portugal/Galiza
IPVC/LARUS/ESMALGLASS PORTUGAL, S.A.
IPVC/FCCN- Fundação para Computação Científica Nacional
IPVC-ESTG/MinhoFumeiro/Univ. Católica Port.-ES Biotecnologia
IPVC/COMPETE/IP's
IPVC/IPAD/MEN (Ministério da Educação Nacional, Cultura, Ciência, Juventude e Desporto da República da Guiné-Bissau)
IPVC/CMVC/AEVC
IPVC/UERN – União das Ass. Empresariais da Região Norte
IPVC/Município de Guimarães (<i>Doçaria Tradicional de Guimarães</i>)

IPVC/MCTES (Programa de Desenvolvimento do IPVC)
IPVC/World Tourism Organization
IPVC/CP – Comboios de Portugal, E.P.E.
IPVC/IPAD (Ensino Secundário de Angola – SABER MAIS)
IPVC/Câmara Municipal de Monção
IPVC/Associação Diocesana da Pastoral Juvenil de Viana do Castelo
IPVC/ IPVC/Telavi State University (TESAU)
IPVC/Parque Escolar, E.P.E.
IPVC/ESA/Escola Profissional Marco de Canaveses (EPMAC)
IPVC/UFP (Universidade Fernando Pessoa)
IPVC/Universidade do Minho (Adenda)
IPVC/Grupo de Acção Costeira Litoral Norte/Valimar ComUrb/PROMAR/....
IPVC/Ministério da Educação Nacional (MENCCJD) da Guiné-Bissau
IPVC/CEFOSAP
IPVC/Agência de Inovação, SA/FoodIntech, Ld.ª/Fábrica Conservas "A Poveira", Ld.ª
IPVC/PSE-Produtos e Serviços de Estatística, Ld.ª
IPVC/FAMICASA – Empreendimentos Imobiliários, S.A.
IPVC/Comunidade Intermunicipal do Minho-Lima
IPVC (FFMD)/HSW CONSULTORES, Ld.ª
IPVC/INTERFACE – Equipamento e Técnica, Lda.
IPVC/Quatenaire Portugal
IPVC/IPBragança/Universidade Trás-os-Montes e Alto Douro
IPVC/IPSantarém/IPViseu
IPVC/IPViseu/IPBragança/IPTrás-os-Montes e Alto Douro
IPVC/Município de Caminha/FFMD

IPVC/ADECCO/Filipa Adriana Pereira Brandão
IPVC/Universidade Federal de Pernambuco

Ao nível da Cooperação internacional o IPVC assinou três novos protocolos de colaboração com as seguintes Instituições de Ensino Superior: Charles University in Praha e University of Hradec Kralove (República Checa) e com a University of Primorska (Eslovénia). Com a assinatura destes três novos acordos, o IPVC conta já com 91 parceiros internacionais.

III.6.4. Cooperação com os PALOP

O GEED, através do programa Educar sem Fronteiras tem por missão:

- 1) contribuir para o reforço e melhoria dos actuais instrumentos de cooperação e internacionalização;
- 2) potenciar e disseminar as suas actividades de intervenção e investigação na área da educação internacional e comparada;
- 3) reforçar os laços históricos e culturais com países do Sul, permitindo o emergir de novas relações internacionais na área da educação;
- 4) promover projectos de cooperação, no âmbito do combate à pobreza, através do incentivo à educação básica de qualidade para todos;
- 5) apoiar as práticas pedagógicas e outras iniciativas de consciencialização sobre o desenvolvimento;
- 6) permitir a integração na ESE e no IPVC de temáticas ligadas à cooperação e educação para o desenvolvimento;
- 7) contribuir para a pesquisa e a docência sobre as questões da cooperação internacional na área da educação de acordo com as solicitações dos parceiros no contexto de desenvolvimento.

Durante o ano de 2010, o GEED promoveu acções de constituição de várias missões de estudo, concepção, acompanhamento e avaliação de projectos envolvendo docentes do IPVC a Angola, Cabo Verde e Guiné-Bissau, a participação de estudantes

em projectos de voluntariado para a cooperação, a formação de técnicos cooperantes, o apoio à cooperação descentralizada, entre outras actividades. Será de destacar o papel relevante que o IPVC tem no desenvolvimento curricular que se encontra associado à criação da Escola Superior de Educação de Bissau.

São factores que demonstram o esforço da ESE-IPVC no sentido da apropriação e institucionalização desta área de trabalho e investigação. Foram desenvolvidos três Projectos de Voluntariado para a Cooperação, nos quais participaram 14 voluntários e no âmbito do Programa de mobilidade do IPVC em espaço lusófono (Ilha de Santiago, Cabo Verde) estiveram envolvidos 15 estudantes e 3 docentes.

III.7. APOIOS SOCIAIS

III.7.1. Alimentação

O ano de 2010 caracterizou-se pela continuidade da estratégia de investimento nas unidades alimentares, nomeadamente ao nível da valorização dos espaços, pelo reforço das tecnologias de informação e pela introdução de novos formatos de refeições nas cantinas e bares, investimentos estes que tiveram como objectivo melhorar a percepção da qualidade dos serviços sociais prestados.

Em especial, ao nível das infra-estruturas, destaca-se o investimento realizado na Escola Superior de Educação, no âmbito do qual foram realizadas obras de remodelação e adaptação da área da cantina e bar para o novo conceito de "área de alimentação", através do qual se pretende tornar os espaços de alimentação mais confortáveis e polivalentes e que contribuam para a criação de um ambiente de "Escola" facilitador da integração social e académica dos alunos.

Tabela n.º 16- Número de refeições servidas por unidade alimentar entre os anos de 2004 a 2010.

Escola		ESTG	ESA	ESCE	ESE- Melgaço	CA	ESS	ESE	TOTAL
Ano	2010	42.900	18.529	3.020	4.297	10.537	5.366	11.375	96.024
	2009	41.410	19.743	1.209	5.531	12.460	6.252	7.246	93.851
	2008	33.580	20.527	-	6.717	14.660	9.008	14.893	99.385
	2007	34.942	24.849	-	4.302	16.519	10.375	18.780	109.767
	2006	34.977	22.240	-	2.859	15.477	11.184	18.701	105.438
	2005	37.873	25.766	-	76	18.157	10.511	19.124	111.507
	2004	35.695	25.777	-	-	18.907	11.103	21.578	113.060
Total		261.377	157.431	4.229	23.782	106.717	63.799	111.697	729.032

(Fonte: SAS-2010)

Os investimentos realizados na área de alimentação nos últimos dois anos permitiram aumentar a qualidade dos serviços prestados, situação que se reflectiu, numa inversão da tendência verificada, desde 2004, de redução do número de refeições serviços nas cantinas.

III.7.3. Alojamento

No ano de 2010 observou-se um aumento de procura de alojamento nos SAS tendo-se verificado uma taxa de ocupação de 100%.

Tabela n.º - Número de alunos alojados por residência entre os anos de 2007 a 2010.

Residência		Centro Académico		E.S.E.		E.S.A.	
		Nº Alunos Alojados	Taxa de Ocupação	Nº Alunos Alojados	Taxa de Ocupação	Nº Alunos Alojados	Taxa de Ocupação
Ano	2010	180	100%	117	100%	129	100%
	2009	180	100%	114	96%	131	99%
	2008	180	100%	116	100%	128	97%
	2007	180	100%	111	95%	115	86%

(Fonte: SAS-2010)

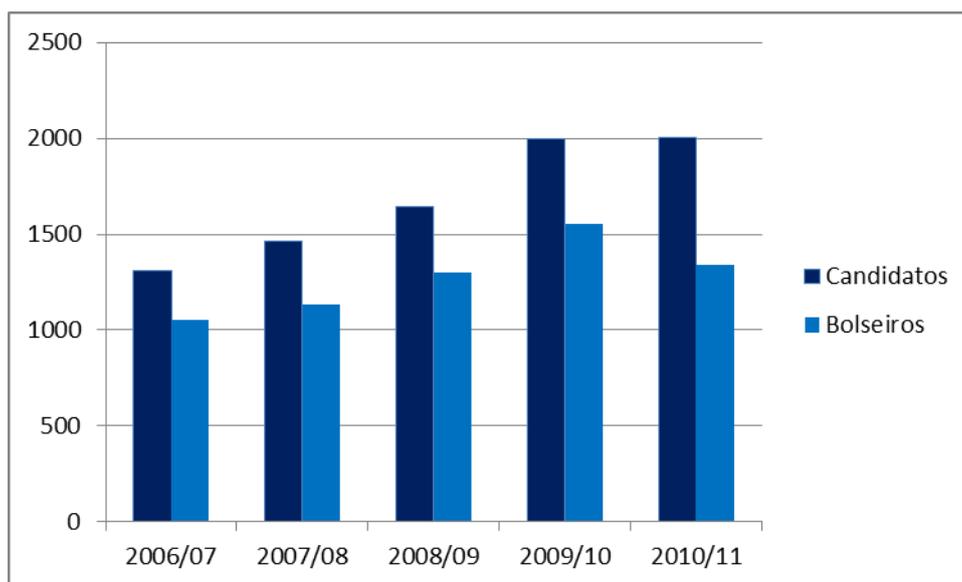
III.7.3. Bolsa de Estudo

O ano de 2010 caracterizou-se pela introdução de novas regras de atribuição de bolsas de estudo, mediante a publicação de um novo regulamento e de novas regras técnicas.

A transição para as novas regras foi, naturalmente, difícil quer para os serviços, quer para os alunos, devido ao facto das regras técnicas só terem sido publicadas em Outubro de 2010. A principal consequência desta situação foi o atraso na análise das candidaturas e a dificuldade dos alunos assimilarem as alterações introduzidas.

Ao nível do número de candidatos a bolsa de estudos, manteve-se aproximadamente o mesmo número de alunos. Contudo, ao nível das bolsas atribuídas verificou-se uma diminuição de cerca de 14% no número de alunos bolseiros

Gráfico n.º 9 - Evolução do número de bolseiros e do número de candidatos a bolsa de estudo.



(Fonte: SAS - 2010)

Os SAS-IPVC desenvolvem ainda um importante e crescente número de actividades ao nível do apoio médico e na área desportiva e cultural. Para 2011 pretende-se consolidar estas estruturas, quer pelo alargamento dos serviços que prestam para os alunos, quer pelo aumento da visibilidade das actividades que se pretendem implementar.

4.

RECURSOS

IV. RECURSOS

IV.1. RECURSOS HUMANOS

IV.1.1. DOCENTES

Através do Decreto-Lei n.º 207/2009, de 31 de Agosto, alterado pela Lei nº 7/2010, de 13 de Maio, uma profunda alteração foi operada ao Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico (ECPDESP). Este articulado representou uma intensa actividade na área de recursos humanos para adaptação ao novo regime.

Extinguiram-se categorias existentes e foram consagradas novas categorias, impondo o doutoramento ou o título de especialista como exigência de qualificação para a entrada na carreira. O mesmo Decreto-Lei estabelece novos vínculos jurídicos do pessoal docente, assegurando assim a compatibilização desta carreira especial com o regime geral da função pública, nomeadamente, com a Lei de Vinculação, Carreiras e Remunerações (Lei n.º 12- A/2008, de 27 de Fevereiro).

Paralelamente à alteração ao ECPDESP, o citado diploma prevê um regime transitório, visando também, conforme consta do preâmbulo do diploma, a promoção d' "a estabilização do corpo docente dos institutos politécnicos". Assim, impõe a abertura, em espaço de tempo definido de dois e cinco anos, de concursos para a carreira.

Na mesma data da publicação do Decreto-Lei n.º 207/2009, de 31 de Agosto, foi ainda publicado o Decreto-Lei n.º 206/2009, de 31 de Agosto, que regulamenta o título de especialista. Este Decreto-Lei, com profundos e importantes reflexos na carreira do pessoal docente do ensino superior politécnico, necessita de regulamentação do seu conteúdo, função enviada às instituições de ensino superior no seu conjunto.

O novo ECPDESP carece ainda de ampla regulamentação relativa à gestão do pessoal, de forma a conseguir atingir a sua plena eficácia. Essa regulamentação cabe às Instituições de ensino superior, no âmbito da sua autonomia.

As políticas de apoio à valorização e formação, nomeadamente através de bolsas para doutoramento, visaram qualificar o corpo docente e preparar para as exigências relativas à acreditação de cursos e sua aprovação pela Agência Nacional.

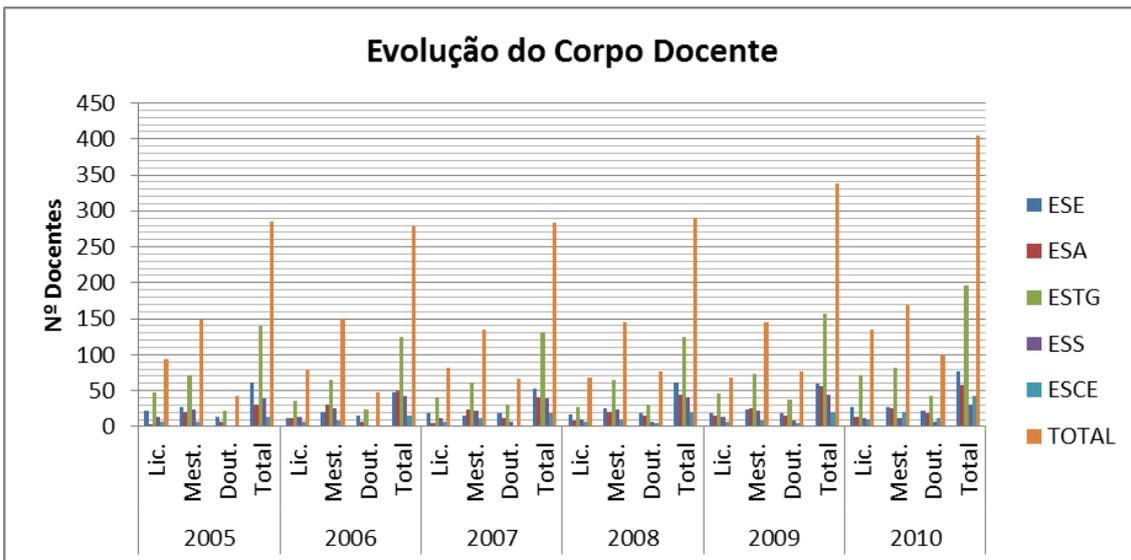


Gráfico nº 10 -Evolução do corpo docente 2005 a 2010

(Fonte: Serviços de Recursos Humanos do IPVC - 2010)

Tabela nº 16 - Corpo Docente por Escola e Grau de Formação (2010)

Escolas	Licenciados	Mestres	Doutores	Total
ESE	27	28	22	77
ESA	14	26	18	58
ESTG	72	82	43	197
ESCE	12	12	7	31
ESS	10	21	11	42
Totais	135	169	101	405

(Fonte: Serviços de Recursos Humanos do IPVC - 2010)

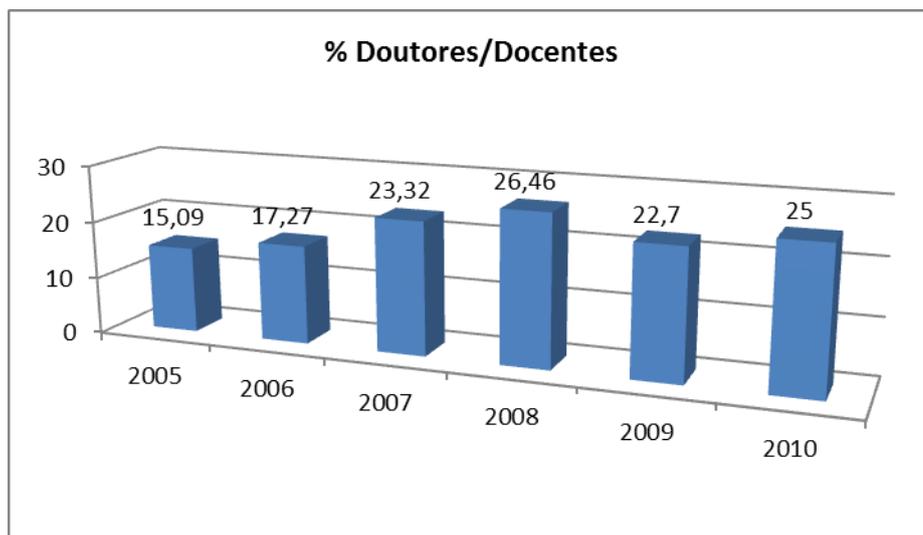


Gráfico nº 11 - Evolução da % de nº de Doutorados no Corpo Docente

(Fonte: Serviços de Recursos Humanos do IPVC - 2010)

A existência de um corpo docente de qualidade é um dos principais objectivos do IPVC. Neste sentido, tem vindo a ser realizado nos últimos anos um esforço significativo na melhoria da sua qualificação, que se pretende reforçar em 2011. Com efeito, cerca de 84 docentes do IPVC encontram-se em doutoramento, com redução de tempo parcial de serviço docente (50%), correspondente a 42 ETI's.

O corpo docente apresenta, no final de 2010, a seguinte distribuição:

Tabela nº 17 - Distribuição dos docentes , por categoria

Pessoal Docente	ESE	ESA	ESTG	ESCE	ESS	Total
Professor Coordenador	3	2	10	0	6	21
Professor Adjunto	21	18	32	4	24	99
Equiparado a Professor Coordenador	0	0	1	0	0	1
Equiparado a Professor Adjunto	2	2	9	1	2	16
Professor Adjunto Convidado	3	1	11	5	2	22
Assistente do 1º Triénio	0	0	0	0	1	1
Assistente do 2º Triénio	0	1	0	0	0	1
Equiparado a Assistente do 1º Triénio	8	2	3	1	1	15
Equiparado a Assistente do 2º Triénio	0	3	14	2	2	21
Equiparado a Assistente do 2º Triénio, c/mestrado ou dout	6	11	39	6	2	64
Assistente Convidado	33	17	82	11	1	144
Total	76	57	201	30	41	405

(Fonte: Serviços de Recursos Humanos do IPVC)

IV.1.2. Pessoal Não Docente

A mudança de paradigma, operada ao nível regulamentar, no âmbito da Administração Pública, nomeadamente, ao nível das carreiras e vínculos dos trabalhadores em funções públicas, que se iniciou no ano de 2008 com a publicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro e cujo impacto se projectou no ano de 2009, com a publicação da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, (Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas - RCTFP), teve no ano de 2010 e continuará no decurso de 2011 o seu tempo de consolidação.

Foram profundas alterações operadas, nomeadamente ao nível da transição para o contrato de trabalho em funções públicas de todos os trabalhadores da função pública, quer com a nova tramitação do Procedimento Concursal, regulamentado pela Portaria n.º 83-A/2008, de 27 de Fevereiro.

A profunda alteração legislativa a que se vem assistindo na área de Recursos Humanos, tornam a tarefa de interiorização e operacionalização dos novos meios jurídicos

em vigor uma questão obrigatoriamente faseada no tempo, dependente, ainda, de extensa regulamentação legal.

No final de 2010, o IPVC, no seu todo, apresentava um total de 180 funcionários, como demonstra o quadro abaixo.

Tabela nº 18 - Evolução do Pessoal Não Docente por Unidade Orgânica, no período de 2001-2010

	SC	ESE	ESA	ESTG	ESCE	ESENF	Total
2007	29	21	25	37	4	16	142
2008	25	15	23	35	4	15	169
2009	37	12	22	29	4	13	180
2010	36	11	20	28	4	11	110

(Fonte: Serviços de Recursos Humanos do IPVC)

Tabela nº 19 - Pessoal Não Docente existente em 31 de Dezembro de 2010

Pessoal Não Docente	SC	ESE	ESA	ESTG	ESCE	ESS	Total
Presidente	1	0	0	0	0	0	1
Vice-Presidente	2	0	0	0	0	0	2
Administrador	1	0	0	0	0	0	3
Director de Serviços	0	0	0	0	0	0	0
Chefe de Divisão	2	0	0	0	0	0	2
Técnico Superior	13	2	3	8	1	1	28
Coordenador Técnico	2	1	0	1	0	1	5
Assistente Técnico	8	3	5	13	2	7	38
Assistente Operacional	4	4	10	2	1	2	23
Especialista de Informática	0	1	2	1	0	0	4
Técnico de Informática	3	0	0	3	0	0	6
Total	36	11	20	28	4	11	110

(Fonte: Serviços de Recursos Humanos do IPVC)

IV.1.3. Formação Profissional

No que concerne à formação do Pessoal Não Docente, dentro das possibilidades financeiras da instituição, continuar-se-á a investir em acções de formação. Por outro lado, a nova realidade surgida dos estatutos em aprovação, conduzirão a maior necessidade de formação e adaptação de novas responsabilidades e funções que necessitarão de ser acompanhadas de acções de formação. O SGQ permite, igualmente,

te, diagnosticar necessidades e colmatar deficiências, recorrendo mesmo a formadores internos.

Durante o ano de 2010 foram as seguintes as acções de formação frequentadas pelo Pessoal Não Docente do IPVC

Tabela nº 20 – Formação para Colaboradores em 2010

Acção – Designação	N.º horas
Práticas para uma escrita Profissional Eficaz - Nível II	7
International Staff Training Week on Internationalization of Universities	14
International Staff Training Week on Internationalization of Universities	14
Gestão do Tempo e Organização Pessoal	14
Participação na 2ª reunião do Projecto Qualicert - High Level Steering group	21
Arroz de Sarrabulho de Ponte de Lima: Authenticity and Heritage	28
A Empreitada de Obras Públicas nos Contratos Públicos	28
Técnicas de Escrita Administrativa - Nível I	14
Reunião Geral de Monitorização ERASMUS 2010	7
Introdução ao Coaching para o Secretariado e a Assessoria de Direcção	18
Técnicas de Escrita Administrativa - Nível I	14
Aplicação do Novo Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas	14
O Procedimento Concursal	7
Creative Learning - Innovation Marketplace	14
Segurança contra incêndios em edifícios escolares	20
SPSS - Curso de Tratamento de Dados Estatísticos	35

(Fonte: Serviços de Recursos Humanos do IPVC)

IV.2. RECURSOS FINANCEIROS

IV.2.1 – FONTES DE FINANCIAMENTO

Em 2010, a execução do orçamento de receita e despesa distribuiu-se pelos seguintes programas e medidas:

- Programa 18 – Investigação e Ensino Superior
- Medida 018 – Educação – Estabelecimentos de Ensino Superior
- Medida 019 – Serviços Auxiliares de Ensino

E pelas fontes de financiamento:

- 3 – Esforço Financeiro Nacional – OE.
 - * 311 – Estado – Receitas Gerais (RG) – não afectas a projectos co-financiados.
 - * 312- Estado – Receitas Gerais (RG) – afectas a projectos co-financiados.
- 4 – Financiamento da União Europeia
 - * 411 – Feder - QCA III
 - * 412 – Feder – PO Factores de Competitividade
 - * 421 – Feder - Cooperação Transfronteiriça
 - * 441 – FSE –QCA III
 - * 442 – FSE – PO Potencial Humano
 - * 451 – Feoga Orientação
 - * 452 – FEADER
 - * 462 - FEAGA
 - * 480 – Outros
- 5 – Auto Financiamento
 - * 510 - Auto Financiamento
- 6 – Transferências no âmbito da Administração Pública
 - * 620 – Financiamento de Outros Subsectores

IV.2.2 - ORÇAMENTO DE ESTADO

A dotação inicial do Orçamento do Estado para 2010 foi de 14.569.373 €, traduzindo um acréscimo significativo face à dotação inicial atribuída em anos anteriores, conforme se constata na tabela seguinte.

Tabela nº 21 – Evolução da Dotação Orçamental Inicial nos Últimos Quatro Anos

Orçamento do Estado	Dotação Inicial
2007	10.059.310,00
2008	10.003.687,00
2009	10.459.244,00
2010	14.569.373,00

(FONTE: Serviços Financeiros IPVC - 2010)

Em termos de execução orçamental, e como se pode verificar pelos dados da tabela a seguir apresentada, as verbas transferidas relativas ao Orçamento do Estado em 2010 foram superiores aos montantes transferidos nos últimos três anos. No âmbito da distribuição efectuada em 2010, importa referir que apenas se considerou o orçamento. Por outro lado, também é de salientar que a verba do Orçamento do Estado respeita apenas à transferência do MCTES e não às verbas transferidas através da fonte de financiamento 311.

Tabela nº 22 – Evolução do Orçamento de Funcionamento

Ano	OE	Propinas	Outras Receitas Próprias
2007	10.467.974 €	2.076.699 €	6.409.415 €
2008	12.363.679 €	2.927.904 €	4.979.899 €
2009	13.396.672 €	3.696.848 €	2.733.265 €
2010	14.569.373 €	3.433.384 €	3.575.501 €

(FONTE: Serviços Financeiros IPVC - 2010)

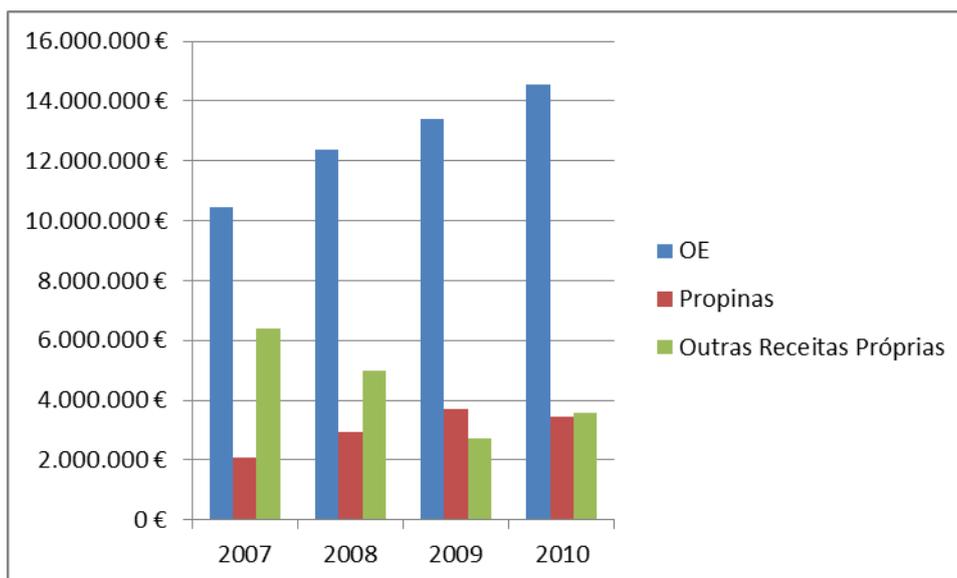


Gráfico nº 12 – Evolução da Dotação Orçamental nos Últimos Quatro Anos

(FONTE: Serviços Financeiros IPVC - 2010)

IV.2.3 – SALDOS DE GERÊNCIA

No âmbito do apuramento do saldo de gerência de 2010, e face à situação verificada em 2009, constata-se uma diminuição do referido saldo, quer ao nível da fonte de financiamento 311 quer, em termos globais, nas restantes fontes de financiamento.

Relativamente às verbas inscritas em Orçamento de Estado, é de referir que em 2009 foi transferido no âmbito dos investimentos do plano o montante de 280.000 euros para fazer face ao investimento de reparação da cobertura da ESE. Dado que esta verba apenas foi transferida no final do referido exercício económico, não foi possível proceder à execução financeira da mesma, o que se traduziu na transição de saldo de gerência para 2010, situação esta que já não ocorreu na transição de saldo de gerência de 2010 para 2011.

De referir ainda que, o saldo de gerência de 2010 relativo à fonte de financiamento 311 respeita, essencialmente, ao montante não executado financeiramente no âmbito das transferências recebidas de PIDDAC (com vista ao financiamento do novo complexo da Escola Superior de Saúde).

Importa ainda salientar que em 2010 não contribuiu para o saldo de gerência o montante de propinas relativo à 2ª prestação, situação que ocorreu em 2009 e que contribuiu largamente para o montante apurado de saldo de gerência nesse ano.

Tabela nº 23 – Saldo de Gerência (2007-2010)

Saldos de Gerência	2007	2008	2009	2010
Orçamento do Estado (F.F. 311)	86.126,20	3.290,30	564.023,60	192.790,33
Outras receitas (Restantes F.F.)	702.201,70	215.682,70	721.729,49	413.631,42
Total	788.327,90	218.973,00	1.285.753,09	606.421,75

(Serviços Financeiros IPVC)

IV.2.4- ORÇAMENTO DA RECEITA

Apresenta-se seguidamente a evolução do Orçamento Global da receita, nas suas várias Fontes de Financiamento e tipo de receita.

Fontes de Financiamento	Designação		Orçamento		Receita Cobrada Líquida			
			Previsão Inicial	Previsões Corrigidas	Montante	Estrutura %	Execução %	% em relação O.Inicial
311 - Estado - Receitas Gerais (RG) não afectas a projectos co-financiados	06,00,00	Transferências correntes						
	06,03,00	Administração Central	14.569.373,00	14.912.154,00	14.891.053,18	69,01%	99,86%	102,21%
	16,00,00	Saldo da Gerência Anterior						
	16,01,00	Saldo Orçamental	0,00	284.026,00	284.023,60	1,32%	100,00%	
Sub-Total F.F. 311			14.569.373,00	15.196.180,00	15.175.076,78	70,33%	99,86%	104,16%
312 - Estado - Receitas Gerais (RG) afectas a projectos co-financiados	06,00,00	Transferências correntes						
	06,03,00	Administração Central	0,00	27.692,00	27.690,78	0,00%	100,00%	
	16,00,00	Saldo da Gerência Anterior						
	16,01,00	Saldo Orçamental	0,00	17.312,00	17.310,61	0,00%	99,99%	
Sub-Total F.F. 312			0,00	45.004,00	45.001,39	0,21%	99,99%	
411 - Feder - QCA III	06,00,00	Transferências correntes						
	06,03,00	Administração Central	0,00	7.401,00	7.400,32	0,03%	99,99%	
	06,07,00	Instituições sem fins lucrativos	0,00	57.049,00	57.048,05	0,26%	100,00%	
	06,09,00	Resto do mundo	98.715,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
	16,00,00	Saldo da Gerência Anterior						
	16,01,00	Saldo Orçamental	0,00	15.889,00	15.888,75	0,07%	100,00%	
Sub-Total F.F. 411			98.715,00	80.339,00	80.337,12	0,37%	100,00%	81,38%
412 - Feder - PO Factores de Competitividade	06,00,00	Transferências correntes						
	06,03,00	Administração Central	0,00	59.838,00	59.837,82	0,28%	100,00%	
Sub-Total F.F. 412			0,00	59.838,00	59.837,82	0,28%	100,00%	
413 - Feder - PO Valorização do Território	10,00,00	Transferências correntes						
	10,09,00	Administração Central	2.651.549,00	0,00	0,00		0,00%	0,00%
Sub-Total F.F. 413			2.651.549,00	0,00	0,00			0,00%

INSTITUTO POLITÉCNICO DE VIANA DO CASTELO - RELATÓRIO ACTIVIDADES 2010

Fontes de Financiamento	Designação		Orçamento		Receita Cobrada Líquida			
			Previsão Inicial	Previsões Corrigidas	Montante	Estrutura %	Execução %	% em relação O.Inicial
421 - FEDER - Cooperação Transfronteiriça	06,00,00	Transferências correntes						
	06,03,00	Administração Central	0,00	159.280,00	159.279,96	0,74%	100,00%	
	06,09,00	Resto do mundo	177.847,00	259.666,00	202.024,38	0,94%	77,80%	113,59%
	16,00,00	Saldo da Gerência Anterior						
	16,01,00	Saldo Orçamental	0,00	4.196,00	4.195,97	0,02%	100,00%	
Sub-Total F.F. 421			177.847,00	423.142,00	365.500,31	1,69%	86,38%	205,51%
441 - Fundo Social Europeu - QCA III	06,00,00	Transferências correntes						
	06,06,00	Segurança Social	0,00	13.035,00	13.034,80	0,06%	100,00%	
	06,07,00	Instituições sem fins lucrativos	0,00	33.099,00	33.098,01	0,15%	100,00%	
	16,00,00	Saldo da Gerência Anterior						
	16,01,00	Saldo Orçamental	0,00	11.185,00	11.184,45	0,05%	100,00%	
Sub-Total F.F. 441			0,00	57.319,00	57.317,26	0,27%	100,00%	
442 - Fundo Social Europeu - PO Potrcial Humano	06,00,00	Transferências correntes						
	06,06,00	Segurança Social	172.255,00	294.187,00	294.186,79	1,36%	100,00%	170,79%
	16,00,00	Saldo da Gerência Anterior						
	16,01,00	Saldo Orçamental	0,00	190.461,00	190.460,89	0,88%	100,00%	
Sub-Total F.F. 442			172.255,00	484.648,00	484.647,68	2,25%	100,00%	281,35%
451 - Feoga Orientação	16,00,00	Saldo da Gerência Anterior						
	16,01,00	Saldo Orçamental	0,00	3,00	2,41	0,00%	80,33%	
Sub-Total F.F. 451			0,00	3,00	2,41	0,00%	80,33%	
452 - FEADER	06,00,00	Transferências correntes						
	06,03,00	Administração Central	0,00	3.959,00	3.958,62	0,02%	99,99%	
Sub-Total F.F. 452			0,00	3.959,00	3.958,62	0,02%	99,99%	

INSTITUTO POLITÉCNICO DE VIANA DO CASTELO - RELATÓRIO ACTIVIDADES 2010

Fontes de Financiamento	Designação		Orçamento		Receita Cobrada Líquida			
			Previsão Inicial	Previsões Corrigidas	Montante	Estrutura %	Execução %	% em relação O.Inicial
462 - FEOGA	06,00,00	Transferências correntes						
	06,03,00	Administração Central	0,00	28.373,00	28.372,93	0,13%	100,00%	
Sub-Total F.F. 462			0,00	28.373,00	28.372,93	0,13%	100,00%	
480 – Outras	06,00,00	Transferências correntes						
	06,09,00	Resto do mundo	63.252,00	234.000,00	239.387,70	1,11%	102,30%	378,47%
	16,00,00	Saldo da Gerência Anterior						
	16,01,00	Saldo Orçamental	0,00	13.120,00	13.119,90	0,06%	100,00%	
Sub-Total F.F. 480			63.252,00	247.120,00	252.507,60	1,17%	102,18%	399,21%

INSTITUTO POLITÉCNICO DE VIANA DO CASTELO - RELATÓRIO ACTIVIDADES 2010

(Serviços Financeiros IPVC)

Fontes de Financiamento	Designação		Orçamento		Receita Cobrada Líquida			
			Previsão Inicial	Previsões Corrigidas	Montante	Estrutura %	Execução %	% em relação O.Inicial
510 - Auto Financiamento (RP)	04,00,00	Taxas, multas e outras penalidades						
	04,01,00	Taxas	3.234.468,00	3.795.394,00	3.670.419,45	17,01%	96,71%	113,48%
	05,00,00	Rendimentos de propriedade						
	05,02,00	Juros - Sociedades financeiras	0,00	2.442,00	2.441,77	0,01%	99,99%	
	06,00,00	Transferências correntes						
	06,01,00	Sociedades e quase sociedades não financeiras	0,00	100,00	100,00	0,00%	100,00%	
	06,03,00	Administração Central	0,00	6.510,00	6.510,00	0,03%	100,00%	
	06,07,00	Instituições sem fins lucrativos	0,00	23.493,00	23.492,22	0,11%	100,00%	
	06,09,00	Resto do mundo	0,00	41.590,00	41.589,03	0,19%	100,00%	
	07,00,00	Venda de bens e serviços correntes						
	07,01,00	Venda de bens	13.100,00	24.317,00	22.758,02	0,11%	93,59%	173,73%
	07,02,00	Serviços	1.331.867,00	668.103,00	661.065,65	3,06%	98,95%	49,63%
	08,00,00	Outras receitas correntes						
	08,01,00	Outras	0,00	35.362,00	34.811,40	0,16%	98,44%	
	15,00,00	Reposições não abatidas aos pagamentos						
	15,01,00	Reposições não abatidas aos pagamentos	0,00	5.966,00	5.435,42	0,03%	91,11%	
	16,00,00	Saldo da Gerência Anterior						
16,01,00	Saldo Orçamental	0,00	458.104,00	458.103,44	2,12%	100,00%		
Sub-Total F.F. 510			4.579.435,00	5.061.381,00	4.926.726,40	22,83%	97,34%	107,58%
620 - Financiamento de outros subsectores	06 00 00	Transferências correntes						
	06 03 00	Administração Central	137.749,00	189.240,00	86.258,56	0,40%	45,58%	62,62%
	16,00,00	Saldo da Gerência Anterior						
	16,01,00	Saldo Orçamental	0,00	11.464,00	11.463,07	0,05%	99,99%	
Sub-Total F.F. 620			137.749,00	200.704,00	97.721,63	0,45%	48,69%	70,94%
TOTAL			22.450.175,00	21.888.010,00	21.577.007,95	100,00%	98,58%	96,11%

IV.2.5 - ORÇAMENTO DA DESPESA

Fontes de Financiamento	Designação		Orçamento		Despesa Realizada			
			Dotação Inicial	Dotações Corrigidas	Montante	Estrutura %	Execução %	% em relação O.Inicial
311 - Estado - Receitas Gerais (RG) não afectas a projectos co-financiados	01 00 00	Despesas com o pessoal						
	01 01 00	Remunerações certas e permanentes	11.700.128,00	12.305.668,00	12.305.042,53	58,15%	99,99%	105,17%
	01 02 00	Abonos variáveis ou eventuais	0,00	47.676,00	47.667,38	0,23%	99,98%	
	01,03,00	Segurança social	1.799.872,00	2.144.871,00	2.144.489,36	10,13%	99,98%	119,15%
	02 00 00	Aquisição de bens e serviços						
	02 01 00	Aquisição de bens		28.703,00	27.015,56	0,13%	94,12%	
	02 02 00	Aquisição de serviços	908.633,00	443.903,00	424.772,19	2,01%	95,69%	46,75%
	04,00,00	Transferências correntes						
	04,07,00	Instituições sem fins lucrativos		139.300,00	139.300,00	0,66%	100,00%	
	04 08 00	Famílias		26.910,00	26.910,00	0,13%	100,00%	
	06,00,00	Outras despesas correntes						
	06,02,00	Diversas		11.505,00	11.504,48	0,05%	100,00%	
	07 00 00	Transferências de capital						
	07 01 00	Investimentos	160.740,00	47.644,00	47.599,00	0,22%	99,91%	29,61%
Sub-total FF 311			14.569.373,00	15.196.180,00	15.174.300,50	71,70%	99,86%	104,15%
312 - Estado - Receitas Gerais (RG) afectas a projectos co-financiados	01 00 00	Despesas com o pessoal						
	01 02 00	Abonos variáveis ou eventuais		4.335,00	4.334,51	0,02%	99,99%	
	02 00 00	Aquisição de bens e serviços						
	02 01 00	Aquisição de bens		3.511,00	8.856,34	0,04%	252,25%	
	02 02 00	Aquisição de serviços		10.414,00	5.065,92	0,02%	48,65%	
	04,00,00	Transferências correntes						
	04,07,00	Instituições sem fins lucrativos		25.645,00	25.645,00	0,12%	100,00%	
	07 00 00	Transferências de capital						
07 01 00	Investimentos		1.099,00	1.099,00	0,01%	100,00%		
Sub-total FF 312			0,00	45.004,00	45.000,77	0,21%	99,99%	

INSTITUTO POLITÉCNICO DE VIANA DO CASTELO - RELATÓRIO ACTIVIDADES 2010

Fontes de Financiamento	Designação		Orçamento		Despesa Realizada			
			Dotação Inicial	Dotações Corrigidas	Montante	Estrutura %	Execução %	% em relação O.Inicial
411 - FEDER - QCA III	01 00 00	Despesas com o pessoal						
	01 02 00	Abonos variáveis ou eventuais	17.000,00	5.819,00	5.820,15	0,03%	100,02%	34,24%
	02 00 00	Aquisição de bens e serviços						
	02 01 00	Aquisição de bens	20.000,00	1.769,00	1.764,12	0,01%	99,72%	8,82%
	02 02 00	Aquisição de serviços	61.715,00	29.457,00	27.962,79	0,13%	94,93%	45,31%
	04 00 00	Transferências correntes						
	04,07,00	Instituições sem fins lucrativos		30.000,00	30.000,00	0,14%	100,00%	
	07 00 00	Transferências de capital						
	07 01 00	Investimentos		13.294,00	12.837,71	0,06%	96,57%	
Sub-total FF 411			98.715,00	80.339,00	78.384,77	0,37%	97,57%	79,41%
412 - Feder - PO Factores de Competitividade	04 00 00	Transferências correntes						
	04,07,00	Instituições sem fins lucrativos		59.838,00	59.837,00	0,28%	100,00%	
Sub-total FF 412			0,00	59.838,00	59.837,00	0,28%	100,00%	
413 - Feder - PO Valorização do Território	07 00 00	Transferências de capital						
	07 01 00	Investimentos	2.651.549,00	0,00	0,00	0,00%		0,00%
Sub-total FF 413			2.651.549,00	0,00	0,00	0,00%		0,00%
421 - FEDER - Cooperação Transfronteiriça	01 00 00	Despesas com o pessoal						
	01 02 00	Abonos variáveis ou eventuais	34.050,00	8.777,00	3.786,60	0,02%	43,14%	11,12%
	02 00 00	Aquisição de bens e serviços						
	02 01 00	Aquisição de bens	45.000,00	13.387,00	9.791,30	0,05%	73,14%	21,76%
	02 02 00	Aquisição de serviços	76.597,00	73.979,00	39.695,15	0,19%	53,66%	51,82%
	04 00 00	Transferências correntes						
	04,03,00	Administração central		11.992,00	11.991,91	0,06%	100,00%	
	04,07,00	Instituições sem fins lucrativos		220.500,00	220.410,00	1,04%	99,96%	
	04,09,00	Resto do mundo		70.400,00	60.208,03	0,28%	85,52%	
	07 00 00	Transferências de capital						
	07 01 00	Investimentos	22.200,00	24.107,00	17.579,99	0,08%	72,92%	79,19%
Sub-total FF 421			177.847,00	423.142,00	363.462,98	1,72%	85,90%	204,37%

INSTITUTO POLITÉCNICO DE VIANA DO CASTELO - RELATÓRIO ACTIVIDADES 2010

Fontes de Financiamento	Designação		Orçamento		Despesa Realizada			
			Dotação Inicial	Dotações Corrigidas	Montante	Estrutura %	Execução %	% em relação O.Inicial
441 - Fundo Social Europeu - QCA III	01 00 00	Despesas com o pessoal						
	01 02 00	Abonos variáveis ou eventuais		66,00	65,61	0,00%	99,41%	
	02 00 00	Aquisição de bens e serviços						
	02 01 00	Aquisição de bens		33,00	32,50	0,00%	98,48%	
	02 02 00	Aquisição de serviços		26.296,00	26.292,02	0,12%	99,98%	
	04 00 00	Transferências correntes						
	04,07,00	Instituições sem fins lucrativos		20.000,00	20.000,00	0,09%	100,00%	
	04,09,00	Resto do mundo		8.978,00	8.977,60	0,04%	100,00%	
	07 00 00	Transferências de capital						
	07 01 00	Investimentos		1.946,00	1.945,90	0,01%	99,99%	
Sub-total FF 441			0,00	57.319,00	57.313,63	0,27%	99,99%	
442 - Fundo Social Europeu - PO Potencial Humano	01 00 00	Despesas com o pessoal						
	01 02 00	Abonos variáveis ou eventuais	25.970,00	18.897,00	18.884,11	0,09%	99,93%	72,72%
	02 00 00	Aquisição de bens e serviços						
	02 01 00	Aquisição de bens	15.000,00	17.912,00	15.692,54	0,07%	87,61%	104,62%
	02 02 00	Aquisição de serviços	110.099,00	218.941,00	216.251,30	1,02%	98,77%	196,42%
	04 00 00	Transferências correntes						
	04,08,00	Famílias		17.344,00	17.343,80	0,08%	100,00%	
	06,00,00	Outras despesas correntes						
	06,02,00	Diversas		24.471,00	24.470,57	0,12%	100,00%	
	07 00 00	Transferências de capital						
07 01 00	Investimentos	21.186,00	187.083,00	187.076,26	0,88%	100,00%	883,02%	
Sub-total FF 442			172.255,00	484.648,00	479.718,58	2,27%	98,98%	278,49%
451 - Feoga Orientação	02 00 00	Aquisição de bens e serviços						
	02 02 00	Aquisição de serviços		3,00	2,41	0,00%	80,33%	
Sub-total FF 451			0,00	3,00	2,41	0,00%	80,33%	

INSTITUTO POLITÉCNICO DE VIANA DO CASTELO - RELATÓRIO ACTIVIDADES 2010

Fontes de Financiamento	Designação		Orçamento		Despesa Realizada			
			Dotação Inicial	Dotações Corrigidas	Montante	Estrutura %	Execução %	% em relação O.Inicial
452 - FEADER	01 00 00	Despesas com o pessoal						
	01 02 00	Abonos variáveis ou eventuais		70,00	69,88	0,00%	99,83%	
	02 00 00	Aquisição de bens e serviços						
	02 01 00	Aquisição de bens		197,00	195,67	0,00%	99,32%	
	02 02 00	Aquisição de serviços		3.664,00	3.047,65	0,01%	83,18%	
	07,00,00	Transferências de capital						
	07 01 00	Investimentos		28,00	27,90	0,00%	99,64%	
Sub-total FF 452			0,00	3.959,00	3.341,10	0,02%	84,39%	
462 - FEOGA	02 00 00	Aquisição de bens e serviços						
	02 02 00	Aquisição de serviços		10.298,00	6.771,48	0,03%	65,76%	
	04 00 00	Transferências correntes						
	04,08,00	Famílias		9.000,00	9.000,00	0,04%	100,00%	
	07 01 00	Investimentos		9.075,00	0,00	0,00%	0,00%	
Sub-total FF 462			0,00	28.373,00	15.771,48	0,07%	55,59%	
480 - Outras	01 00 00	Despesas com o pessoal						
	01 02 00	Abonos variáveis ou eventuais	11.893,00	3.821,00	3.714,52	0,02%	97,21%	31,23%
	02 00 00	Aquisição de bens e serviços						
	02 01 00	Aquisição de bens	1.000,00	10.584,00	10.356,45	0,05%	97,85%	1035,65%
	02 02 00	Aquisição de serviços	9.206,00	57.600,00	43.407,99	0,21%	75,36%	471,52%
	04 00 00	Transferências correntes						
	04,02,00	Sociedades financeiras	6.500,00					0,00%
	04,07,00	Instituições s/ fins lucrativos	5.871,00					0,00%
	04,08,00	Famílias		121.760,00	121.760,00	0,58%	100,00%	
	04,09,00	Resto do Mundo	19.770,00					0,00%
	06,00,00	Outras despesas correntes						
	06,02,00	Diversas		2.034,00	2.033,69	0,01%	99,98%	
	07,00,00	Transferências de capital						
	07 01 00	Investimentos	9.012,00	51.321,00	38.017,75	0,18%	74,08%	421,86%
Sub-total FF 480			63.252,00	247.120,00	219.290,40	1,04%	88,74%	346,69%

INSTITUTO POLITÉCNICO DE VIANA DO CASTELO - RELATÓRIO ACTIVIDADES 2010

Fontes de Financiamento	Designação		Orçamento		Despesa Realizada			
			Dotação Inicial	Dotações Corrigidas	Montante	Estrutura %	Execução %	% em relação O.Inicial
510 - Receita Própria do Ano	01 00 00	Despesas com o pessoal						
	01 01 00	Remunerações certas e permanentes	642.444					0,00%
	01 02 00	Abonos variáveis ou eventuais	271.063,00	209.084,00	184.135,01	0,87%	88,07%	67,93%
	01 03 00	Segurança social	7.305,00	51.706,00	45.093,12	0,21%	87,21%	617,29%
	02 00 00	Aquisição de bens e serviços						
	02 01 00	Aquisição de bens	474.807,00	454.391,00	424.023,39	2,00%	93,32%	89,30%
	02 02 00	Aquisição de serviços	2.020.517,00	2.142.075,00	1.939.649,34	9,17%	90,55%	96,00%
	04 00 00	Transferências correntes						
	04 03 00	Administração central	100.000,00	233.321,00	233.320,80	1,10%	100,00%	233,32%
	04,07,00	Instituições sem fins lucrativos		820.975,00	820.975,00	3,88%	100,00%	
	04 08 00	Famílias		47.368,00	47.217,63	0,22%	99,68%	
	06 00 00	Outras despesas correntes						
	06 02 00	Diversas		147.089,00	147.046,28	0,69%	99,97%	
	07 00 00	Transferências de capital						
07 01 00	Investimentos	1.063.299,00	955.372,00	729.297,29	3,45%	76,34%	68,59%	
Sub-Total F.F. 510			4.579.435,00	5.061.381,00	4.570.757,86	21,60%	90,31%	99,81%
620 - Financiamento de outros subsectores*	01 00 00	Despesas com o pessoal						
	01 02 00	Abonos variáveis ou eventuais		9.930,00	9.393,65	0,04%	94,60%	
	02 00 00	Aquisição de bens e serviços						
	02 01 00	Aquisição de bens	50.000,00	55.340,00	22.982,08	0,11%	41,53%	45,96%
	02 02 00	Aquisição de serviços	87.749,00	130.654,00	58.263,77	0,28%	44,59%	66,40%
	06 00 00	Outras despesas correntes						
	06 02 00	Diversas		4.780,00	4.779,27	0,02%	99,98%	
Sub-Total F.F. 620			137.749,00	200.704,00	95.418,77	0,45%	47,54%	69,27%
TOTAL			22.450.175,00	21.888.010,00	21.162.600,25	100,00%	96,69%	94,26%

(Serviços Financeiros IPVC)

IV.2.5.1. Obras de Manutenção de Edifícios

Em 2010 foram executadas obras de manutenção e reparação, de valor superior a 1000€, no montante total de 486.087,20 €. Na tabela são discriminadas essas intervenções, o seu montante unitário e a empresa a quem foram adjudicadas.

Tabela Nº 24- Obras de manutenção e reparação em 2010

Designação	Valor (c/ IVA)	Empresa
Empreitada de requalificação parcial das fachadas da Escola Superior de Saúde	78.385,62 €	Habilitilima
Execução de Espigueiros na ESA	27.518,40 €	Nocarlima
Obras de conservação, restauro e de melhoramento nas unidades Orgânicas	32.423,04 €	Manuel Sousa & Irmão, Lda
Substituição Do Revestimento Dos Telhados	203.890,45 €	Domingos, Arantes & Sousa, S.A.
Empreitada "execução do Laboratório de Energias Renováveis e Electrónica e robótica da Escola Superior de Tecnologia e Gestão	27.409,40 €	Habilitilima
Trabalhos Realizados na cobertura da ESTG	7.131,85	Habilitilima
Empreitada de reconstrução de muros de suporte dos planos da vinha	1.879,00 €	Cunha, Alves & Barros, Lda
Serviços efectuados nas tubagens de águas sanitárias nos pisos da ala sul da residência de estudantes da ESA	16.702,26 €	Arlindo Torre, Lda
Delimitação da Zona de segurança junto fachadas ESS; Reparação porta guarda-vento da biblioteca da ESTG; Reparação outdoor da praia norte e vidros e pinturas metálicas da ESA	2.642,40 €	Alves, Lourenço & Rocha, Lda
Conservação de muros de suporte de terrenos da ESA	1.616,95 €	Cunha, Alves & Barros, Lda
Reparação dos Sanitários dos serviços centrais e auditório; reparação da avaria eléctrica do 1º piso dos SC e reparação do sistema de rega da ESA	1.931,99 €	Arlindo Torre, Lda
Reparação dos Sanitários dos serviços centrais e auditório; reparação da avaria eléctrica do 1º piso dos SC e reparação do sistema de rega da ESA e reparação da central de incêndios da ESA	3.964,79 €	Arlindo Torre, Lda
Remodelação do Bar da ESE	5.019,84 €	Robiguijó – Construção Civil, Lda
Remodelação da iluminação dos claustros da ESA	4.546,45	João Barros Uni, Lda
Reparação cadeiras da ESTG e Reparação de estrados de madeira das salas de aula da ESE	1.300,00 €	Nocarlima
Restauro e reforço de cadeiras das UO	5.977,40	Nocarlima
Manutenção do sistema de rega da ESE e da iluminação exterior da ESE; Alteração da instalação eléctrica da ESE; manutenção da iluminação exterior da ESS	5.136,19	João Barros Unipessoal, Lda
Substituição das canalizações da alimentação da cantina da ESE	7.219,37 €	Hilário Maciel&Alves, Lda

Designação	Valor (c/ IVA)	Empresa
Aplicação de painéis na ESSE	1.068,00 €	Sovedações II
Reparação de canalizações de rede de água sanitária, propondo-se a substituição da restante canalização dessa secção atendendo ao avançado estado de degradação.	7.200,00 €	Arlindo Torre, Lda
Gradeamento para tanque da ESA	2.568,00 €	Alves, Lourenço & Rocha, Lda
Remodelação das redes internas do gabinete de relações internacionais, do gabinete de promoção e imagem e do gabinete da Sra. Administradora	2.943,80 €	Arlindo Torre, Lda
Reparação da bomba circuladora de água nos SAS; manutenção eléctrica da ESE e reparação de fuga de água na residência da ESA	2.690,48 €	Arlindo Torre, Lda
Reestruturação da rede BackBone da ESTG	22.618,07 €	Nextiraone
Reconversão Vinha	12.303,48 €	A.Milne Carmo, S.A.
Total:	486.087,20€	

(FONTE: Serviços Financeiros IPVC - 2010)

IV.2.5.2- Edifícios e Construções Diversas

A tabela seguinte resume os valores do investimento, por fonte de financiamento, em Edifícios e construções diversas nos últimos 3 anos. Como se pode verificar, o investimento realizado foi efectuado com recurso ao auto financiamento e outras fontes de financiamento que não ao Orçamento de Estado.

Tabela Nº 25- Investimento em Edifícios e Construções diversas de 2007- 2010 (Serviços Financeiros IPVC)

Ano	Fonte de Financiamento				Total
	410	442	510		
2007					
Edifícios	- €	- €	- €		- €
Construções Diversas	- €	- €	30.543,0 €		30.543,0 €
2008					
Edifícios	- €	- €	- €		- €
Construções Diversas	15.828,0 €	- €	51.280,0 €		67.108,0 €
2009					
Edifícios	- €	9.086,4 €	65.324,3 €		74.410,7 €
Construções Diversas	- €	12.844,2 €	- €		12.844,2 €
2010					
Edifícios	203.890,45 €		32.423,04 €	140.494,76 €	376.808,25 €
Terrenos e Rec. Naturais		1.945,13 €			1.945,13 €
Construções Diversas				1.879,00 €	1.879,00 €

IV.2.5.3- Equipamentos

Apresenta-se seguidamente a evolução, nos últimos três anos, do investimento em equipamentos, por fonte de financiamento. Verifica-se que os mesmos têm sido efectuados com recurso maioritário ao auto financiamento (f.f. 510) e a outras fontes de financiamento e, só marginalmente, com recurso ao Orçamento de Estado (f.f. 310). Destaca-se o investimento em equipamento de informática e equipamento básico, bem como na aquisição de software informático.

Tabela Nº 26 - Investimento em equipamento de 2007 – 2010

2007	311	312	411	421	442	462	480	510	Total
Equipamento Informático	- €	- €	- €	- €	- €	- €	18.115,0 €	- €	18.115,0 €
Software Informático	- €	- €	22.780,0 €	22.361,0 €	- €	8.709,0 €	97.962,0 €	- €	151.812,0 €
Equipamento Administrativo	- €	- €	133.915,0 €	5.000,0 €	- €	- €	19.560,0 €	- €	158.475,0 €
Equipamento Básico	- €	- €	3.284,0 €	18.066,0 €	- €	- €	10.805,0 €	- €	32.155,0 €
Ferramentas e Utensílios	14.148,0 €	478,0 €	53.342,0 €	400,0 €	4.940,0 €	- €	103.931,0 €	390,0 €	177.629,0 €
Outros Investimentos	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Total:	14.148,0 €	478,0 €	213.321,0 €	45.827,0 €	4.940,0 €	8.709,0 €	250.373,0 €	390,0 €	538.186,0 €

2008	311	312	411	421	442	462	480	510	Total
Equipamento Informático	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Software Informático	982,0 €	199,0 €	96.482,0 €	14.878,0 €	131,0 €	1.021,0 €	295.272,0 €	- €	408.965,0 €
Equipamento Administrativo	- €	- €	38.092,0 €	19.642,0 €	- €	- €	42.606,0 €	- €	100.340,0 €
Equipamento Básico	- €	419,0 €	- €	4.741,0 €	619,0 €	- €	18.763,0 €	- €	24.542,0 €
Ferramentas e Utensílios	- €	- €	4.561,0 €	1.191,0 €	280,0 €	- €	43.318,0 €	- €	49.350,0 €
Outros Investimentos	- €	- €	- €	- €	- €	- €	23.070,0 €	- €	23.070,0 €
Total:	982,0 €	618,0 €	139.135,0 €	40.452,0 €	1.030,0 €	1.021,0 €	423.227,0 €	- €	606.465,0 €

2009	311	312	411	421	442	462	480	510	Total
Equipamento Informático									- €
Software Informático	798,0 €	2.483,0 €	502,0 €	3.200,8 €	7.635,9 €	1.159,1 €		136.332,8 €	152.111,4 €
Equipamento Administrativo	- €	- €	452,5 €		490,1 €			85.120,2 €	86.062,8 €
Equipamento Básico	- €	- €						12.496,2 €	12.496,2 €
Ferramentas e Utensílios	67.004,4 €	- €			912,0 €		4.140,8 €	43.464,0 €	115.521,2 €

Utensílios									
Outros Investimentos									
	- €	- €	7.734,5 €		6.500,5 €	15.575,1 €	29.810,1 €		
Total:	67.802,4 €	2.483,0 €	954,5 €	10.935,3 €	9.038,0 €	1.159,1 €	10.641,3 €	319.513,2 €	422.526,8 €
2010	311	312	411	421	442	462	480	510	Total
Equipamento Informático	11.118,92 €	1.099,00 €			178.792,26 €		2.450,59	111.595,26€	305.056,03€
Software Informático			1.912,57 €		465,09 €			32.354,54 €	34.732,20 €
Equipamento Administrativo								1.001,00 €	1.001,00€
Equipamento Básico	18.014,96 €		5.346,06 €	15.634,86 €	9.818,91 €	9.075,00 €	726,60 €	468.164,03 €	526.053,82€
Ferramentas e Utensílios								9.963,49 €	9.963,49€
Outros Investimentos				1.945,13				3.520,46 €	5.465,59€
Total:	29.133,88€	1.099,00 €	7.258,63€	17.579,99€	189.076,26€	9.075,00€	2.450,59€	626.598,78€	882.272,13€

(Serviços Financeiros IPVC)

IV. 2.5.5 – Despesas com aquisição de bens e serviços

Tabela Nº 27- Despesas com aquisição de bens e serviços de 2007 a 2010

	2007	2008	2009	2010
Aquisição de bens	370.572,5 €	306.642,1€	315.342,7 €	517.219,08€
Aquisição de serviços	2.245.072,9 €	2.564.174,6€	2.164.080,4 €	2.796.996,06€
Total:	2.615.645,4 €	2.870.816,7 €	2.479.423,1 €	3.314.215,14€

(Serviços Financeiros IPVC)

IV.2.5.4- Despesas com Pessoal

Conforme se constata pela tabela abaixo apresentada, verificou-se em 2010 um aumento das despesas com pessoal. Para este aumento contribuiu, essencialmente, o acréscimo das remunerações certas e permanentes, em resultado dos contratos celebrados com docentes substitutos de docentes que se encontram em programa de doutoramento. Por outro lado, também se verificou um acréscimo dos encargos com a Segurança Social, fruto do aumento da taxa de contribuição da entidade para a Caixa Geral de Aposentações e do pagamento efectuado à Segurança Social, no âmbito de uma correcção efectuada à taxa de contribuição da entidade.

Tabela Nº 28 - Despesa com pessoal em 2010

	2007	2008	2009	2010
Remunerações certas e permanentes	11.343.205	11.449.785	11.873.521	12.305.043
Abonos variáveis ou eventuais	231.962	257.539	396.758	277.871
Segurança social	1.030.880	1.374.462	1.977.711	2.189.582
Total	12.606.047	13.081.786	14.247.990	14.772.496

(Serviços Financeiros IPVC)

IV. 2.5.5 – Execução Orçamental no âmbito do PIDDAC – Receita

Em termos de execução orçamental do PIDDAC, a receita cobrada reflecte o montante de saldo de gerência que transitou de 2009 no montante de 280.000 euros, assim como o montante de 240.000 euros recebido no âmbito da execução financeira do novo complexo da Escola Superior de Saúde.

Tabela Nº 29- Receita PIDDAC

Fontes de Financiamento	Designação		Ano 2010
311 - Estado - Receitas Gerais não afectas a projectos co-financiados	10,00,00	Transferências de capital	
	10,03,00	Administração central	240.000,00
	16,00,00	Saldo da Gerência Anterior	
	16,01,00	Saldo Orçamental	280.000,00
TOTAL			520.000,00

(Serviços Financeiros IPVC)

IV. 2.5.6 – Execução Orçamental no âmbito do PIDDAC - Despesa

O montante de 280.000 euros foi afecto parcialmente ao financiamento da remodelação do telhado da ESE. O montante remanescente de 76.109,55 euros, transitou em saldo de gerência para 2011 mas encontra-se totalmente assumido, ou seja, destina-se a financiar a instalação de aquecimento central nessa mesma escola.

No âmbito da construção do novo complexo da ESS, transitou em saldo de gerência o montante de 115.904,50 euros, na medida em que não foi possível a sua total execução financeira, como previsto aquando da realização do pedido de libertação de crédito. Neste sentido, apenas foram pagas despesas no montante de 124.095,50 euros.

Tabela Nº 30- Despesa PIDDAC

Fontes de Financiamento	Designação		Ano 2010
311 - Estado - Receitas Gerais (RG) não afectas a projectos co-financiados	07,00,00	Transferências de capital	
	07,01,00	Investimentos	327.985,95
TOTAL			327.985,95

5.

AVALIAÇÃO FINAL

V. AVALIAÇÃO FINAL

Em 2010, apesar das superiores dificuldades do mundo, do país e da região, o IPVC teve um ano notável na prossecução do seu esforço de consolidação e afirmação institucional. Internamente procedeu à sua maior reforma de sempre. Aproveitou, como poucas instituições de ensino superior em Portugal o fizeram, a oportunidade de reforma legislativa para consolidar um modelo organizacional totalmente novo, orientado para a racionalização dos recursos e para a operacionalização de um projecto institucional único e plural, virado para as pessoas e para a comunidade que pretende servir e o justifica institucionalmente.

Apesar de ser um ano eleitoral para a Presidência do IPVC, a participação da comunidade Académica no desenvolvimento de um Plano Estratégico permitiu constatar a motivação e empenho num projecto comum, o projecto do IPVC. O êxito deste esforço deve-se a todos, professores, funcionários, alunos e à comunidade envolvente.

Perseguimos com força e convicção a reestruturação dos diferentes serviços, a manutenção e aprofundamento do nosso Sistema de Gestão de Qualidade (SGQ), a modernização de todas as infra-estruturas de suporte à nossa actividade, incluindo as novas tecnologias.

Redefinimos e aumentámos a nossa oferta formativa, em particular de Mestrados e CET, dando assim cumprimento ao Contrato de Confiança assinado com o Governo. Fomos escolhidos por mais estudantes que conosco querem fazer o seu percurso académico. Continuámos empenhados na valorização das nossas pessoas, quer funcionários quer professores, no desenvolvimento do seu percurso profissional e científico, em particular no seu doutoramento.

A nossa presença no mundo da ciência, da produção de conhecimento e da cultura sedimentou-se, bem como a nossa notoriedade institucional. Num momento festivo de comemoração de 25 Anos, o IPVC organiza, também com a comunidade envolvente, um elevado número de eventos científicos, culturais, lúdicos, reforçando a sua importância regional e nacional.

Vivemos a maturidade institucional como stakeholder ("parte interessada") no desenvolvimento da nossa região, empenhados em particular num papel fundamental de responsabilidade social. Somos um parceiro natural e decisivo para o desenvolvimento da região e assim olhados por todos.

Atingimos, igualmente, um grande prestígio internacional sobretudo em áreas como as da cooperação e desenvolvimento, onde o IPVC lidera muitas áreas de intervenção do próprio

país junto dos PALOP, como é o caso do PASEG (Programa de Apoio ao Sistema Educativo da Guiné Bissau) e criação da Escola superior de Educação da Universidade Amílcar Cabral da Guiné Bissau.

Tivemos um ano financeiramente equilibrado, dada a política de absoluto rigor a que nos obrigamos, sobretudo de contenção de massa salarial, cujo variação real para os anos anteriores está abaixo do 1% e onde foi constante, também, a nossa preocupação com o auto-financiamento tendo tido bons resultados nesta área. Intervimos, sobretudo, onde podemos deixar a mais-valia do conhecimento e da tecnologia ainda não disseminados. A activação da Fundação Fernão de Magalhães, como a nova lei recomenda, foi uma decisão assertiva para poder separar com clareza o objecto dos vários níveis de intervenção institucional.

Atingimos uma posição ímpar no nosso contributo para o desenvolvimento do ensino superior em Portugal, em particular do Ensino Superior Politécnico, em reconhecimento manifesto da qualidade da nossa Instituição feita pelos nossos pares e pelas tutelas.

Em resumo: 2010 foi um ano marcadamente positivo, de crescimento institucional, em alguns aspectos, até, ímpar, para o IPVC.

ANEXOS

Anexo

Legislação

(Ponto I.3.5. LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO INTERNA)

Estatutos do IPVC, aprovados em Assembleia Estatutária de 6 de Julho de 2008 e homologados pelo Despacho Normativo n.º 7/2009, de 26 de Janeiro, publicado na II Série do D.R. de 06-02-2009.

Declaração de Rectificação n.º 81/2009, de 27 de Outubro - Rectifica o Decreto-Lei n.º 230/2009, que procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março.

Portaria n.º 1264/2009, de 16 de Outubro - Regula e aprova os modelos de anúncios previstos no Decreto - Lei n.º 280/2007, de 7 de Agosto.

Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de Outubro - Alteração ao Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto -Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.

Decreto-lei n.º 272/2009, de 1 de Outubro - Estabelece as medidas específicas de apoio ao desenvolvimento do desporto de alto rendimento – atletas de alta competição. Alteração aos artigos 3.º, 18.º e 19.º do Decreto-Lei n.º 393 -A/99, de 2 de Outubro.

Decreto-Lei n.º 269/2009, de 30 de Setembro - Cria um regime excepcional de prorrogação da actual mobilidade até 31 de Dezembro de 2010.

Lei n.º 111/2009, de 16 de Setembro - Procede à primeira alteração ao Estatuto da Ordem dos Enfermeiros, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 104/98, de 21 de Abril, entrando em vigor a partir de 01-01-2010.

Decreto-Lei n.º 230/2009, 14 de Setembro - Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, que aprova o regime jurídico dos graus e dIPVComas do ensino superior, e determina a desmaterialização de procedimentos relativos ao processo individual do estudante e à emissão dos documentos comprovativos da titularidade dos graus e dIPVComas, e simplifica o procedimento relativo à equiparação a bolseiro de docentes, investigadores e outros trabalhadores das instituições de ensino superior públicas.

Portaria n.º 1031/2009, de 10 de Setembro - Define as Provas de ingresso obrigatórias para o ingresso nos primeiros ciclos de estudos e ciclos de estudos integrados de mestrado. O disposto na presente portaria aplica -se a partir do ingresso no ensino superior no ano lectivo de 2012 -2013, inclusive.

Decreto-Lei n.º 220/2009, de 8 de Setembro - Regime jurídico da habilitação profissional para a docência
Despacho n.º 19868-B/2009, 31 de Agosto. Determina a interrupção, suspensão ou encerramento de serviços e estabelecimentos, nos casos em que se reconheça o perigo de contágio pelo vírus H1N1 e estabelece medidas de protecção social para os beneficiários que se encontrem impedidos do exercício da sua actividade profissional.

DL 207/2009, 31 de Agosto - Procede à alteração do Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho

DL 206/2009, 31 de Agosto - Aprova o regime jurídico do título de especialista a que se refere o artigo 48º da Lei n.º 62/2007 de 10 de Setembro, que aprovou o regime jurídico das instituições de ensino superior.

Decreto-Lei n.º 203/2009, de 31 de Agosto - Cria um título de transporte destinado a todos os estudantes do ensino superior.

DR 15/2009, 31 de Agosto - Estabelece a composição, as competências e o modo de funcionamento do Conselho Coordenador do Ensino Superior.

Portaria n.º 782/2009, de 23 de Julho - Regula o Quadro Nacional de Qualificações e define os descritores para a caracterização dos níveis de qualificação nacionais.

Portaria n.º 781/2009 de 23 de Julho - Estabelece a estrutura e organização do Catálogo Nacional de Qualificações.

Despacho n.º 11809/2009, 15 de Maio - Fixa o procedimento aplicável no tratamento das reclamações, a adoptar pelas instituições de ensino superior públicas.

Deliberação n.º 1377/2009, do Conselho da Prevenção da Corrupção, de 14 Maio - Define regras sobre a prevenção acrescida do risco de corrupção e infracções conexas no âmbito das aquisições efectuadas pelo sector público.

Portaria n.º 420/2009, de 20 de Abril - Procede à revisão das categorias de bens e serviços cujos acordos quadro e procedimentos de contratação da aquisição são celebrados e conduzidos pela ANCP.

Decreto-Lei n.º 88/2009, de 9 de Abril - Republicação do Decreto -Lei n.º 290 -D/99, de 2 de Agosto que regula a validade, eficácia e valor probatório dos documentos electrónicos, a assinatura electrónica.

Decreto-Lei n.º 69-A/2009, 24 de Março - Estabelece as disposições necessárias à execução do Orçamento do Estado para 2009.

Portaria n.º 292/2009, 23 de Março - Estabelece a taxa contributiva aplicável aos trabalhadores que exercem funções públicas abrangidos pelo disposto no artigo 10.º da Lei n.º 4/2009, de 29 de Janeiro.

Declaração de Rectificação n.º 21/2009, 18 de Março - Rectifica a Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro, que aprova a revisão do Código do Trabalho.

Despacho n.º 7382/2009, 12 de Março - Regulamentação do parque de veículos do Estado
Portaria n.º 383/2009, 12 de Março Identificação e regime de utilização de veículos.

Lei n.º 10/2009, de 10 de Março - Procede à primeira alteração à Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro (Orçamento do Estado para 2009).

Alteração do art. 32º da Lei n.º 4/2009, de 29 de Janeiro, em que define a protecção social dos trabalhadores que exercem funções públicas.

Deliberação n.º 569/2009, 26 de Fevereiro - Reconhecimento de graus pré-Bolonha conferidos nos países constantes da deliberação genérica n.º 5, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 341/2007, de 12 de Outubro.

Deliberação n.º 568/2009, 26 de Fevereiro - Reconhecimento de graus académicos de ensino superior, atribuídos no Reino Unido, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 341/2007, de 12 de Outubro.

Deliberação n.º 547/2009, 23 de Fevereiro - Delegação de competências nos Conselhos Directivos para autorizar despesas, na respectiva escola, até ao limite de €2000, sem prejuízo da faculdade de avocar.

Lei nº 7/2009, 12 de Fevereiro - Aprova a revisão do Código do Trabalho.

Despacho normativo nº 7/2009, DR, II Série de 6 Fevereiro - Homologação dos Estatutos do Instituto Politécnico de Viana do Castelo.

Decreto-Lei n.º 34/2009, de 6 de Fevereiro - Estabelece medidas excepcionais de contratação pública.

Lei nº 4/2009, 29 de Janeiro - Define a protecção social dos trabalhadores que exercem funções públicas.

Portaria nº 83-A/2009, 22 de Janeiro - Regulamenta a tramitação do procedimento concursal nos termos do n.º 2 do artigo 54.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro (LVCR): ocupação imediata de postos de

trabalho e constituição de reservas de recrutamento.

Portaria n.º 62/2009, de 22 de Janeiro - Aprova os modelos de termos de aceitação da nomeação e de termo de posse.

Circular DGO n.º 1347, de 12/01/2009 - Processamento de vencimentos, de harmonia com os novos valores dos índices 100 para 2009.

Deliberação n.º 2430/2008 - Reconhecimento aos graus de licenciado e mestre no final do primeiro ciclo de estudos nos países da união Europeia.

Deliberação n.º 2429/2008 - Reconhecimento de Grau de Doutor nos países da União Europeia (revoga deliberação n.º 2097/2008).

Portaria n.º 1553-D/2008, de 31 de Dezembro - Procede à revisão anual das tabelas de ajudas de custo, subsídios de refeição e de viagem, bem como dos suplementos remuneratórios, para os trabalhadores em funções públicas e actualiza as pensões de aposentação e sobrevivência, reforma e invalidez.

Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de Dezembro - Aprova a tabela remuneratória única dos trabalhadores que exercem funções públicas, contendo o número de níveis remuneratórios e o montante pecuniário correspondente a cada um e actualiza os índices 100 de todas as escalas salariais.

Lei nº 64-A/2008, de 31 de Dezembro - Orçamento de Estado para 2009. Alteração dos seguintes dIPVComas:

- Decreto-Lei n.º 118/83, de 25 de Fevereiro, já alterado e republicado pelo DL n.º 234/2005, de 30 de Dezembro, relativo à ADSE;
- DL n.º 4/89, de 6 de Janeiro, alterado pelo DL n.º 276/98, de 11 de Setembro, relativo a abono para falhas;
- DL n.º 259/98, de 18 de Agosto, alterado pelo DL n.º 169/2006, de 17 de Agosto, relativo à duração e horário de trabalho;
- DL n.º 100/99, de 31 de Março, alterado por vários dIPVComas, relativo à lei de férias, faltas e licenças na Administração Pública;
- DL n.º 503/99, de 20 de Novembro, relativo a acidentes em serviço;
- Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, relativa ao estatuto de pessoal dirigente;
- DL nº 53/2006, de 7 de Dezembro, alterado pela Lei nº 11/2008, de 20 de Fevereiro, relativa ao regime comum de mobilidade;
- Lei nº 11/2008, de 20 de Fevereiro, relativa à mobilidade dos trabalhadores da Administração Pública com contrato individual de trabalho;

- Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, relativa aos regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas.

Lei nº 59/2008, 11 de Setembro - Aprova o Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas.

Lei nº 58/2008, 9 de Setembro - Aprova o Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores que exercem Funções Públicas.

Decreto Regulamentar nº 14/2008, 31 de Julho - Identifica os níveis da tabela remuneratória única dos trabalhadores que exercem funções públicas.

Decreto-Lei nº 121/2008, 11 de Julho - Identifica e extingue carreiras e categorias cujos trabalhadores transitam para uma de três carreiras.

Decreto-Lei nº 107/2008, 25 Junho - Progresso da Concretização do Processo de Bolonha – Elaboração do Relatório Anual.

Resolução nº 19/2008, 19 Maio - Estruturação de um Sistema de Garantia da Qualidade.

Lei nº 12-A/2008, 27 Fevereiro - Estabelece os regimes de vinculação, de carreiras e remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas.

Lei nº 11/2008, 20 de Fevereiro - 1ª Alteração à Lei nº 53/2007, que estabelece o regime comum de mobilidade entre serviços dos funcionários e agentes da Administração Pública.

Portaria n.º 30/2008, 10 Janeiro - Regulamenta o suplemento ao DIPVComa.

Portaria nº 29/2008, 10 Janeiro - Aprovação do regulamento do Processo de Registo de DIPVComas Estrangeiros ao abrigo do DL nº 341/2007.

Portaria nº 1633/2007, 31 de Dezembro - Aprovação dos modelos de fichas de auto-avaliação e avaliação do desempenho (SIADAP).

Lei nº 66-B/2007, 28 de Dezembro - Estabelece o sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho na Administração Pública (SIADAP).

Decreto-Lei n.º 369/2007, 05 Novembro - Cria a Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior e aprova os respectivos estatutos, como agência de avaliação e acreditação para a garantia da qualidade do ensino superior.

Decreto-Lei nº 341/2007, 12 Outubro - Aprovação do regime jurídico do reconhecimento de graus académicos superiores estrangeiros.

Lei n.º 62/2007, 10 Setembro - Aprova o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior.

Decreto-Lei nº 309-A/2007, 07 Setembro - Sistema específico de empréstimo a estudantes e bolseiros do ensino superior, investigadores se instituições de investigação científica.

Lei n.º 38/2007, 16 Agosto - Aprova o Regime Jurídico de Avaliação do Ensino Superior (Agência de Avaliação).

Decreto-Lei nº 241/2007, 21 Junho - Regime jurídico aplicável aos bombeiros portugueses no território continental.

Portaria n.º 401/2007, 05 Abril - Aprova o Regulamento dos Regimes de Mudança de Curso, Transferência e Reingresso no Ensino Superior.

Decreto-Lei n.º 45/2007, 23 de Fevereiro - Alteração ao Decreto-Lei n.º 296-A/98, de 25 de Setembro. Introdução progressiva do recurso à Internet como forma de realizar o concurso nacional de acesso ao ensino. Substituição da edição anual em papel dos guias com a informação sobre o Ensino Superior e as condições de acesso aos cursos pela sua divulgação através da internet.

Lei nº 53/2006, 7 de Dezembro - Estabelece o regime comum de mobilidade entre serviços dos funcionários e agentes da Administração Pública.

Decreto-Lei nº 151/2006, 02 de Agosto - Autorização para acumulação de funções nos estabelecimentos de ensino superior público.

Lei nº 23/2006, 23 de Junho - Regime jurídico do associativismo juvenil.

Decreto-Lei nº 88/2006, 23 Maio - Cursos de Especialização Tecnológica.

Despacho nº 7287-A/2006 - Normas de organização dos processos referentes às alterações de ciclos de estudos, publicado no DR n.º 65 de 31 de Março.

Despacho nº 7287-B/2006 - Normas de organização dos processos referentes ao registo de adequação de ciclos de estudos, publicado no DR n.º 65 de 31 de Março.

Despacho n.º 7287-C/2006 - Normas de organização dos processos referentes a novos ciclos de estudos, publicado no DR n.º 65 de 31 de Março.

Decreto-Lei n.º 74/2006, 24 Março - Aprova regime jurídico dos graus e DIPVComas do ensino superior, em desenvolvimento do disposto nos artigos 13.º a 15.º da Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro (Lei de Bases do Sistema Educativo), e o disposto no n.º 4 do artigo 16.º da Lei n.º 37/2003, de 22 de Agosto (estabelece as bases do financiamento do ensino superior, alterado pelo Decreto-Lei nº 107/2008, de 25 de Junho).

Decreto-Lei nº 64/2006, 21 de Março - Regulamenta as provas para os maiores de 23 anos.

Portaria nº 231/2006, 18 de Janeiro - ETI por curso, por área de formação inicial do ensino superior; Base de financiamento do ensino superior.

Despacho nº 484/2006 - Avaliação Global e avaliação da qualidade do sistema do Ensino Superior Português.

Deliberação n.º 1134/2006 - Comissão Nacional de Acesso ao Ensino Superior.

Deliberação n.º 1126/2006 - Deliberação da Comissão Nacional de Acesso ao Ensino Superior.

Lei nº 51/2005, 30 de Agosto - 1ª Alteração à Lei nº 2/2004 que estabelece as regras para as nomeações dos altos cargos dirigentes da Administração Pública.

Lei n.º 49/2005, 30 de Agosto - Segunda alteração à Lei de Bases do Sistema Educativo e primeira alteração à Lei de Bases do Financiamento do Ensino Superior.

Parecer nº 2/2005, 25 Maio - Parecer sobre o novo guião de auto-avaliação de uma unidade funcional: Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior.

Despacho nº 10543/2005, 11 de Maio - Princípios reguladores de instrumentos para a criação do espaço europeu de ensino superior; Normas técnicas para apresentação das estruturas curriculares e dos planos de estudos dos cursos superiores; Bolonha.

Decreto-Lei nº 67/2005, 15 de Março- Regula o reconhecimento pelo Estado Português dos graus académicos conferidos na sequência da conclusão com êxito de um curso de mestrado «Erasmus Mundus» e a sua titulação.

Decreto-Lei n.º 42/2005, 22 Fevereiro - Aprova os princípios reguladores de instrumentos para a criação do espaço europeu de ensino superior.

Decreto-Lei n.º 10/2005, 06 Janeiro - Aprova a orgânica do Ministério da Ciência, Inovação e Ensino Superior.

Aviso n.º 10 093/2004, 25 de Outubro - Publicado no DR n.º 255, 2ª Série (Regulamento de Bolsas de Mérito do IPVC).

Parecer n.º 7/2004, 25 de Agosto - Plano Nacional de Prevenção do Abandono Escolar (PNAPAE).

Lei n.º 99/2003, 27 de Agosto Código do Trabalho, artigos 79º a 85º) e respectiva regulamentação (Lei n.º 35/2004, de 29 de Julho, artigos 147º a 156º) (regulamentam o estatuto de trabalhador estudante).

Lei n.º 37/2003, 22 de Agosto - Estabelece as bases do financiamento do ensino superior, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 49/2005, de 30 de Agosto.

Deliberação n.º 1062/2003, 23 de Julho - Aprova o Regulamento da aplicação do disposto no artigo 20.º-A do Decreto-Lei n.º 296-A/98, de 25 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2003, de 7 de Fevereiro.

Deliberação n.º 857/2004, 18 de Maio - Homologa a tabela com as instituições de ensino superior que aplicam o disposto no artigo 20.º-A do Decreto-lei n.º 296-A/98, de 25 de Setembro, e a tabela de correspondência de disciplinas estrangeiras homólogas das provas de ingresso.

Lei n.º 2/2004, 15 de Janeiro - Estabelece as regras para as nomeações dos altos cargos dirigentes da Administração Pública.

Decreto-Lei n.º 26/2003, 07 de Fevereiro - 2ª alteração ao Dec-Lei n.º 296-A/98, já antes alterado pelo Dec-Lei n.º 99/99, do Regime de Acesso e Ingresso no Ensino Superior.

Lei n.º 1/2003, 04 Janeiro - Aprova o Regime Jurídico do Desenvolvimento e da Qualidade do Ensino Superior.

Portaria n.º 532/2002, 18 de Maio - Regulamento da Formação Inicial, contínua e especializada do pessoal não docente dos estabelecimentos da educação e ensino superior.

Portaria n.º 106/2002, 01 de Fevereiro - Revogada pelo Decreto-Lei n.º 64/2006 de 21 de Março, à excepção do art. 22.º que aprovava o Regulamento do Exame Extraordinário de Avaliação de Capacidade para Acesso ao Ensino Superior.

Portaria n.º 854-A/99, 04 de Outubro - Aprova o Regulamento dos Concursos Especiais de Acesso ao Ensino Superior, a que se refere o artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 393-B/99, de 2 de Outubro.

Portaria n.º 854-B/99, 04 de Outubro - Aprova o Regulamento dos Regimes Especiais de Acesso ao Ensino Superior, a que se refere o artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 393-A/99, de 2 de Outubro.

Decreto-Lei n.º 393-A/99, 02 de Outubro - Regula os Regimes Especiais de Acesso e Ingresso no Ensino Superior e foi publicado na Série I- A do Diário da República n.º 231, de 2 de Outubro de 1999.

Decreto-Lei n.º 393-B/99, 02 de Outubro - Regula os Concursos Especiais de Acesso e Ingresso no Ensino Superior e foi publicado na Série I-A do Diário da República n.º 231, de 2 de Outubro de 1999. Várias disposições revogadas pelo Decreto-Lei nº 196/2006 de 10 de Outubro.

Decreto-Lei nº 373/99, 18 de Setembro - Estabelece a revalorização das carreiras docentes do ensino superior.

Decreto-Lei n.º 296-A/98 - Regula o Regime de Acesso e Ingresso no Ensino Superior; alterado por: D-L nº 99/99, D-L nº 26/2003, D-L nº 76/2004, D-L nº 158/2004.

Decreto-Lei nº 205/98, 11 de Julho - Cria o Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior.

Recomendação nº 98/561 CE - Cooperação Europeia com vista à garantia da Qualidade do Ensino Superior.

Decreto-Lei nº 216/97, 18 Agosto - Reconhecimento do grau de Doutor obtido no estrangeiro por portugueses.

Decreto-Lei nº 129/97, 24 de Maio - Definição de funções de Administrador e Secretário das Instituições do Ensino Superior Politécnico.

Lei n.º 38/94, 21 de Novembro - Avaliação do Ensino Superior.

Decreto-Lei nº 216/92, 13 de Outubro - Atribuição de graus de mestre e doutor; ensino superior; formação pós-graduada; isenção de pagamento de propinas aos docentes e agentes do ensino superior.

Decreto-Lei nº 245/91, 06 de Julho - Estatuto remuneratório do pessoal docente do ensino superior universitário e do politécnico e do pessoal dirigente.

Despacho Conjunto nº 41/ME/90, 28 de Março - Prevê a possibilidade do pessoal dirigente exercerem em regime de acumulação, actividades docentes em estabelecimentos de ensino superior.

Decreto-Lei nº 408/89, 18 de Novembro - Estabelece regras sobre o estatuto remuneratório do pessoal docente universitário, do pessoal docente do ensino superior politécnico e do pessoal de investigação científica e aprova as escalas salariais para regime de dedicação exclusiva.

Decreto-Lei nº 69/88, 03 de Março, Alteração do Decreto-Lei nº 185/81 - Estatuto da carreira docente do Ensino Superior Politécnico.

Decreto-Lei nº 145/87, 24 de Março - Alterações às disposições relativas ao regime de dedicação exclusiva nas carreiras docentes universitária e do ensino superior politécnico e de investigação científica.

Lei nº 6/87, 27 de Janeiro - Alterações às disposições relativas ao regime de dedicação exclusiva nas carreiras docentes universitária e do ensino superior politécnico e de investigação científica.

Lei n.º 46/86, 14 de Outubro - Lei de Bases do Sistema Educativo, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 115/97, de 19 de Setembro, e pela Lei n.º 49/2005, de 30 de Agosto.

Portaria n.º 1071/83, 29 de Dezembro - Fixa os impressos para requerimento de equivalência e reconhecimento de habilitações superiores estrangeiras.

Decreto-Lei n.º 316/83, 02 de Julho - Estabelece normas sobre a concessão de equivalência de habilitações nacionais de nível superior. O Capítulo II é revogado vigorando o Decreto-Lei n.º 283/83, de 21 de Junho e o Decreto-Lei n.º 341/2007, de 12 de Outubro.

Decreto-Lei nº 283/83, 21 Junho - Reconhecimento de graus académicos.

Decreto-Lei nº 185/81, 01 de Julho - Estatuto da carreira do pessoal docente do Ensino superior Politécnico.

Decreto-Lei nº 524/73, 13 de Outubro - Gratuitidade do ensino obrigatório; isenção de propinas para os docentes ou agentes de ensino que se matriculem em cursos de ensino superior; complementos de formação.